



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Faculdade de Formação de Professores  
Programa de Pós-graduação em História Social

**Natália Silva Elias**

**Mulheres e Resistência, Da Repressão Ditatorial à  
Democracia: Feminismos, Memórias e Identidades em Belo  
Horizonte  
(1975-1980 e 2018)**

**São Gonçalo - RJ  
2021**

Natália Silva Elias

**Mulheres e Resistência, Da Repressão Ditatorial à Democracia: Feminismos,  
Memórias e Identidades em Belo Horizonte  
(1975-1980 e 2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Orientadora: Izabel Priscila Pimentel da Silva

**SÃO GONÇALO - RJ**  
**2021**

**CATALOGAÇÃO NA FONTE**  
**UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D**



Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

Data

Natália Silva Elias

**Mulheres e Resistência, Da Repressão Ditatorial à Democracia: Feminismos,  
Memórias e Identidades em Belo Horizonte  
(1975-1980 e 2018)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre. Área de concentração: Território, Identidades e Representações.

Aprovada em: \_\_\_\_\_

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Izabel Priscila Pimentel da Silva  
(Orientadora) Faculdade de Formação de Professores da UERJ

\_\_\_\_\_  
Maria Paula Nascimento Araujo (Instituto de História – UFRJ)

\_\_\_\_\_  
Samantha Viz Quadrat (Instituto de História – UFF)

**SÃO GONÇALO - RJ  
2021**

Para meus pais e madrinha.

## **Agradecimentos**

Sou fruto de três grandes mães. Sou neta, sobrinha e filha. Não é à toa minha militância, sou regida pelo sagrado delas, não é possível descartar minhas ancestrais, arquétipos da psique. É assim que começo meus agradecimentos, pois não estaria aqui se não fosse pelas mulheres que me cercaram e criaram durante toda a vida. Acredito que todo esse trabalho é fruto de minha intensa vontade de salvá-las (mesmo que simbolicamente) do mundo cruel e patriarcal que sempre as feriram. É a resposta que vem do fundo de minha alma ao perceber a força que carregam mesmo quando tudo pareceu desabar. Vovó foi expulsa da minha cidade natal na década de 1950 e isso sempre permaneceu no meu imaginário, mesmo sabendo que duas décadas depois, ela voltou e ressignificou toda sua trajetória. Meu primeiro agradecimento vai de encontro a ela, Dária, a grande fêmea, mãe de minha mãe, que se foi tão cedo de minha vida.

Sigo agradecendo a Laura, filha mais velha de Dária e minha madrinha, que sempre esteve presente desde o meu primeiro sopro de vida, me ajudando a suportar as adversidades do mundo, com suas pontuações um tanto engraçadas e peculiares, me apoiando e oferecendo carinho e amor. Sem você eu jamais poderia compreender o significado de gentileza e gratidão. Completando a tríade de força e resiliência, agradeço a minha mãe, que durante toda a vida suportou com maestria o peso de ser mulher, ultrapassando todas as dificuldades, a pobreza, a falta de oportunidades, as dores constituídas por uma sociedade que abusa e suga o ser feminino, mas que não a impediram de me educar e ser uma excelente referência de superação. Você, Cidinha, é a mais perfeita junção de amor e ódio, é o princípio de tudo, é o meio que me empurra para o fim, com sua fé inabalável e desejo de ver sua cria bem sucedida. Tudo que eu faço é reflexo do seu ser, meu primeiro e único amor, obrigada.

Dedico esse trabalho ao homem que fez possível a minha existência nesse conjunto de instantes que é viver. Genésio, meu pai querido e amoroso, obrigada por sempre olhar pela minha felicidade, por ser tão carinhoso comigo e apoiar sempre os meus desejos mais profundos. Todos os cigarros de palha que você fez para conseguir me auxiliar financeiramente nos estudos, tão significativo! Todo o trabalho manual e tempo gasto em prol do meu crescimento. Eu nunca esquecerei, jamais, de todo o esforço dedicado ao meu ser, e de sua maior qualidade: a simplicidade. Eu lhe amo com

todas as minhas forças.

Dedico um agradecimento especial a minha orientadora Izabel Priscila Pimentel, que aceitou e recebeu de muito bom grado o meu pedido de orientação. Obrigada professora, por ter me ensinado tanto, pelas leituras atentas a todos os processos de escrita da dissertação. Pela paciência em tempos confusos e agoniantes em meio a uma pandemia global, pelas mensagens bonitas, que em momentos de grande tristeza me deram força para continuar seguindo nessa trajetória. Você é uma mulher inspiradora, uma profissional em excelência e me faz continuar acreditando em uma educação pública de qualidade.

Agradeço também ao professor Luís Reznik, que me acolheu no primeiro momento que cheguei ao Estado do Rio de Janeiro. Foi você professor que me acalmou quando estive em momentos de grande pânico sem saber para onde deveria seguir. Obrigada por ter me orientado na primeira parte do trabalho, por ter me oferecido um trabalho de pesquisa, que gerou mais conhecimento e sustento financeiro fora de Minas Gerais.

Agradeço a Lara Bernado por ter me abraçado de forma tão carinhosa como uma mãe abraça seu filho. Obrigada, amiga, por ter dividido comigo sua casa, por ter me deixado morar com você e compartilhar da sua rotina. Agradeço todos os almoços e jantares que você fez, por ter me alimentado de amizade e amor. Nunca na vida me senti tão amada e cuidada. Que isso nunca te falte, e que encontre na sua vida pessoas tão especiais quanto você é para mim. Agradeço ainda a minha amiga Jenny Penido, que suportou toda a minha inconstância e viu o meu pior lado. Por ter recebido milhares de não quando eu estava imersa na escrita sem poder sair de casa, e mesmo assim não desistiu de nossa amizade. Com você amiga, eu aprendi a dividir o fardo de ser mulher, aprendi a chorar, entendi que não tem como ser forte o tempo todo e aceitar que está tudo bem não estar bem. Devo todo esse aprendizado a você.

Agradeço ainda meu grande amigo Dênis Fagundes, que durante todo o momento de quarentena nessa pandemia, fez questão de me ligar e dividir comigo momentos de felicidade. Eu não teria suportado sem você.

Dedico meus mais sinceros agradecimentos à Arthur Vianna, meu psicanalista. Foi você que durante todo o ano de 2020 me deu apoio emocional e ajudou a controlar os surtos de ansiedade. Obrigada por fazer seu trabalho de forma excepcional, me ajudando a ter consciência do meu inconsciente, a identificar e ressignificar alguns de meus traumas. Sem você eu teria afundado nas profundezas do meu próprio eu.

Dedico também meus agradecimentos mais do que especiais, às mulheres entrevistadas nessa pesquisa, Elizabeth Fleury, Miriam Chystus, Elizabeth Almeida, Lúcia Afonso, Elizabeth Cataldo e Márcia Flausina. Obrigada por me receberem tão bem em suas casas, e por terem compartilhado comigo de forma tão intensa um pouco da vida de vocês. Esse trabalho nunca teria sido concluído sem a contribuição de cada uma. Meu mais sincero obrigada.

Agradeço às professoras Maria Paula Araújo e Samantha Quadrat, que gentilmente aceitaram participar da banca de qualificação e de defesa da dissertação. Imensamente feliz por ter mulheres excepcionais me acompanhando nessa caminhada. Também dedico meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa oferecida, que me ajudou financeiramente, e possibilitou minha permanência no curso.

Por fim agradeço a todos os professores com quem tive aulas nesses anos de mestrado no PPGHS, todo o corpo docente e técnicos. E todos os colegas de classe pelas trocas de conhecimento e pelo acolhimento de meu trabalho.



## Resumo

O objetivo principal dessa dissertação é analisar um grupo de estudos, formado por mulheres feministas, que atuou na sociedade belo-horizontina em dois períodos: entre 1975 e 1980 e em 2018. Surgido em 1975, esse grupo de mulheres buscava descobrir e desvendar aquilo que era proibido ao feminino, o sexo e o gozo, o corpo e seus tabus. Escreviam denúncias sobre o período repressivo e questões feministas no jornal alternativo “De Fato”, que circulou em Belo Horizonte entre 1976 e 1978. Em 1980, organizaram um ato público em resposta ao assassinato de mulheres belo-horizontinas por seus companheiros, movimento que ficaria conhecido como “Quem Ama Não Mata”. Em 2018, quase quarenta anos depois, essas mulheres organizaram novamente o mesmo ato, em resposta a novos feminicídios ocorridos no país. Os testemunhos dessas mulheres são as fontes principais dessa pesquisa, que se ancora na metodologia da História Oral. A partir desses depoimentos apresentaremos suas representações dos fatos históricos e como isso influenciou suas construções e diferenças identitárias, tais como as consequências dessas identidades para o movimento do qual participavam. Defendemos a hipótese de que essas mulheres inauguraram o que chamamos de *geração de transição*, quando inseridas dentro do contexto de abertura política no Brasil, iniciado em 1974. Buscaremos compreender os elementos constitutivos dessa geração, pensando as subjetividades desses depoimentos, as (re)construções identitárias dessas mulheres nos dois períodos (1975 a 1980 e 2018) e como elaboram narrativas acerca de suas atuações.

Palavras - chave: Feminismo – Memória – Identidade – Geração.

## **Abstract**

The main objective of this dissertation is to analyze a study group, composed by feminist women, who worked in the belo-horizontina society in two time periods: 1975 to 1980 and in 2018. Born in 1975, this group of women sought to discover and unravel what was forbidden to women, sex and pleasure, the body and its taboos. They complaint about the repressive period and feminist issues by writing in the alternative newspaper "De Fato", which was published in Belo Horizonte between 1976 and 1978. In 1980 they promoted a demonstration in response to the murdering of belorizontina women by their partners, a movement that would become know as "Quem Ama Não Mata". In the year of 2018, almost forty years later, these women promoted the demonstration once again, in response to new feminicides that took place in Brazil. The statements of these women are the main sources of this research, which is based on the methodology of Oral History. Based on these statements, we will present their representations of historical facts and how it influenced on their self beings and their different identities, such as it's consequences for the movement in which they participated on. We defend the hypothesis that these women started what we call the transition generation when inserted within the context of political opening in Brazil, which began in 1974. We will seek to understand the constituent elements of this generation, analyzing the subjectivities of these statements, the identity (re)construction of these women on the two time periods (1975 to 1980 and 2018), and how they elaborate the story about their work.

**Key-words:**Feminism – Memories – Identity – Generation.

## Lista de figuras

Figura 1– Registro das reuniões do grupo de estudo no bairro Floresta em 1976.....	55
Figura 2 – Jornal DeFato - Capa da Edição número 5 – Julho de 1976 .....	65
Figura 3 – Jornal DeFato – Página 5, Edição número 5 – Julho de 1976 .....	66
Figura 4 - Jornal DeFato - Capa da Edição número 10 – Janeiro de 1977 .....	68
Figura 5 - Jornal DeFato –Página 6, Edição número 10 – Janeiro de 1977 .....	69
Figura 6 - Imagens retiradas da reportagem sobre a série de crimes passionais que lançou a campanha"Quem Ama Não Mata” .....	76
Figura 7 –Idem.....	77
Figura 8 – Reportagem da Revista Manchete- 1980 .....	77
Figura 9 - Reprodução Diário da Tarde- .....	79
Figura 10 - O encontro em frente a Igreja São José, em Belo Horizonte, em agosto de 1980 .....	80
Figura 11 – Idem .....	81
Figura 12 -Registro da segunda edição do ato Quem Ama Não Mata, Belo Horizonte (MG), 2018 .....	89
Figura 13 – Idem .....	89
Figura 14 – Idem .....	90
Figura 15 - Mulheres do movimento feminista mineiro - Quem Ama Não Mata, em frente a igreja São José, em Belo Horizonte, 2018 .....	91

## Sumário

<b>Introdução</b> .....	13
<b>Capítulo1:Patriarcado, o grande inimigo: mulheres, uni-vos!</b> .....	18
1.1. Fragmentos de luta, um substantivo feminino: breve história do feminismo.....	18
1.2. Da ditadura às lutas pelas liberdades democráticas: mulheres pelo fim da ditadura patriarcal.....	33
<b>Capítulo2:As <i>Bad Girl's</i> e o pioneiro movimento feminista mineiro.....</b>	<b>45</b>
2.1.1975: As <i>bad girls</i> .....	46
2.2.A construção de um espaço de resistência: O alternativo <i>De Fato</i> .....	61
2.3. Um ato de revolta: “Quem ama, não mata” em dois tempos.....	74
<b>Capítulo3: A <i>geração de transição</i>: construções identitárias, representações e memórias de feministas belorizontinas.....</b>	<b>94</b>
3.1. História Oral: Testemunhos, subjetividade e o resgate da trajetória .....	94
3.2. Construções identitárias, representações e memórias geracionais .....	100
3.2.1. O novo que se imbrica ao velho: memórias herdadas de uma geração rebelde.	107
3.2.2. A <i>geração de transição</i> : invenção de um outro mundo e a criação de novas regras .....	111
3.2.3. O tempo é inexorável, as <i>bad girl's</i> envelheceram: confrontos identitários e embates com novas gerações e feminismos.....	120
3.3. Embates de memória e representações: apreensão das ações do ser que discursa .....	128
<b>Considerações Finais</b> .....	<b>135</b>
<b>Fontes</b> .....	<b>139</b>
<b>Bibliografia</b> .....	<b>140</b>

## Introdução

No Brasil, a década de 1970 é marcada por mudanças e transições políticas, sociais e culturais. Desde 1964 o país vivia sob uma ditadura civil-militar que excluía formas de liberdade de expressão e autonomia do sujeito. Mas, ainda que dentro de um quadro repressivo, o Brasil passou por um processo transnacional que permitiu o contato com movimentos de mudança que já vinham acontecendo desde o pós-SegundaGuerra Mundial: a contracultura, os movimentos antiguerra, estudantis, dos direitos civis, feministas e diversos outros que englobam o momento de efervecência da década de 1960.

O deslocamento para a vida cotidiana, abriu a possibilidade para as lutas identitárias, que passam a ganhar força pós 1968. Assiste-se à construção de identidades em redes, que se faz mais presente no mundo a partir do encurtamento do tempo-espaço, ao advento da globalização. No Brasil o movimento de contracultura começa a ganhar força a partir de 1968, quando o país já vinha sendo atravessado por um contexto particular, a partir de influências externas, e características próprias, com diversas manifestações estudantis e distintas formas de resistência de oposição à ditadura.

Mas somente a partir de 1974 ocorrem mudanças significativas e de maior impacto, quando o país começa a passar por um momento de transição política, anunciada pelo então presidente Geisel, e como pauta de governo havia uma política de distensão para uma via democrática, em seu famoso slogan: “abertura lenta, gradual e segura.” Nesse período é que ocorre o aparecimento de novos repertórios de ação coletiva e pública, que possibilitou aos movimentos sociais se posicionarem de forma mais eficaz, como a ocupação do espaço público pelos movimentos sociais de mulheres, negros, homossexuais, eclesiásticos, operários, dentre vários outros, que em vários tecidos e lugares da vida social começaram a se mobilizar em um amplo processo de luta contra o regime ditatorial, “pelas liberdades democráticas”.

Dentro desse recorte temporal está inserido o objeto de pesquisa dessa dissertação. Temos como foco de análise um grupo específico de mulheres que atuou em Belo Horizonte, capital mineira, em prol do feminismo entre 1975 e 1980. É necessário dizer que o movimento feminista brasileiro ressurgiu e se insurgiu na sociedade como movimento social organizado primeiramente como ação em defesa das liberdades democráticas. Mas, ainda que em diálogo com a esquerda política em prol da

emancipação de direitos e contra a repressão, o movimento feminista brasileiro manteve suas especificidades na batalha travada contra a estrutura patriarcal e os papéis de gênero construídos socialmente.

Eram tempos de discussões sobre o papel da mulher na sociedade, a liberdade sexual, desejos e emancipação feminina frente a espaços antes enraizados sob o poderio masculino. Jovens mulheres e estudantes universitárias se mobilizaram e se dispuseram a formar um grupo de estudos que posteriormente desencadeou ações sociais. Durante quase quatro anos atuaram ativamente em conjunto com outros grupos em defesa das liberdades democráticas, assim como na organização e realização de ações e eventos sobre questões da mulher.

Em agosto de 1980, com o grupo já disperso, foi realizado um ato público em resposta ao assassinato de duas mulheres belorizontinas por seus companheiros, que contou com a participação de algumas mulheres do grupo de estudos: esse ato ficaria conhecido como “Quem Ama Não Mata”. Em 2018, quase quarenta anos depois, num novo contexto político e social no Brasil, realizou-se novamente o mesmo ato, em resposta a novos feminicídios ocorridos no país. O que motivou o reencontro dessas mulheres tantos anos depois, em dois períodos totalmente distintos? Se é necessário perceber o conceito de identidade como “produção, que nunca está completa, que está sempre em processo, e é constituída no interior, e não fora, das representações”<sup>1</sup>, quais seriam as diferenças identitárias dessas mulheres em relação aos dois períodos citados?

Temos, portanto, como objetivo geral analisar as memórias dessas mulheres nos dois períodos distintos. Assim como, compreender a partir dessas, as representações sociais, construções e diferenças identitárias nos dois momentos citados. As fontes primárias da presente pesquisa estão relacionadas à história oral e conta com testemunhos de mulheres inseridas no grupo de estudos feministas. Tais relatos possibilitam maior entendimento sobre as pautas do movimento, as ações e os motivos que as fizeram ingressar no grupo. Esses relatos são de extrema importância para analisar de forma mais completa os impactos do movimento feminista na sociedade e como tais mulheres se constituíram enquanto sujeitos.

A fonte oral, portanto, se traduz como fonte e objeto deste trabalho. Dito isso, é importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas e devidamente transcritas, seguindo a metodologia da História Oral. Foram entrevistadas três mulheres na cidade

---

<sup>1</sup>HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 74

de Belo Horizonte dentre os anos de 2016 e 2017, Elizabeth Fleury, Miriam Crystus e Elizabeth Cataldo. No ano de 2020, além de reentrevistar essas mulheres, as entrevistas realizadas, já no âmbito da pesquisa para essa dissertação de mestrado, nos trouxeram a possibilidade de colher novos testemunhos das outras participantes do grupo de estudos oficial: Elizabeth Almeida, Lúcia Afonso e Márcia Flausino.

É a partir dos conceitos de memória, identidade e representação, que surge também uma outra questão que perpassa nossa dissertação. Analisando os testemunhos das mulheres é possível perceber memórias geracionais que contribuíram para a construção de suas identidades, principalmente no que diz respeito ao período de transição democrática e entre 1975 e 1980. Assim, partimos da hipótese de que essas mulheres inauguraram o que chamamos de *geração de transição*, quando inseridas dentro do contexto de abertura política no Brasil.

Para analisar a trajetória desse grupo de mulheres, bem como suas memórias e construções identitárias, dividimos nossa dissertação em três capítulos. No primeiro capítulo buscaremos construir uma breve história do movimento feminista no mundo ocidental, apresentando um panorama geral das reivindicações feministas ao longo do século XX, a fim de contextualizar o movimento feminista no Brasil e suas especificidades nas décadas de 1970 a 1980.

Ainda nesse capítulo, recuaremos aos anos 1960, a fim de apresentar as mudanças paradigmáticas que ocorreram ao redor do mundo naquele momento, assim como traçar um panorama político-social-cultural do Brasil a partir do golpe de 1964 com a instauração da ditadura civil-militar até o início da redemocratização, dando ênfase no período de transição política, pois esse é o recorte temporal dessa dissertação. Com base nessas premissas, o objetivo geral deste capítulo se sustenta em observar o período ditatorial e as consequências do mesmo para as discussões feministas e de gênero no país.

No segundo capítulo será apresentada a trajetória das mulheres entrevistadas que fizeram parte do movimento feminista em Belo Horizonte. Buscaremos apresentar as ações mais significativas dessas mulheres, mostrando como se organizavam, sua vivências e compartilhamento de ações e ideologias. Visamos compreender essa movimentação independente de mulheres, dentro das teorias feministas, buscando suas representações históricas, enquanto sujeitos históricos, a partir de 1975, ano de fundação do grupo de estudos que fizeram parte e do Ano Internacional da Mulher, até 1980, com a realização do ato em resposta aos feminicídios ocorridos em Belo Horizonte.

O reencontro dessas mulheres em 2018 também será analisado nesse capítulo na intenção de compreender os motivos que as fizeram reeditar o ato. Nesta perspectiva, busca-se demonstrar, a partir dos testemunhos dessas mulheres entrevistadas, como suas memórias interferiram nas suas representações dos fatos históricos e como isso influenciou suas construções identitárias, ou seja, como suas experiências próprias são representadas nos dois contextos analisados e como auxiliaram em suas próprias definições de identidade.

Interessa-nos apresentar nesse capítulo as ações dessas mulheres e suas contribuições à sociedade em relação aos avanços das discussões feministas no Brasil. É também nesse momento em que discutiremos sobre a construção de diferenças identitárias, que incluem e excluem, mostrando a falta de diálogo do movimento feminista mineiro com outros grupos sociais. Além disso, também analisaremos o jornal alternativo “*De Fato*” que circulou em Belo Horizonte entre 1976 e 1978, em específico duas matérias que discorrem sobre temas importantes dentro das discussões feministas, e que foram feitas e organizadas pelas integrantes do grupo de estudo, quando trabalharam na redação do jornal. Por fim, examinaremos o movimento feminista na contemporaneidade, a fim de entender as mudanças e permanências de pautas e ações do mesmo na sociedade brasileira.

No terceiro e último capítulo apresentaremos um debate teórico sobre memória, identidade e representação, discutindo sobre a metodologia da História Oral enquanto ferramenta historiográfica, para analisar os testemunhos e suas subjetividades. A partir desse arcabouço teórico-metodológico, buscaremos identificar as diferenças identitárias das mulheres inseridas no movimento feminista em Belo Horizonte nos dois períodos analisados (1975 a 1980 – e 2018). Nesse sentido, defendemos a hipótese de que essas mulheres inauguraram o que chamamos de geração de transição. A partir de seus testemunhos e do debate acerca do conceito de “geração”, podemos elencar características específicas dessa geração, constituindo, portanto, a representação de uma identidade intelectual, que cria condições para a formação de uma geração que se insere em quadros políticos e sociais.

A partir das memórias, testemunhos e representações, o cerne da questão é entender como essas mulheres inseridas dentro do movimento feminista de Belo Horizonte constituíram identidades a partir das diversas interações sociais no período ditatorial e no período democrático brasileiro contemporâneo. Buscamos então compreender através das ações dessas mulheres como tentaram incisivamente passar



as representações simbólicas do feminino, assim como, o contexto à qual foram invocadas e por fim, a rejeição das mesmas.

O trabalho de memória pode ser visto, portanto, como construção de uma oportunidade dessas mulheres contarem suas trajetórias de seus respectivos pontos de vista, e formularem garantias de fazerem parte da história, uma história plural, mais democrática da qual são também sujeitos ativos. É neste sentido que Tedeschi afirma que “conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada”.<sup>2</sup> Tornar público esse não dito é, portanto, uma maneira de trazer à tona um dever de memória, uma representação de justiça mesmo que simbólica daqueles que fizeram parte de um dado momento histórico. No caso das mulheres militantes, é possibilitar o direito à memória e à verdade, em um período de repressão, no qual batalharam em nome do direito social e da democracia em busca de um país igualitário e justo. Elucidar o que aconteceu naquele período é reconhecer o testemunho, tornando-o valorizado e conhecido, é devolver à História um caráter humano.

---

<sup>2</sup>TEDESCHI, Losandro Antônio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres* – Dourados – MS: UFGD, 2014. p. 38.

## **Capítulo 1:**

### **Patriarcado, o grande inimigo: mulheres, uni-vos!**

Nesse primeiro capítulo buscaremos construir uma breve história do movimento feminista no mundo ocidental, fazendo um panorama geral das reivindicações feministas ao longo do século XX, para enfim analisar o movimento no Brasil, com suas especificidades no período de 1970 a 1980. Será construído uma contextualização dos anos 1960, para maior entendimento das mudanças paradigmáticas que ocorreram ao redor do mundo naquele momento, assim como traçar um panorama político-social-cultural do Brasil a partir do golpe de 1964 com a instauração da ditadura civil-militar até o início da redemocratização, dando ênfase no período de transição política, pois esse é o recorte temporal dessa dissertação.

Com base nessas premissas, o objetivo geral deste capítulo se sustenta em observar o período ditatorial e as consequências do mesmo para as discussões feministas e de gênero no país para que possamos nos próximos capítulos acompanhar o percurso de mulheres belorizontinas, estudantes universitárias que se dispuseram a criar um grupo de estudos sobre a temática feminista no período de 1975 e 1980.

#### **1.1. Fragmentos de luta, um substantivo feminino: breve história do feminismo**

Presentes em todas as camadas e classes sociais, mulheres estiveram subordinadas ao sexo masculino em grande parte da história da humanidade dentro do arranjo social que se define como patriarcal, que permanece imposto há mais de cinco mil anos. As mulheres são historicamente subordinadas, pela naturalização do simples fato de serem mulheres e estarem inseridas dentro do chamado “segundo sexo”. E é apenas neste sentido que se pode falar da mulher como categoria universal, pelo fato de sua opressão.

Sendo assim, para se discutir as questões de gênero e, em específico, constituir uma história das mulheres, negar a ideia de uma verdade estática e natural é o primeiro passo para perceber que todo conhecimento é inventado<sup>3</sup>, não é algo inerente ao sujeito, e sim construído. É só a partir da capacidade humana de inventar, criar, que se constitui a cultura, e a partir dessa se constrói o sentido das instituições. Se o ser humano se

---

<sup>3</sup> Foucault parte da obra de Nietzsche para discorrer sobre o termo alemão *Erfindung*, invenção, o qual se opõe ao termo *Ursprung*, origem. A partir de Nietzsche, Foucault disserta sobre a verdade e o conhecimento serem inventados pelos seres humanos. Ver em: FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro. Ed: Nau, 2002.

difere dos outros animais pela sua capacidade de ir além do instinto e se fazer na relação com o outro e com a natureza, o processo de transformação<sup>4</sup> permanente faz com que uma das atividades humanas centrais seja a criação, assim como a recriação de símbolos e conseqüentemente categorias de significação. É exatamente essa potência da criação de realidades<sup>5</sup>, neste caso, em especial, com as discussões acerca do gênero, que assistimos à afirmação de um campo específico, que se insurge contra o determinismo biológico e o patriarcalismo, afirmando o gênero enquanto uma categoria analítica da vida social.

Através da refutação das teorias essencialistas, isto é, da negação do ser humano concebido como constituído por uma essência universal e imutável, se constrói uma análise das opressões entre os gêneros, a partir da qual, as mulheres, antes inseridas num contexto estático de opressão, passam a ter a possibilidade de transformação. Simone de Beauvoir, em 1949, escreveu que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”<sup>6</sup>, afirmando que o ser mulher é um conceito construído socialmente: as mulheres estão inseridas no âmbito cultural, historicamente determinado, não natural. O “ser” se torna problemático, os atributos identitários do que é ser homem e do que é ser mulher constituem uma construção, podendo existir somente interiorizados, levando, portanto, à conclusão de que o sexo e o gênero não emanam naturalmente do ser humano, ou de que o gênero não tem relação com o sexo biológico. Tais leis são aplicadas aos corpos, inferindo a ideia de que não existe uma única definição do ser mulher e que não há como generalizar a mulher em um único grupo universal. O que temos são projeções que construímos ao redor do feminino ao longo da História, de modo que as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos:

A oposição feminino/masculino é exemplificativa de uma visão dicotomizada do real, apelando para outros pares de opostos como é o caso de natureza/cultura, corpo/espírito, objecto/sujeito, etc. São dicotomias que envolvem uma hierarquia valorativa pois há um dos elementos do binómio que comanda e determina o que deve ser. A diversidade que envolve estes pares de opostos, mais do que uma diferença é um diferendo. Se a oposição homem/mulher se justifica a partir do biológico, a diferença masculino/feminino tem uma carga cultural muito forte, prendendo-se com um imaginário, com uma ideologia, com representações que determinam nitidamente aquilo que é característico de homens e aquilo que cabe às

---

<sup>4</sup> Ver em: ROUSSEAU, Jean Jacques. – *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*/Jean Jacques Rousseau; Tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS : L&PM, 2008.

<sup>5</sup>BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

<sup>6</sup>BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio M. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967. p.9

mulheres, identificando se com as normas dominantes (embora variadas) das diferentes sociedades.<sup>7</sup>

Existe portanto, uma diversidade de mulheres com suas especificidades e características, de maneira que nem todas sofrem as mesmas discriminações e nem tão pouco possuem as mesmas oportunidades e experiências, como também são diversas suas perspectivas e atuações. De acordo com Franchetto, Cavalcanti e Heilborn, “A tarefa de uma antropologia da mulher seria justamente a de tentar perceber e delimitar a singularidade cultural dessas realizações, bem como, através da comparação entre estas, apreender a problematizar suas constantes”<sup>8</sup>.

Todo essas afirmações são recentes, em vista da formulação de um discurso sobre os corpos femininos que remontam à Grécia antiga, construindo durante todos esses séculos passados um lugar determinado à mulher, um papel de objeto na sociedade, na qual era considerada propriedade masculina permanecendo reclusa ao privado, não possuindo direitos jurídicos ou políticos:

O primeiro discurso a ser utilizado para a designação dos papéis sexuais e sociais é o da matriz filosófica grega. O discurso grego é seguido pelo religioso, através de seu mito de criação, com a expulsão de Adão e Eva do paraíso. Esta simbologia retratada no Velho Testamento foi, e muitas vezes ainda o é, usada para designar papéis e posições de gênero, assim como para criar representações femininas. A Eva pecadora e a Virgem Maria assexuada, imagem dupla feminina como que desde sempre acompanhando a história corporal das mulheres. Os fundadores dos vários discursos, são geralmente homens, que representam, numa relação de poder, o gênero feminino. Discursos recorrentes, sábios ou populares, enraízam-se numa episteme comum. A historiografia acompanhou esta compreensão do mundo e das coisas.<sup>9</sup>

Mulheres deviam pela natureza, manter obediência ao homem, ao patriarca da família e posteriormente àquele que se tornava companheiro em uma junção matrimonial. Sem acesso à educação e a esfera pública ficava restrita ao lar e à maternidade, o ser que reproduz, um “homem castrado” e só:

Esta sujeição da mulher ao seu sexo transforma-se em submissão necessária ao homem. É um discurso simbólico que desempenha a função de justificar a supremacia do homem aos olhos de todos os membros da sociedade, das mulheres e dos homens, transformando o homem na medida de todas as

<sup>7</sup>FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. *A muher como o “outro” – A filosofia e a identidade feminina*. Universidade de Lisboa, 2007. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>. p.140

<sup>8</sup>FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 1. Rio de Janeiro. Ed. Zahar Editores. 1980. p. 33

<sup>9</sup>COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do corpo feminino”. *Caderno Espaço Feminino* - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015, p. 183

coisas. O pensamento médico, em nome de um determinismo natural, confina a feminilidade em uma esfera que a ordem social lhe destina: a mulher sã e feliz é a mãe de família, guardiã das virtudes dos valores eternos.<sup>10</sup>

Assim, historicamente falando, a busca pela emancipação feminina é trabalhada por mais de séculos, na tentativa de um rompimento desses discursos e amarras sociais, no posicionamentos de indivíduos (mulheres e homens), seja através das diversas formas de expressão que englobam o campo artístico, a exemplo da literatura com escritas de ideais através de personagens, na retratação de corpos e representações de vivências femininas, assim como em lutas sociais e políticas.

As primeiras manifestações feministas remontam ao século XVIII, podendo citar a inglesa Mary Wollstonecraft que em 1772 publicou a obra “Uma reivindicação pelos direitos da mulher”, considerada o processo embrionário do pensamento feminista. Outra referência importante foi Olympe de Gouges que, em plena Revolução Francesa, desafiava o poder masculino e discutia sobre a relação homem-mulher na sociedade. Em resposta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que não contemplava o sexo feminino, Olympe escreveu a “Declaração dos Direitos da Mulher Cidadã”, que exigia a completa assimilação jurídica, política e social das mulheres e pregava que era necessário garantir o reconhecimento das diferenças para alcançar a igualdade.<sup>11</sup>

É nesse momento de grande efervescência dos ideais Iluministas, assim como dos avanços da era moderna, que aparece, as primeiras reivindicações sobre os direitos das mulheres, “el origen del feminismo se amsó em esse proceso de cambio radical contra todo lo antiguo.”<sup>12</sup> Apesar da movimentação em torno da representação da mulher, o termo feminista só veio a ser utilizado pela primeira vez em 1840 na França, quando surgiram movimentos organizados para reivindicar modificações na legislação<sup>13</sup>.

Por lo demás, todo esto se fraguó, convine repetirlo, em los citados países (Inglaterra, Francia, Estados Unidos, Alemania y, em general, em Occidente) durante aquellas décadas del último tercio del siglo XVIII y la primera mita del siglo XIX. Fue cuando irrumpió como protagonista em la escenna de la historia la tríada conceptual de “libert, igualdad e fraternidad”, cuya implantación ni fue inmediata ni se hizo realidad sin enormes conflictos.<sup>14</sup>

<sup>10</sup>Ibdem, p. 194.

<sup>11</sup>Ver mais em: RODRIGUES, Carla de. Revista de História da Biblioteca Nacional. Feminismos, Modos de pensar, modos de fazer. p.19.

<sup>12</sup>GARZÓN, Juan Sisinio Pérez. Historia del feminismo. Madrid : Cátarata, 2018, 3ed, p. 23

<sup>13</sup>ROCHA, Karine. Revista de Histórica da Biblioteca Nacional. Feminismos, Modos de pensar, modos de fazer, 2015. p.27.

<sup>14</sup>GARZÓN, Juan Sisinio Pérez. Op. Cit, p. 27

Em termos gerais, o feminismo representa a busca pela emancipação das mulheres enquanto categoria social. É uma forma de resistência que busca quebrar paradigmas impostos na representação dos corpos femininos e a posição em que a mulher ocupa socialmente, se articulando como uma filosofia política e ao mesmo tempo como movimentação social: “filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política).”<sup>15</sup> É necessário ainda ressaltar que:

É difícil falar de uma epistemologia feminista, sem tocar na discussão sobre os perigos da reafirmação do sujeito “mulher” e de todas as cargas constitutivas dessa identidade no imaginário social. Afinal, como já se observou exaustivamente, a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo frágil”. É na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contradiscurso feminista e que se constitui um campo feminista do conhecimento. É partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista.<sup>16</sup>

No entanto, foi só a partir das décadas finais do século XIX que consideramos aqui o feminismo enquanto movimento social – para além das diversas manifestações de mulheres reconhecidas como feministas desde a Revolução Francesa – quando mulheres organizaram-se para reivindicar diversos direitos, sendo o direito ao voto o tema escolhido como de maior importância naquele contexto. As sufragistas, como ficaram conhecidas, estiveram presentes em diversos locais públicos, em diversos lugares pela Europa e conquistaram naquele momento o direito à cidadania. Assim se constitui no senso comum e em diversos estudos históricos as divisões dessas movimentações feministas, sendo essa, dada como primeira onda:

As sufragistas argumentavam que as vidas das mulheres não melhorariam até que os políticos tivessem de prestar contas a um eleitorado feminino. Acreditavam que as muitas desigualdades legais, econômicas e educacionais com que se confrontavam jamais seriam corrigidas, enquanto não tivessem o direito de voto. A luta pelo direito de voto era, portanto, um meio para atingir um fim.<sup>17</sup>

<sup>15</sup>TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999, p.10

<sup>16</sup>RAGO, Margareth. “Epistemologia Feminista, Gênero e História”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998, p. 7-8

<sup>17</sup> ABREU, Maria Zina Gonçalves de. “Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos”. *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores*. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002, p.460.

Importante por em evidência, que é de costume o movimento feminista ser dividido em três grandes ondas. A primeira referindo-se aos movimentos do século XIX e início do XX, que fundamentavam-se principalmente na defesa do sufrágio feminino, ou seja, o direito da mulher ao voto e ao espaço público. A segunda aos movimentos da década de 1960 com novas pautas e bandeiras que trouxe uma importante marca: o pessoal é político. Assuntos anteriormente privados tomaram espaço nas discussões sobre justiça e igualdade: a violência de gênero, a sexualidade, a discriminação trabalhista, a domesticidade, o corpo, o aborto, e ainda, indo além, pensar em como as diversas facetas da opressão perpassavam o econômico ou as noções de classe. Por fim, a terceira onda, a partir dos anos 1990, que assume uma narrativa interseccional, na negação de definições essencialistas da feminilidade, com uma ótica reflexiva a partir da subjetividade e pluralidade do ser feminino, ultrapassando as experiências e vivências de mulheres brancas de classe média como uma definição universal das opressões de gênero.

Mas, ainda que de uma maneira geral seja aceita a ideia de três fases ou três ondas do feminismo, é válido ressaltar que tal campo não sustenta uma linearidade, apesar de suas diversas atuações em distintos momentos históricos possuírem bases teóricas comuns: “a percepção de que inúmeras desigualdades e violências são geradas em nossa sociedade por causa das diferenças produzidas a partir das relações de gênero – o masculino e o feminino.”<sup>18</sup> Assim, no artigo *Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro*, Eliane Gonçalves e Joana Plaza Pinto oferecem uma nova ótica reflexiva a partir de obras de teóricas feministas:

Apesar de ser uma periodização artificial, de certo modo linear, ela é recorrentemente reproduzida em publicações feministas. Clare Hemmings (2009) e Joana Maria Pedro (2006), entre outras, criticam o caráter reprodutivista comum nas publicações feministas sobre tais periodizações. Hemmings (2009) oferece um útil contraponto ao caráter “etnocêntrico” angloamericano presente em narrativas como estas. Para a autora, é como se o feminismo radical dos anos 1970 ignorasse a diversidade no movimento e somente as teóricas feministas pós-estruturalistas a tivessem denunciado. Jane Gallop (1997) enfatiza que parte dessa crítica das teóricas feministas pós-estruturalistas aos “fetiches essencialistas” da categoria “mulher” de suas predecessoras obscurece os contextos e, portanto, os momentos históricos, essencializando a categoria “feminista dos anos 1970”: “Não somente a mulher não é um universal atemporal, mas nem as feministas o são: não

---

<sup>18</sup>GUIMARÃES, Géssica. *Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0107, jan./abr. 2020, p.4.

podemos ser eternamente atualizadas” (Gallop, 1997:17). Como aponta a autora, as críticas devem levar em conta “os diferentes momentos de linguagem” a que cada época oferece ao feminismo.<sup>19</sup>

No Brasil, a primeira onda de manifestações feministas começa a acontecer a partir das mudanças tecnológicas e sociais no país. De fato não houve grandes movimentações organizadas no século XIX, muito em reflexo de uma cultura religiosa, com enorme influência da Igreja Católica, assim como o discurso cientificista e o ambiente familiar, que impunham regras e dogmas aos corpos femininos. Mas é necessário dizer que devido a tais mudanças as mulheres começaram a ingressar em um mercado de trabalho, saindo do espaço restrito do lar para servirem de mão de obra: “A crise do sistema agrário-exportador fez com que muitos trabalhadores do campo viessem para as cidades em busca de trabalho. A consolidação do sistema capitalista repercutiu diretamente na vida das mulheres.”<sup>20</sup> Essa mudança do privado ao público trouxe às mulheres a possibilidade de estarem engajadas, por exemplo, em sindicatos e de estarem ativas no processo de reconhecimento de seus direitos:

Através de estudos históricos mais recentes, é possível analisar que, no Brasil, o acesso das mulheres ao trabalho remunerado começou a se massificar nas primeiras décadas do século passado, associado, indubitavelmente, à implementação da industrialização, à crescente urbanização que necessita ampliar setores de prestação de serviços e à maior escolarização da população feminina. Junto com esses fenômenos, ocorreu também o crescimento de organizações de trabalhadoras em busca de seus direitos.<sup>21</sup>

Ainda que inseridas no mercado de trabalho, isso não significou mudanças estruturais, ou a conquista da igualdade de gênero, pelo contrário, práticas opressoras e patriarcais passaram a se expressar fortemente também nesses espaços públicos, como afirma Margareth Rago:

As barreiras enfrentadas pelas mulheres para participar do mundo dos negócios eram sempre muito grandes, independentemente da classe social a que pertencessem. Da variação salarial à intimidação física, da desqualificação intelectual ao assédio sexual, elas tiveram sempre de lutar contra inúmeros obstáculos para ingressar em um campo definido – pelos homens – como “naturalmente masculino”. Esses obstáculos não se limitavam ao processo de produção; começavam pela própria hostilidade com que o trabalho feminino fora do lar era tratado no interior da família. Os pais desejavam que as filhas encontrassem um “bom partido” para casar e

<sup>19</sup>GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 25-46, janeiro-junho de 2011. p.30.

<sup>20</sup>MÉNDEZ, Natalia Pietra. “Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo.” *Mulher e Trabalho*, v.5, 2005, p.52.

<sup>21</sup>Ibidem, p. 58.



assegurar o futuro, e isso batia de frente com as aspirações de trabalhar fora e obter êxito em suas profissões. Não socializar informações importantes era uma boa estratégia, e os homens se valiam dela procurando preservar seu espaço na esfera pública e desqualificar o trabalho feminino.<sup>22</sup>

Nesse momento específico do Brasil, em finais do século XIX e começo do XX, “os efeitos dos avanços tecnológicos, industriais e a efervescência cultural da Europa, além de novas configurações sociais resultantes da abolição da escravatura, surgimento de novo mercado consumidor, trabalhadores assalariados e os crescentes fluxos de imigração europeia”<sup>23</sup>, assim como o acesso à escolaridade pelas mulheres de classe mais altas, contribuíram neste período, para que as mesmas utilizassem da escrita jornalística para contribuir na emancipação da mulher. Surgiam então os periódicos *A Família* (1888 -1894) e *A Mensageira* (1897 - 1900), que abriram espaço para que tais discussões começassem a ser inseridas no âmbito público:

Assuntos costumeiramente direcionados às mulheres – como moda, culinária ou os trabalhos manuais – foram deixados de lado por essa revista para ceder espaço a publicações a respeito das lutas e conquistas do movimento feminista nos âmbitos nacional e internacional, além de editoriais com reflexões críticas sobre o papel social da mulher.<sup>24</sup>

A segunda metade do século XIX no Brasil foi então um momento em que mulheres começaram a entrar na cena pública, o que foi contribuindo gradativamente para que houvesse, assim como nos países do norte global, a luta pelo sufrágio feminino:

Se, antes de 1850, foram poucas as mulheres que ousavam vindicar seus direitos publicamente, sendo Nísia Floresta uma dela, após essa data se multiplicaram as vozes das brasileiras que etavam exigindo seja um reconhecimento de uma posição mais destacada na sociedade, seja uma reparação ao que consideravam uma injustiça cometida contra elas.<sup>25</sup>

O Brasil é considerado como um dos países pioneiros na conquista do voto feminino na América Latina. A partir de um decreto no ano de 1930 foi designado pelo então presidente Getúlio Vargas um projeto para considerar uma reforma de lei e do

<sup>22</sup>RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org). História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004, p. 581-582.

<sup>23</sup>COSTA, Carlos. “Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos”. *Revista Comunicare – Dossiê Feminismo*. Volume 14 – Nº 1 – 1º Semestre de 2014, p. 31.

<sup>24</sup>Ibidem, p. 31.

<sup>25</sup>KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 013, p.228.

processo eleitoral, que previa estender o direito de voto às mulheres, que foi conquistado em 1932. Não obstante esse resultado é fruto de incansáveis protestos e movimentações de mulheres, destacando entre elas a atuação de Bertha Lutz, que posteriormente foi a primeira mulher deputada federal eleita pelo estado do Rio de Janeiro:

A luta em prol do sufrágio feminino começou a ser travada, no mundo ocidental, ao longo do século 19, quando da não inclusão das mulheres nas leis eleitorais dos seus países. Essa luta começou no continente europeu, mas logo se estendeu para outras partes do mundo ocidental. Mais do que a exclusão das mulheres do jogo político, foi a não inclusão que evidenciou – como nenhum outro fato talvez pudesse ter evidenciado – a exclusão feminina do mundo político baseado exclusivamente numa argumentação sexista. A partir disso é que começou a surgir um movimento feminino em busca da igualdade de direitos e do reconhecimento de sua cidadania política. A questão do sufrágio feminino passou, aos poucos, a ser a agenda principal das reivindicações femininas, deixando de ser considerado apenas como o símbolo da desigualdade entre homens e mulheres para ser elevado à prioridade do movimento, principalmente a partir de 1890.<sup>26</sup>

É importante ressaltar que existe um intervalo de tempo entre essas primeiras movimentações feministas e seu ressurgimento como movimento social organizado na década de 1960. Essa segunda explosão do feminismo pode ser associada às movimentações contraculturais, que iam de frente ao “modus vivendi” no desejo de mudar as estruturas sociais e as mentalidades.

A primeira metade do século XX marcada pelas duas grandes guerras transformou o mundo, propiciando o surgimento do pensamento de distopia, causando revisões teóricas nas grandes áreas humanas. No período que segue após a Segunda Guerra, até o começo dos anos 1960, o pensamento europeu sofreu uma grande incredibilidade que pode ser vista na crise do estruturalismo, hermenêutica, teorias críticas e também na teoria analítica que se desdobra na quebra do pensamento filosófico tradicional: o sujeito, a metafísica e modos de pensamento que envolviam práticas e métodos científicos. A ordem do progresso, a esperança de um mundo melhor, sem guerras, sem desigualdades, onde capitalismo soava como categoria de salvação, o caminho às melhorias ligados ao ideal Iluminista como a razão e o cientificismo foram perdendo espaço à medida em que a história se transformava em um palco onde o progresso era revelado como um acumulador de catástrofes; um caminho contrário à felicidade humana.

---

<sup>26</sup>Ibidem, p. 326

As ambivalências com a criação de soluções e a criação de problemas, pode ser então compreendida como a perda da grande utopia moderna, mas que carregava em seu seio novas grandes possibilidades entrecruzadas. Surgiam então, novas identidades culturais, que se impunham para a criação de uma resistência frente à cultura dominante. Com a possibilidade da quebra de padrões assiste-se a uma abertura para a construção de novas ideologias, formas de sociabilidade, e de novos planos para fugir das opressões antes tão bem construídas, que de tão duras se impregnaram na vida humana.

Assim, a década de 1960 foi marcada por intensos embates políticos, econômicos e sobretudo culturais e sociais. A rejeição à autoridade, às normas sexuais e à “moral e bons costumes” compõe um quadro de mudanças que já vinham sendo constituídas desde o pós guerra. Os anos 1960, visto hoje no imaginário Ocidental como os “anos rebeldes”, foram assim, o período em que tanto internamente quanto externamente indivíduos antes excluídos ganharam uma categoria de humanização e visibilidade; negros, marginais, mulheres: as “minorias”. As primeiras discussões no período, alimentavam a promessa de um mundo “pós-branco”, “pós-masculino”, “pós-humanista”, “pós-puritano”.<sup>27</sup>

Fredric Jamenson afirma que situar o começo dos anos 1960, a partir do movimento de descolonização da África inglesa e francesa, é o ponto inicial de análise para entender as mudanças paradigmáticas no período que se segue. Argumentando que as características mais influentes do período nos países desenvolvidos surgiram mais tarde e com grande influência nos países que se desprendiam das amarras coloniais: “Pode-se contudo, argumentar que também era um movimento de descolonização e que, de qualquer forma, as trocas e as influências mútuas entre os movimentos negros norte-americanos e os da África e do Caribe foram contínuas e incalculáveis ao longo de todo esse período.”<sup>28</sup>

Dessa forma, surgiam novas formas de atuação, ligadas aos novos grupos identitários:

as “minorias, os marginais e as mulheres” – dando aos poucos vida à retórica de autodeterminação de grupos e identidades coletivas, que iria romper com modelos “clássicos” ou modernos de se fazer política[...] e alimentar o

---

<sup>27</sup>HUYSSSEN, Andreas. *Mapeando o pós-moderno*. In: *Pós-Modernismo e Política*. Organização: Holanda, H. B. Rio de Janeiro. Ed. Rocco LTDA. 1991, p.35

<sup>28</sup>JAMENSON, Fredric. *Periodizando os anos 60*. In: *Pós Modernismo e Política*. Organização: Holanda, H. B. Rio de Janeiro. Ed. Rocco LTDA. 1991, p.85

desenvolvimento do que posteriormente ficou conhecido na história da esquerda ocidental como a *New Left* (“Nova Esquerda”).<sup>29</sup>

Assim, essa movimentação da então chamada Nova Esquerda se encontra no bojo político de uma nova expressão. Afastada do modelo tracional da esquerda, da luta de classes construída num todo, do “marxismo oficial”, para a construção de múltiplas vozes, que em seus diversos grupos heterogêneos construíam uma nova política sem “base em classe social”. Acreditava-se naquele momento que o caminho para mudanças na estrutura se faria a partir de mudanças culturais: “abrindo espaço para um novo domínio de teorização e atuação centrado com maior força na ideia de dominação cultural e em novos meios de expressão (pautados nas noções de gênero, raça, sexualidade, nacionalidade)”.<sup>30</sup>

As novas identidades que surgiam e se impunham contra o *modus vivendi*, mesmo que em suas diversas formas de atuação, inauguravam a “Revolução dos Costumes”, ou em outras palavras, a contracultura. O termo ganha força a partir de 1968, com as manifestações estudantis na França e em diversas partes do mundo. De fato o termo se consolidou, mas as expressões contraculturais já estavam se movimentando desde o pós guerra: “Nesse sentido, conceitualmente falando, a contracultura, como ela é entendida hoje, não existia antes de 1968. Suas experiências socioculturais de contraposição ao sistema é que existiam e estavam ocorrendo em diferentes lugares do mundo.”<sup>31</sup>

Em conjunto às novas manifestações políticas, construíam-se valores para uma nova cultura que se distanciava da cultura prevalecente, que se constituía independente tanto filosófica e politicamente, reprogramavam-se com seus próprios sistemas de valores, tentando a todo custo sair dos jogos sociais que eram considerados destrutivos. Assim as movimentações contra culturais não coexistiam sobre uma mesma ideologia que impunha regras ou que se baseava num conjunto de saberes específicos, nem tampouco idênticos entre si, assim, no mesmo momento diversas identidades coletivas com suas diversas tribos se manifestavam: “sentimento de se pertencer a uma grande comunidade jovem internacional, fortalecendo laços de identidade juvenil que

---

<sup>29</sup>MARCELINO, Giovanna Henrique. *Jameson e o pós-modernismo*. Ideias, v. 10, p. e019017, 28 nov. 2019, p.9

<sup>30</sup>Idem.

<sup>31</sup>KAMINSKI, Leon (org.). “Mundo afora, Brasil adentro: a circulação cultural da contracultura e suas apropriações”(Capítulo 1) In: *Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidades*. Curitiba: CRV, 2019, p..22

ultrapassavam fronteiras nacionais.”<sup>32</sup> Davam início a um levante juvenil e a “juventude agora se tornava um agente social independente”<sup>33</sup>.

Dentro dessa explosão internacional da juventude, que ia às ruas para expressar o descontentamento e apresentar o novo *modus vivendi*, ancorado a esse primeiro momento da rebeldia e da atmosfera geral dos movimentos da primeira metade da década de 1960, formou-se um dos mais visionários dos movimentos sociais, que viria a ser uma explosão de manifestações em prol do feminismo. O feminismo nesse momento ressurgia a partir dos movimentos antiguerra, do movimento universitário e dos direitos civis. Arelado a todos os movimentos de mudança social, deu início à conscientização das mulheres, sobretudo à necessidade de se operar em uma base igualitária entre os sexos. Aos movimentos da “Nova Esquerda”, questionava-se o papel da mulher nas organizações, e porquê de fato não estavam em posições de liderança, e ainda porque apenas aos homens a formação de porta-vozes, afinal, onde estavam as mulheres? Dentro das novas organizações das esquerdas, com toda a discussão sobre liberdade, o sexismo e a opressão, ainda estavam presentes: “às mulheres eram delegadas funções e tarefas que condiziam com certa divisão sexual do papel social. A elas cabiam tarefas como a administração ou a organização, mas não a execução das atividades centrais, a tomada de decisões ou a elaboração política “séria”.”<sup>34</sup>

Desafiavam-se então os conceitos de masculinidade e feminilidade, buscava-se mudar a relação entre os sexos, que de fato, era uma relação política e o *status quo* passava a ser questionando pelo movimento de libertação das mulheres, na tentativa de mudar todo o paradigma inserido na forma em que homens e mulheres interagiam:

Ao lado de seus camaradas de outros movimentos, os feminismos dessa era modificaram o imaginário político. Transgredindo uma cultura política que privilegiava atores que se colocavam como classes definidas nacional e politicamente domesticadas, eles desafiaram as exclusões de gênero dentro da social-democracia. Problematizando o paternalismo do Estado do bem-estar social e a família burguesa, os feminismos expuseram o profundo androcentrismo da sociedade capitalista.<sup>35</sup>

---

<sup>32</sup>KAMINSKI, L. Op. cit, p. 23

<sup>33</sup>HOBSBAWM, Eric, *Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras, 2005, São Paulo, p. 17.

<sup>34</sup>ARAUJO, Caroline e HOEVELER, Rejane Carolina. “1968 e a Segunda Onda do Feminismo”. In: BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de 1968: Barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018, p.68

<sup>35</sup>FRASER, Nancy. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e a representação”. In: *Estudos Feministas*, vol.15, n.2. Florianópolis, 2007. P.295.

A construção do senso de reconhecimento, da situação de opressão à mulher como algo mundialmente compartilhado, trouxe a esse momento de explosão dos ideais feministas uma importante marca: *o pessoal é político*. Os problemas subjetivos que individualmente as mulheres lidavam, passaram a partir das narrativas compartilhadas a serem vistos não como um problema pessoal, mas sim um problema social. Assuntos anteriormente privados tomaram espaço nas discussões sobre justiça e igualdade: a violência de gênero, a sexualidade, a discriminação trabalhista, a domesticidade, o corpo, o aborto, e ainda, indo além, pensar em como as diversas facetas da opressão perpassavam o econômico ou as noções de classe:

Fazendo assim, elas ampliaram efetivamente o conceito de injustiça para abranger não apenas as desigualdades econômicas, mas também as hierarquias de status e assimetrias do poder político. Com o benefício da visão retrospectiva, podemos dizer que elas substituíram uma visão de justiça monista, economicista por uma compreensão tridimensional mais ampla, abrangendo economia, cultura e política.<sup>36</sup>

Neste debate, buscava-se uma desconstrução e desnaturalização do masculino e do feminino, transformando o enfoque teórico-metodológico ao explicitar uma hierarquia na qual a mulher se encontra em uma posição inferior. É nesse momento em que teóricas feministas buscavam compreender e conceituar o gênero para explicar as formas de subordinação das mulheres e também caminhos de resistência para a transformação de tal condição. O conceito de gênero passa a ser usado como desestabilizador das teorias essencialistas sob os corpos do sexo feminino.

Essas novas movimentações feministas que ressurgiam nos países centrais - Estados Unidos, Inglaterra, França, Alemanha e Itália – se traduziram em uma enorme onda de manifestações de mulheres que apresentavam diversas bandeiras e vertentes, lutando por interesses percebidos por elas como específicos: “Esses interesses exprimiam-se na luta ‘contra a discriminação da mulher na sociedade’, o que pode ser traduzido no rebelar-se contra a imposição de um papel social alocado a um sexo, no caso, o ‘segundo sexo’, ou ‘sexo frágil’”<sup>37</sup>. Momento este que se constrói através da denúncia de outras formas de opressão que perpassa o econômico, rompendo com o silêncio do indizível, buscando superar formas de organizações tradicionais permeadas por matrizes culturais profundas e pelo autoritarismo patriarcal. É a construção de um

<sup>36</sup>FRASER, Nancy. *O feminismo, o capitalismo e a Astúcia da História*. v.14, n.2s. Londrina: Mediações, 2009, p.18

<sup>37</sup>FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria. Laura. V. C; HEILBORN Maria. Luiza. *Perspectivas Antropológicas da Mulher I*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar Editores, 1980, p. 35

espaço exclusivo de atuação política, no qual a mulher se descobre sujeito, indivíduo, produzindo assim diversas consequências sociais e culturais.

O ano de 1968 foi atravessado por diversas situações que movimentavam em plano global a juventude, *O Ano Que Não Terminou*, foi assim símbolo do “Poder Jovem”: “Na verdade, foi a erupção da transformação cultural, após duas décadas de transformação econômica e social sem precedentes, que faz de 1968 uma data significativa na história do século 20.”<sup>38</sup> Assim, “[...]foi o marco da Grande Recusa: recusa dos partidos oficiais, do marxismo burocratizado e do mundo venal, recusa e exigência de transformação de valores”.<sup>39</sup> O deslocamento para a vida cotidiana abriu a possibilidade para as lutas identitárias, que passaram a ganhar força pós 1968. Essas identidades coletivas passam a construir narrativas homogêneas, retóricas holísticas<sup>40</sup> que transformam os movimentos sociais, agora com uma característica de internacionalização, uma certa identidade própria a esses movimentos.

Em contrapartida na América Latina, constituiu-se um quadro de violência estatal, que se desenrolaria ao ciclo de ditaduras do Cone Sul, que foi marcado pelo rompimento das liberdades democráticas, assim como, a constituição de um cenário que manteve uma importante atuação política juvenil revolucionária, com novos atores e demandas. Assim, enquanto as mulheres nos Estados Unidos e Europa marchavam pelos seus direitos, as mulheres brasileiras foram barradas pela ditadura civil-militar que extinguiu qualquer possibilidade de liberdade de expressão e autonomia do sujeito.

O movimento feminista, portanto, foi se reconstituir novamente no Brasil só a partir da década de 1970, com as movimentações contraculturais, e o processo de abertura política no país, do qual falaremos mais adiante ainda nesse capítulo. Os estudos sobre a história das mulheres, e sobre esses movimentos e reivindicações também só foram ser objetos de intensos estudos a partir de uma modificação na historiografia, com uma abertura maior nos processos de reconhecimento de novos objetos de pesquisa e fontes históricas. É necessário dizer que essas décadas de silenciamento tem um fundamento, e esse silenciamento historiográfico por bastante tempo apagou da memória essas diversas manifestações de mulheres no Brasil:

---

<sup>38</sup>HOBSBAWM, Eric. *O ano em que os profetas falharam*. CADERNO “Mais!” Maio de 1968 – 30 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 maio 1998.

<sup>39</sup>MATOS, Olgaia. C.F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.36.

<sup>40</sup>CANDAUI, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

A historiografia brasileira, se e quando se refere ao decreto de 1932 ou à Constituição de 1934 concedendo o sufrágio feminino, geralmente silencia sobre o movimento, deixando crer que as mulheres se tornaram eleitoras por uma dádiva generosa e espontânea, sem que estivessem lutado ou emonstrado qualquer interesse por este assunto.<sup>41</sup>

A essa invisibilidade e silenciamento em relação às mulheres, Michelle Perrot define como *o silêncio das fontes*:

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende a memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra.<sup>42</sup>

Esse silenciamento da mulher na história pode ser atribuído também à ausência de uma pesquisa e registro de suas memórias. É nesse sentido que, sem lembranças, a mulher é a aniquilada, desaparece no vazio da memória, se tornando indizível, sem identidade, ficando à margem da história, com poucas exceções. A análise de memórias coletivas como objeto de pesquisa, em conjunto com a metodologia da História Oral, pode ser visto, portanto, como uma oportunidade dessas mulheres contarem suas trajetórias, seus respectivos pontos de vista, inscrevendo esses registros na história, uma história plural, mais democrática na qual são também sujeitos ativos. É neste sentido que Tedeschi afirma que “conceber a memória como algo por construir, mais que mostrar uma lembrança, é um giro heurístico importante que beneficia a reflexão e traz à luz uma história silenciada”<sup>43</sup>.

O resgate da militância feminista é portanto um trabalho de resgate de memórias que consagra ações de mulheres que fizeram parte de um movimento que buscava libertação e igualdade. É a partir da metodologia da História Oral que iremos analisar a construção das narrativas das mulheres que participaram do grupo de estudos feministas em Belo Horizonte nas décadas de 1970 e 1980.

Para darmos continuidade é importante compreendermos o contexto do Brasil nas décadas de 1960 e 1970. No Brasil o movimento de contracultura começa a ganhar

---

<sup>41</sup>ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980, p.13

<sup>42</sup>PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução Ângela M. S. C. São Paulo. Ed. Contexto. 2007. p. 17

<sup>43</sup>TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres* – Dourados – MS: UFGD, 2014. p. 38.



força a partir de 1968, mas o país já vinha sendo atravessado por suas próprias manifestações em um contexto particular, a partir de influências externas e características próprias, com diversas manifestações estudantis e distintas formas de resistência. No Brasil, os anos “rebeldes” foram também marcados por uma onda conservadora que culminou na ditadura civil-militar que duraria vinte e um anos.

## **1.2. Da ditadura às lutas pelas liberdades democráticas: mulheres pelo fim da ditadura patriarcal**

No dia 01 de abril de 1964, o governo democrático de João Goulart foi derrubado por um golpe de Estado, que mudaria as estruturas econômicas, sociais e culturais do Brasil. O golpe de Estado deve ser entendido como “resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista que está além das reações dos eventuais erros e acertos de Jango”<sup>44</sup>.

A implementação do Ato Inconstitucional nº 5<sup>45</sup>, em 13 de dezembro de 1968, transformou o Brasil: “era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância”.<sup>46</sup> A partir dessa data o país passou a viver uma situação de extrema repressão aos direitos civis e políticos; clima este implantado no governo do general Costa e Silva. Conseqüentemente, os planos da oposição ao regime, saíram então da teoria e passaram à prática, momento esse em que os grupos da esquerda armada se destacam no cenário nacional.

Neste momento surge em meio às discussões políticas, um novo movimento que contestava a esquerda tradicional, e mesmo as esquerdas revolucionárias, como também o universo conservador que as permeava e que regia o sistema social brasileiro no plano dos costumes. Nascia o movimento que foi reconhecido como contracultura, no qual o feminismo estava inserido.

---

<sup>44</sup>NAPOLITANO, Marcos. 1964 : História do Regime Militar Brasileiro. – São Paulo: Contexto, 2014. p. 12.

<sup>45</sup>O ato inconstitucional número cinco a partir do artigo 5º decretou: “A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato, importa, simultaneamente, em: I - cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função; II - suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais; III - proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política; IV - aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança: a) liberdade vigiada; b) proibição de freqüentar determinados lugares; c) domicílio determinado.” Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm)> Acesso em: 4 de março de 2020.

<sup>46</sup>SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 455.

A contracultura no Brasil, como em diversos outros lugares, desde a Europa Ocidental à América do Norte, não foi um movimento homogêneo baseado em uma única ideologia que marcava os grupos que iam de frente ao *establishment*, mas pode ser visto como um conjunto de ideias e valores que surgiam da “Nova Esquerda” e buscavam novas formas de articulação principalmente frente às formas mais convencionais de ativismo político. O desbunde, ou desbumdar-se, era uma via de revolução às margens da sociedade, ao confrontar tanto o regime repressivo, quanto a própria esquerda tradicional; aderindo à política de transformação pessoal.

Assim, como outras partes do mundo, o ressurgimento do movimento feminista no Brasil também se encontra dentro do bojo das manifestações contraculturais, mas veio a se desenvolver na segunda metade da década de 1970. Como dito anteriormente, enquanto os movimentos feministas estavam em seu auge no exterior, as mulheres brasileiras não tinham espaço para se manifestarem, uma vez que foi imposta a censura no país pelo regime militar. No entanto, como já exposto, significativas mudanças relativas aos papéis de gênero aconteceram no mundo e também no Brasil.

Na América Latina, os estudos sobre gênero firmavam-se sobre o questionamento do espaço privado como um lugar de essência feminina. A invisibilidade social das mulheres, que no cerne da questão aparecia como “fazer visível o invisível”: “Reconocer y nombrar otorga existencia social, y esa existencia visible parecía ser un requisito para la autovaloración y la reivindicación; de ahí la necesidad de conceptualizar y analizar lo cotidiano, lo antiheroico, la trama social que se tiene y reproduce”.<sup>47</sup> Mulheres deveriam ocupar os espaços públicos de maneira significativa, para que mudanças significativas acontecessem. Essas mudanças acarretaram revoluções no âmbito privado, mesmo que de forma tênue possibilitando novos horizontes às mulheres:

Las tendencias seculares mostraban que estoy a estaba ocurriendo y se manifestaba em el aumento de los niveles educativos y la tasa de participación de la smujeres em la fuerza laboral. A partir de los años setenta, el incremento de la participación feminina em la fuerza de trabajo em América Latina alcanzaría una magnitud enorme.<sup>48</sup>

Mantinhm-se as regras morais e os papéis de gênero construídos socialmente, mas incentivava-se o estudo como forma de complemento ao matrimônio. É a partir

---

<sup>47</sup>JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*.- 1ª ed.- Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2017. Libro digital, EPUB. p.55

<sup>48</sup> Ibidem, p.56

desse contato com os colégios que as mulheres se construía[m] como sujeitos politizados, produzindo reflexões filosóficas, sociais e existenciais. Essa formação política e intelectual, fortemente ligada à vivência familiar, auxiliava em muito o desenvolvimento educacional, e possibilitou às mulheres engajarem-se na militância em oposição ao regime ditatorial. Em entrevistas feitas com mulheres belorizontinas, que participaram do movimento feminista na década de 1970, a vivência familiar é reiterada diversas vezes, a exemplo dos testemunhos da jornalista Elizabeth Cataldo:

Minha mãe sempre nos estimulou, a mim e a minha irmã, a que nos estudássemos, procurou nos dar todas as condições, quando a gente veio do interior para Belo Horizonte foi muito em função de ela querer nos dar a melhor educação. [...] Ela sempre nos estimulou a ler, a debater, a estudar, isso foi um grande legado.<sup>49</sup>

A jornalista Elizabeth Fleury, também nos diz sobre o incentivo familiar relacionado aos estudos:

Porque meu avô tinha criado minha mãe bem criada aqui em Belo Horizonte, tinha feito cultura inglesa, cultura francesa, ela tinha cultura pra ajudar a sustentar a família. Eles tinham sete filhos, duas filhas estudando aqui, e um irmão também depois veio, e nós ainda estávamos fazendo colégio em Sete Lagoas, né, e mais irmãos menores em grupo escolar e tal, a mamãe foi pra rua dar aula.<sup>50</sup>

No que tange à militância política, “a participação feminina nas organizações militantes pode vir a ser tomada como um indicador das rupturas iniciais que estavam ocorrendo nos papéis tradicionais de gênero”.<sup>51</sup> As mulheres saíam, portanto, do privado, deixando os postos antes estagnados na categoria esposa, dona de casa, irmã, mãe e passavam ao público, mesmo que essas possuíssem, dentro dos partidos ou movimentos políticos, cargos de menor significação. Ainda que essas mulheres participassem ativamente das atividades políticas e do politizado movimento estudantil na primeira fase da ditadura brasileira – 1964/1968 – “em nenhum momento dessa participação ficou evidente uma discussão de caráter eminentemente feminista”<sup>52</sup>.

<sup>49</sup>CATALDO, Elizabeth Silva. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 06/08/2017.

<sup>50</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

<sup>51</sup>NASCIMENTO, I. F. G; TRINDADE, Z. A; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2012. p. 44.

<sup>52</sup>Ibidem, p. 45.

Além disso, é interessante observar que a participação feminina como sujeito político não se formou apenas nas organizações de esquerda e de oposição ao regime. Como afirma Izabel Pimentel:

É importante ressaltar que não foram só as mulheres de esquerda que romperam com os códigos de gênero de sua época. Em 1964, por exemplo, milhares de jovens e senhoras, em todo o país, foram às ruas nas famosas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade” para defender suas concepções políticas e ideológicas, tendo se tornado o símbolo do apoio da sociedade civil ao golpe de 1964.<sup>53</sup>

Ao analisar o feminismo brasileiro é importante perceber esse contexto político. Consagrava-se inicialmente como um movimento em oposição à ditadura, que se transformou ao longo dos anos, durante o processo de abertura política no país, como explica Mirian Chrystus, jornalista que também integrou o movimento feminista belorizontino na capital mineira na década de 1970:

Então é isso, aqui no nosso país, a gente pode dizer como na Argentina, e também no Chile, o movimento feminista ele nasceu imbricado com a luta contra a ditadura. O tempo todo foi uma luta contra a ditadura, com mais ênfase político ou não. Mas no nosso grupo a pegada era mais feminista mesmo, então a gente queria discutir, a gente também era... Lutava contra a ditadura, mas a gente queria discutir principalmente a questão específica da mulher.<sup>54</sup>

O processo de abertura política no Brasil é de extrema importância para entendermos a conjuntura política e social do país, que possibilitou o desenvolvimento e o desfecho do movimento feminista e de diversos outros movimentos sociais que embalaram toda a década de 1970:

A partir de 1974, esboçou-se uma grande frente oposicionista formada por empresários, políticos liberais, políticos de esquerda, movimentos sociais, movimentos estudantis. Mesmo as organizações armadas de esquerda fizeram sua autocrítica e assumiram a “questão democrática” como sua plataforma. Esse frentismo durou até começo de 1980, implodido sintomaticamente quando a questão democrática encontrou a questão operária. A entrada desse novo e vigoroso ator na luta pela democracia assustou os liberais e autoritários, que aceleraram as articulações para uma saída negociada do regime.<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup>SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “‘Feitas de Ferro e de Flor’: A Participação Feminina nas Organizações da Esquerda Armada Brasileira nas Décadas de 1960 e 1970”. In: *Anais Eletrônicos VI Semanade História Política/ III Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011. P.720

<sup>54</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>55</sup>NAPOLITANO, Marcos. *História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2016, p. 229-254

Em agosto de 1974 foi anunciada pelo então presidente general Ernesto Geisel o projeto de abertura política, e como pauta de governo havia uma política de distensão para uma via democrática. Se construiu naquele momento dois tipos de estratégias, sendo uma política e outra militar. A primeira seria a constituição de uma censura prévia, parcialmente suspensa, o que levaria certa garantia de liberdade de expressão e a esperança de as oposições se colocarem em cena. A segunda seria reforçar o poder do presidente afastando assim as Forças Armadas, reconduzindo-as a condição formal de condução da ordem.

Toda essa agenda política organizada estrategicamente, teve como legenda o famoso slogan: “abertura lenta, gradual e segura”, que previa agradar os diversos polos políticos de apoio e oposição, sem parecer um recuso das esquerdas, assim como minimamente dar espaço à esquerda republicana. Assim, desde a posse de Geisel até os anos finais da ditadura (1974-1985), são considerados os anos do processo de abertura política no Brasil:

Anticomunista convicto, foi o primeiro a reconhecer o governo comunista de Angola, em 1975. Mandatário de um regime acusado de ser braço do imperialismo estadunidense, entrou em conflito com o “grande irmão do Norte” por conta do acordo nuclear com a Alemanha e por causa dos direitos humanos. Abusou da censura para controlar a oposição, mas patrocinou uma política cultural que beneficiou muitos artistas que eram notoriamente contra o regime. Essas políticas, longe de serem expressões de um governo hesitante ou indefinido, inscrevem-se em uma estratégia clara de reforçar a autoridade do Estado e, conseqüentemente, dotar o regime e o governo de instrumentos para conduzir a transição para o governo civil com mão de ferro.<sup>56</sup>

Há de se levar em conta que certos direitos liberais clássicos foram em um determinado momento restabelecidos, mas as políticas do governo de Geisel se revezava entre momentos de maior e menor violência política: “As transições de regime não democráticas nos anos 1970 e 1980 começaram como transições do autoritarismo para “outra coisa”, mas não há nada que assegure que essa outra coisa [fosse] necessariamente um regime democrático.”<sup>57</sup> É pois nesse paradoxo entre a propalada política da distensão e a vigilância e a repressão política nas universidades, imprensa e em outros setores que se constituiu na memória social a imagem de Geisel como presidente da abertura. É importante ressaltar que: “O projeto foi mais de mudança política que de transformação política. A variante adotada deveria comportar uma

<sup>56</sup>NAPOLITANO, Marcos. Op.Cit, p.231.

<sup>57</sup>MOISÉS, José. A. Entre a incerteza e a tradição política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 40, 1994, p. 88

liberação do regime ditatorial, mas não necessariamente a democratização do sistema político.”<sup>58</sup>

Assim, o período anterior a 1970, nos primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira, é marcado pelo processo embrionário das movimentações feministas e de discussões e ações sobre questões de gênero. Movimentações feministas, registros e memórias sobre o feminismo no Brasil permaneceram no silêncio entre as décadas de 1940, 1950 e 1960, mesmo com a figura da mulher na sociedade dentro de ações políticas, culturais ou como organizações sociais. As pioneiras, jornalistas, militantes e anarquistas que fizeram transformações no final do século XIX, e aquelas que lutaram no sufrágio não passavam de imagens e memórias de um passado que se tornava distante da realidade em meio a essas três décadas de silenciamento. Fato é, houve pequenas movimentações, estudos e obras publicadas, como é o caso da autora feminista Rosie Marie Muraro, podendo também citar outras mulheres que sob influência dos movimentos contraculturais se posicionaram, mas o feminismo como organização social, e até mesmo a palavra feminismo, foi quase extinta do vocabulário português.

As mulheres nascidas entre 1940 e 1950 carregam consigo uma vivência que se situa em um momento de grande urbanização e modernização da sociedade, mas como dito anteriormente, com a ditadura civil militar, tiveram que aguardar onze anos, desde a implementação do regime, para que houvesse uma brecha, em que pudessem novamente se manifestar publicamente.

Em 1975, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como Ano Internacional da Mulher, as organizações feministas e de mulheres começaram a se espalhar pelo país. De acordo com Joana Maria Pedro:

Vivendo, desde 1964, em plena ditadura militar, durante a qual qualquer reunião, especialmente de grupos constantemente vigiados, constituía um risco muito grande, a Década da Mulher e o Ano da Mulher proporcionaram o lançamento de vários eventos acerca de questões relativas à mulher. Convém destacar, antes de mais nada, que a iniciativa da ONU apenas repercutiu o que estava acontecendo desde os anos 60 e, principalmente, no início dos anos 70, em vários países da Europa e nos Estados Unidos, onde as manifestações feministas enchiam as ruas das cidades reivindicando direitos entre estes, o de livre disposição do corpo. No Brasil, o evento patrocinado pelo Centro de Informação da ONU, em julho de 1975, no Rio de Janeiro,

---

<sup>58</sup>CODATO, Adriano Nervo. “Uma história política da transição brasileira da ditadura militar à democracia”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, nov. 2005, p. 92

realizado na ABI, teve o tímido título de "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira".<sup>59</sup>

É a partir desse marco que o movimento feminista brasileiro começa a compor suas próprias características, como movimento social organizado, com pautas e bandeiras específicas relacionadas ao corpo, a liberdade sexual, a divisão de tarefas, colocando as discussões feministas em um patamar mais avançado no Brasil, discutindo o direito ao orgasmo e ao prazer, o aborto como saúde pública e a liberdade de escolha visando a mulher como sujeito autônomo e capacitado, tentando identificar e denunciar as discriminações e as desigualdades que afetavam as mulheres brasileiras. Aqui é importante ressaltar que, como no resto do mundo, o feminismo na segunda metade do século XX é marcado pela presença de mulheres de classe média, com acesso à educação superior:

O movimento feminista tem uma característica muito particular que deve ser tomada em consideração pelos interessados em entender sua história e seus processos: é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria. Esta coincidência entre militância e teoria é rara e deriva-se, entre outras razões, do tipo social de militante que impulsionou, pelo menos em um primeiro momento, o feminismo da segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise. Pode se conhecer o movimento feminista a partir de duas vertentes: da história do feminismo, ou seja, da ação do movimento feminista, e da produção teórica feminista nas áreas da História, Ciências Sociais, Crítica Literária e Psicanálise.<sup>60</sup>

É pois nesse momento, de uma brecha no sistema político, dos limites das liberdades individuais dentro das novas políticas de atuação do regime autoritário, que os movimentos sociais vão retomar as ruas, como é o caso do movimento estudantil, associações de bairro, movimento operário, eclesiais, dentre outros, assim como o surgimento de novas movimentações que passaram a ocupar espaço público como movimentos sociais de mulheres, negros, homossexuais, ambientais e etc. O movimento feminista brasileiro começa a se compor de diversas formas, como associações e coletivos com diversas características e identidades, utilizando muitas vezes como identificação e denominação “movimento feminino” ou “movimento de mulheres”.

Ao saldo da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliaram-se as mudanças por que vinha passando o país sob o regime autoritário, durante

---

<sup>59</sup>PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006. p. 251.

<sup>60</sup>PINTO, Céli Regina Jardim. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), 15-23.

sua fase mais amena, últimos governos militares. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso em um país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal.<sup>61</sup>

Aqui é importante ressaltar que o acesso ao espaço público deu também no movimento de familiares de presos, mortos e desaparecidos políticos, como no caso do Movimento Feminino pela Anistia<sup>62</sup> no Brasil e *Madres de la Plaza de Mayo*<sup>63</sup>, na Argentina: “Em la práctica de la lucha antidictatorial, convergían el naciente paradigma de los derechos humanos y las mujeres, pero no como expresión de las demandas de igualdad del feminismo, sino como expresión del familismo y el maternalismo más tradicionales”.<sup>64</sup> Portanto é de extrema importância ressaltar, que a presença das mulheres nos movimentos de direitos humanos não implicava noções sobre o espaço social da mulher, muito menos o questionamento de direitos enquanto sexo feminino.<sup>65</sup> O espaço (simbólico) público após 1975 (ano em que se observa uma mudança e a discussão sobre feminismo entra em pauta) era constantemente ocupado e questionado entre dois polos: mulheres militantes nos direitos humanos e o feminismo. O amplo movimento de mulheres se mantinha dentro de pautas sociais e nem sempre específicos da mulher, mas o interessante é que tais pautas não excluía a possibilidade de atuação em outros movimentos e que tais mulheres mantinham ligações umas com as outras em determinados períodos de tempo quando se via necessário uma colaboração. De acordo com Beth Fleury, participante do movimento feminista belorizontino:

Aí a gente ia apoiar a luta contra os presos políticos, contra a prisão política, contra tortura, a luta da dona Helena Greco, do movimento feminino pela anistia, a gente se envolveu com todas essas agendas políticas. Isso foi em 1975. Em 1975 foi o ano que a ONU criou como o ano Internacional da Mulher. Foi que deu grande impulso pra luta feminista em muitos lugares

<sup>61</sup>SARTI, Cyntia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: vol. 12, maio-agosto/2004, p.39

<sup>62</sup>Movimento político fundado em dezembro de 1975 que reclamava a volta de exilados e a libertação de presos políticos durante a ditadura civil militar brasileira.

<sup>63</sup>Associação de mães que tiveram seus filhos assassinados ou desaparecidos durante o regime militar na Argentina (1976-1983). Ver mais em: <<http://madres.org/>>

<sup>64</sup>JELIN, Elizabeth. Op.cit. p.58

<sup>65</sup>Ibidem, p.58



onde não havia, e um pouco referendou a luta que já tinha nos países mais desenvolvidos.<sup>66</sup>

Ainda que tais movimentos se encontrassem em determinados momentos, é importante ressaltar que suas pautas eram bem delimitadas e que existiam conflitos e relações de poder entre a convivência de participantes feministas e do movimento de mulheres. As ideologias se chocavam nesses encontros como explica Miriam Chrystus:

Quando foi no sindicato de jornalistas, havia cinquenta mulheres, por exemplo, que formavam esse grupo. Mulheres católicas, mulheres de esquerda. Mas aí que está, no que a bandeira feminista entrou com o aborto, todas as católicas saíram por exemplo. Aí ficaram o que, dez, quinze... Aí foi restringindo. Porque o feminismo realmente tem suas bandeiras, não tem jeito.<sup>67</sup>

Havia também nesse momento conflitos entre os grupos feministas, não havendo uma receita única às novas movimentações. Existiam, portanto, de um lado, os grupos influenciados pelos discursos e estudos sobre o feminismo estrangeiro da década de 1960 e pela bagagem cultural e política das mulheres exiladas na França e outros países do norte global que retornavam ao país, e de outro, aquelas que já naquele momento se questionavam qual era o feminismo necessário para o Brasil, com um olhar mais específico em relação às vivências e demandas das mulheres latinas:

A discussão ontológica do ser mulher, inspirada pelas feministas marxistas (Alexandra Kollontai) e por Simone de Beauvoir, tornou-se imprescindível e inevitável para a elaboração do que havia sido vivido. Na busca de uma articulação entre a luta contra as condições objetivas de opressão social e a reflexão em torno das relações interpessoais, o feminismo brasileiro, como argumentou Moraes, enfrentou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por esta via, também a psicanálise como sua referência.<sup>68</sup>

O que unia, no entanto, a maioria desses novos grupos de militância, era a atuação nas esquerdas, que demandava uma dupla jornada de militância dessas mulheres, uma vez que para que houvesse uma mudança radical nas relações de gênero, era preciso derrotar o sistema autoritário que regia o país:

---

<sup>66</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

<sup>67</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>68</sup>Cynthia A.. "Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro". *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16, 2001, p.34

Lutar no Brasil pela 'liberação das mulheres', no campo da esquerda e em plena ditadura militar, não permitia que o feminismo brasileiro fosse semelhante ao projeto que se desenvolvia na Europa e nos Estados Unidos, de onde vinham os livros, as ideias, as propostas. Certamente foi esse cenário o principal responsável pela data 'fundadora' de 1975. Aquelas que, anteriormente, estavam discutindo e formando uma nova feminilidade, não reconheceram como feministas as atuações de vários dos grupos que assim se denominavam, tornando a própria denominação 'feminista' alvo de intensas disputas. A luta contra a ditadura e a busca por 'conscientização' das camadas populares tornaram o movimento feminista e de mulheres uma maneira menos arriscada de realizar esse projeto.<sup>69</sup>

Para além dos conflitos ideológicos dentro do próprio movimento, existia a dificuldade dessas mulheres se colocarem dentro das discussões sobre as liberdades democráticas, uma vez que para as organizações de esquerda em geral, o feminismo era considerado um desvio de forças: “Na verdade, a esquerda exilada, marxista e masculina via no feminismo uma dupla ameaça: à unidade da luta do proletariado para derrotar o capitalismo e ao próprio poder que os homens exerciam dentro dessas organizações e em suas relações pessoais”.<sup>70</sup>

Mirian Chystus, jornalista e participante do movimento feminista mineiro relata:

[...] porque eles (esquerda) são tão voltados pra questão da luta contra o regime, contra o regime militar, que eles achavam que qualquer outra coisa, a ser discutido fora dessa pauta seria o que eles chamavam de desvio de forças. Então você discutir a situação da mulher era um desvio de forças, e a gente achava que não, que dava pra fazer as duas coisas, e acho que fazíamos as duas coisas.<sup>71</sup>

Cabe mencionar que a partir da distensão política e a modificação nos processos de censura, periódicos começaram a ganhar espaço na sociedade. Era o momento dos jornais alternativos<sup>72</sup> e feministas que ampliaram a nível nacional as discussões sobre a mulher e as relações de gênero. Podemos citar aqui o *Brasil-Mulher* (desesseis números, de 1975 a 1979), o *Nós-Mulheres* (oito números, de 1976 a 1978) e *Mulherio* (1981-1988). Todos esses jornais constituíram um espaço significativo, trazendo ao debate público assuntos como a questão da luta por moradia, por creche, por equidade salarial, assim como discussões relativas à subjetividade, aos direitos sexuais e ao aborto:

Eram jornais voltados para uma consciência crítica das mulheres diante de sua situação histórica, e para motivá-las a se inserir no contexto da luta política de resistência à ditadura militar sem deixar suas questões específicas.

<sup>69</sup>PEDRO, Joana Maria, Op. Cit, p. 269

<sup>70</sup>PINTO, Céli Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003, p.53

<sup>71</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>72</sup> Retomaremos a discussão sobre a imprensa alternativa de forma mais ampla no próximo capítulo.

Mas, principalmente, fazê-las entender que a revolução social tem que dar conta das necessidades das mulheres.<sup>73</sup>

Um dos pontos fortes na militância feminista, foi sem dúvida relativo à liberdade do corpo e a sexualidade feminina, Mirian nos relata:

Eu acho que a pauta maior, para ser franca, talvez até pelo motivo da nossa idade, eu acho que era muito mais a questão do orgasmo, da sexualidade, do prazer... Porque, veja só, os grupos feministas, naquela época... Você tinha exercícios, [...] Parece até que esta voltando agora. Aquelas oficinas, aquelas oficinas até para você conhecer a própria vagina. As mulheres ficam lá de perna aberta, bota espelho, se vê, e discute, de onde é o clitóris, como é o clitóris, como é que é... Eu acho que até pela questão da idade das pessoas, estavam todos muito interessados pela questão da sexualidade.<sup>74</sup>

A questão da liberdade sexual pode ser também atribuída às movimentações contraculturais e ao feminismo norte-americano, que na década de 1960 já mantinham no discurso a reivindicação do direito das mulheres em determinarem suas próprias vidas reprodutivas assim como o direito ao prazer sexual:

A nova era marcada pelo advento da pílula anticoncepcional (o que simbolizava para as mulheres, o sexo não apenas para a procriação, mas para o prazer), das comunidades em detrimento da família tradicional, da “curtição” em contraponto ao casamento monogâmico e do prazer em detrimento à ânsia de poder propagada pelo sistema capitalista, foram algumas das propostas contraculturais relacionadas ao campo da sexualidade. A necessidade de se combater todas as formas de opressão advindas da sociedade patriarcal estabeleceu a interseção com o movimento feminista.<sup>75</sup>

Durante toda a década de 1970 diversas pautas foram surgindo e se ampliando no país. Em decorrência de todas essas discussões houve mudanças significativas a partir dos anos 1980 no Brasil. Nesse contexto surgiram diversos centros de SOS em que mulheres vítimas de violência conjugal foram recebidas e atendidas:

A ambigüidade da mulher, em face da opressão de que é objeto, começou a emergir mais claramente em torno da questão da violência contra a mulher, como mostraram os estudos de Heloisa Pontes e de Maria Filomena Gregori. No atendimento aos casos de violência, foram se tornando visíveis os elementos que permitiam ver a violência como um mecanismo relacional,

<sup>73</sup>TELES, Amelinha; LEITE, Rosalina Santa Cruz. Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980). São Paulo: Intermeios, 2013, p.65.

<sup>74</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>75</sup>BARROS, Patrícia Marcondes de. “A revolução sexual nos anos 70 e o pensamento contracultural de Rosie Marie Muraro”. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 9, n. 18, 2017, p.103

apontando para a necessidade de se trabalhar tanto a vítima quanto o agressor.<sup>76</sup>

Esse é o momento em que surgem as primeiras delegacias de mulheres no país, assim como uma abertura para se discutir questões que antes eram considerados inapropriadas ou como um tabu que controlava através da culpa corpos femininos. Podemos citar por exemplo, para além dos jornais e periódicos feministas, produções cinematográficas que começaram a abordar temas de relevância social: a série global ‘Quem Ama Não Mata’ que abordou o tema da violência doméstica e o programa “TV Mulher”, apresentado por Martha Suplicy, que discutia questões sobre sexualidade e o papel da mulher na sociedade. Toda a efervescência dessa militância durou até os primeiros anos da década de 1980.

Assim, o ano de 1975, tanto quanto o processo de abertura política, podem ser vistos como marcos para as movimentações feministas no Brasil, transformando pensamentos e ideologias, e tal data pode ser identificada como uma simbologia no imaginário e nas memórias de mulheres que participaram do movimento feminista belo-horizontino. O ano de 1975 marcou o começo das reuniões de estudo do grupo feminista belo-horizontino, que é o foco de nossa dissertação, e sobretudo da construção de uma identidade militante que veio a constituir um novo espaço de desconstrução, de luta e de afetos:

Em 1975 foi o ano que a ONU criou como o ano Internacional da Mulher. Foi que deu grande impulso pra luta feminista em muitos lugares onde não havia, e um pouco referendou a luta que já tinha nos países mais desenvolvidos. E neste ano é que a gente usa isso pra criar, também se criou muitos grupos no Rio de Janeiro e São Paulo, e em Belo Horizonte, nós temos a honra de sermos as mulheres que criamos.<sup>77</sup>

É pois, no ano de 1975, que surge em meio às discussões políticas e à luta pelas liberdades democráticas, o pioneiro grupo feminista em Belo Horizonte que será analisado no próximo capítulo.

---

<sup>76</sup>SARTI, Cynthia A. O.p. Cit.p.43.

<sup>77</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

## Capítulo 2:

### **As *Bad Girl's* e o pioneiro movimento feminista mineiro**

Marcado pela paixão ao conhecimento, na busca pelo entendimento do lugar de inserção das mulheres na sociedade, no desejo de descobrir e desvendar aquilo que era proibido ao feminino, o sexo e o gozo, o corpo e seus tabus; as relações entre os sexos, os relacionamentos afetivos e seus desdobramentos, surgiu em 1975 o *Centro da Mulher Mineira* em Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Esse capítulo tem como principal objetivo analisar grupo específico de mulheres que atuou na sociedade belo-horizontina em prol do feminismo em dois tempos 1975 -1980 e 2018. Jovens mulheres, estudantes universitárias, que cursavam Comunicação Social e Psicologia, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Economia, Jornalismo e Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas), que se mobilizaram e se dispuseram a formar um grupo de estudos que posteriormente organizou e participou de diversas ações sociais. Durante quase quatro anos se reuniram para discutir teorias feministas, sendo ativas e colaboradoras em palestras, realizações de ações e eventos sobre questões da mulher. Escreviam também denúncias sobre o período repressivo e sobre questões feministas no jornal alternativo “*De Fato*”, que circulou em Belo Horizonte, entre 1976 e 1978.

Sendo assim, iremos acompanhar o percurso dessas mulheres belo-horizontinas, estudantes universitárias que se dispuseram a criar um grupo de estudos sobre a temática feminista, como também analisar o movimento “Quem Ama Não Mata”, organizado por algumas integrantes, em decorrência da violência conjugal, em dois períodos: 1980 e 2018. Desse modo, o objetivo é identificar as permanências e diferenças entre os dois atos realizados e compreender o que motivou essas mulheres em dois períodos distintos; assim como as mudanças nos feminismos, examinando o movimento feminista na contemporaneidade, a fim de entender tais mudanças e permanências de pautas e ações na sociedade brasileira.

Interessa-nos apresentar nesse capítulo as ações dessas mulheres e suas contribuições à sociedade em relação aos avanços das discussões feministas no Brasil. Além disso, também analisaremos o jornal alternativo “*De Fato*” que circulou em Belo Horizonte entre 1976 e 1978, e que contou com a participação de algumas das mulheres inseridas no grupo de estudos feminista.

## 2.1. 1975: As *bad girls*

Na primeira metade da década de 1970, sete universitárias, estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas) se juntaram em Belo Horizonte e formaram um grupo de estudos para discutir questões que permaneciam no silêncio do indizível. Queriam descobrir e desvendar aquilo que era proibido ao feminino. O sexo e o gozo, o corpo e seus tabus; as relações entre os sexos, os relacionamentos afetivos e seus desdobramentos na subjetividade de cada uma delas: “A busca pelo prazer, claro todas nós tínhamos 23, 24 anos e estávamos loucas para ter nossos orgasmos maravilhosos. E cadê esses orgasmos que não chegavam?”.<sup>78</sup> O espaço público se tornou palco para o debate de assuntos antes reservados ao espaço privado. O que motivava essas mulheres era o desejo de discutir a fundo as disparidades de gênero, entendê-las e combater as opressões sob o feminino, fazendo transformações necessárias, nas mentalidades e ações: “Eu brinco que éramos as *bad girls*!”.<sup>79</sup>

O grupo era formado pelas jornalistas Mirian Chrystus de Melo e Silva; Elizabeth Maria Fleury Teixeira; Elizabeth Cataldo; a economista Márcia Flausina; a advogada Elizabete Almeida Assunção; Lúcia Afonso, bacharel em Letras; e Cátia Gallauer, uma suíça que veio morar no Brasil

O ponto de partida para a formação do grupo se deu no desejo em comum dessas jovens mulheres pelo estudo, momento em que existia uma efervescência de cursos superiores nas capitais do Brasil. O caminho das sete jovens mulheres foi se cruzando ao longo da primeira metade de 1970. Se encontraram em Belo Horizonte, capital mineira, após cada uma delas ter se deslocado do interior de Minas Gerais, de outro estado e até outro país. Cada uma com seus motivos, em períodos distintos, que englobam situações familiares, desejos e sonhos.

Antes de prosseguirmos é de fundamental importância ressaltar que, trabalhando com a memória dessas mulheres, e utilizando o arcabouço teórico sobre o tema, é notável os embates de memória, visões subjetivas e representações do tempo passado, o que trouxe uma série de testemunhos que divergem entre si. A partir das entrevistas com essas mulheres – realizadas segundo a metodologia de História Oral – é possível perceber a rememoração subjetiva de cada uma dessas mulheres, cada qual com sua

---

<sup>78</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>79</sup>Ibidem.

lembração do período. Ou seja, cada uma das cinco mulheres entrevistadas teve sua própria experiência com a criação e participação no grupo de estudos. É importante, pois, levar em consideração as questões da memória dividida: demonstrar aqui que o objeto de estudo desse trabalho não é uma história ou uma memória dominada, nem tão pouco construí-la como dominante ou oficial. Seguindo Portelli<sup>80</sup>, é importante ressaltar que a questão não é discutir uma memória versus outra, e, sim, destacar que são múltiplas memórias fragmentadas, com diversas influências culturais, sociais e ideológicas, e que a grande diferença entre elas está na transformação das representações em fatos por parte de cada memória.<sup>81</sup>

No começo da trajetória dessas mulheres existem dois pontos que devem ser destacados: o ambiente universitário e o “*Jornal de Minas*”. Sem dúvidas, a vida universitária proporcionou o encontro dessas mulheres, pelo fato de todas elas terem ingressado na UFMG e na PUC-Minas, mesmo que em momentos e cursos distintos, gerando encontros nas dependências do campus universitário. Mas é interessante ressaltar que as “Repúblicas estudantis” em Belo Horizonte tiveram um papel significativo. Os primeiros laços criados tiveram seu processo embrionário em casas e barracões destinados aos estudantes nos bairros da capital. Assim se deu um dos primeiros laços entre as sete: Elizabete Almeida, vinda do interior de Minas, se encontrou com Mirian Chystus - curitibana, que se mudou para Minas Gerais ainda na infância -em uma “república” mineira. Esse encontro proporcionou entre elas os primeiros debates e questionamentos sobre as questões de gênero e do feminismo. Elizabeth Cataldo e Elizabeth Fleury, alguns anos depois, também vieram a morar juntas em outra república.

A trajetória dessas mulheres foi impactada em 1975 com o Ano Internacional da Mulher. Foi realizado no Rio de Janeiro no mesmo ano, o Seminário sobre Feminismo com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Mirian Chystus relata que:

Então, eu vi uma notícia no Jornal que ia haver um Congresso Feminista, um Encontro Feminista no Rio de Janeiro. Promovido lá pelas feministas do Rio. Aí, eu resolvi, eu peguei minha malinha, fui pra rodoviária, fui pro Rio. [...]

<sup>80</sup>Das sete mulheres percursoras do movimento feminista belorizontino, cinco delas nos concederam entrevistas até o presente momento, e é a partir de seus testemunhos que esse trabalho se sustenta.

<sup>80</sup>PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (org.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 103-130.

<sup>81</sup>Os debates teóricos e historiográficos e as questões referentes ao testemunho, memórias e subjetividades serão retomados e aprofundados em nosso próximo capítulo.

Ali, pra mim, se revelou um mundo completamente diferente. Foi muito importante esse Congresso do Rio de Janeiro. Ali, eu aprendi duas coisas: o que que era uma sociedade dividida em classes e como é que a mulher participava dessa divisão na sociedade. [...] Mas ali, eu estava vendo a descrição da vida de uma forma que eu nunca tinha pensado: a sociedade dividida em classes. E, ao mesmo tempo, onde que o Feminismo entrava, onde que as mulheres entravam nessa sociedade capitalista, que explorava o trabalho gratuito das mulheres em casa, mas, ao mesmo tempo, as possibilidades de rebelião contra isso. Então, aquilo ali, pra mim, mudou tudo [ênfase] na minha vida. Mudou a minha forma de perceber a vida, a questão da mulher.<sup>82</sup>

Foi a partir dessa experiência que Mirian Chrustus voltou a Belo Horizonte, com a ideia de organizar um Seminário na capital: “[...] participo desse Congresso no Rio e volto pra Belo Horizonte pensando por que não fazer algo semelhante aqui. Aí, eu juntei com umas duas, três amigas lá do *Jornal de Minas*, jornalistas também, a Beth Cataldo, a Beth Fleury.”<sup>83</sup>

Chegamos então ao segundo ponto ressaltado anteriormente: O “*Jornal de Minas*.”<sup>84</sup>Foi na redação do jornal que essas três mulheres, estudantes de História<sup>85</sup> e Comunicação Social, se encontraram e conviveram diariamente, compartilhando experiências. O jornal teve um papel fundamental pelo fato de ter sido a partir do proprietário do mesmo, Afonso Paulino,<sup>86</sup> que o Seminário idealizado por Mirian e compartilhado pelas outras companheiras, pudesse ser realizado. O *Jornal de Minas* mantinha uma característica curiosa, e por vezes confusa, quando em uma época de repressão gerada pela ditadura civil militar, abrigava em sua redação conservadores, militantes de esquerda e feministas. É que o jornal provinha do antigo jornal mineiro conservador e católico “*O Diário*” ou “*Diário Católico*”, fundado em 1935 pela arquidiocese de Belo Horizonte. Em 1972 assumiria uma outra fase, com a compra do mesmo por Afonso Celso Raso, Afonso de Araújo Paulino, José Flávio Dias Vieira, Cristiano Ferreira de Melo e Marcos Sousa Lima, surgindo o *Jornal de Minas*, que circulou até 1988, data final de seu funcionamento.

---

<sup>82</sup>SILVA, Mirian Chrustus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>83</sup>Idem.

<sup>84</sup>Ver mais em: ZUBA, Fernando Horta. *Jornal de Minas: Histórias que ninguém leu*. Belo Horizonte, Editora Páginas, 2018.

<sup>85</sup>Elizabeth Cataldo, nesse período cursava História na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC – Minas). Decepcionada com o curso, pediu emprego no *Jornal de Minas*, e passou então a ser uma das repórteres do jornal.

<sup>86</sup>Afonso Araújo Paulino é um ex-jogador profissional de futebol de salão e também ex-presidente do Clube Atlético Mineiro. Tomou posse do controle geral do *Jornal de Minas* em 1973, mantendo uma reputação contraditória, visto como um indivíduo extremamente simpático, gentil e respeitoso, ao mesmo tempo em que é acusado de ter apoiado torturas à oposição do regime, mantendo estrita ligação com militares. Para saber mais sobre sua trajetória: ZUBA, Fernando Horta. *Jornal de Minas: Histórias que ninguém leu*. Belo Horizonte, Editora Páginas, 2018.



Era portanto um jornal controverso, com funcionários ligados a distintas vertentes políticas, a exemplo de Afonso Paulino, que assumiu o controle do jornal em 1973, sendo apoiador do regime ditatorial, mas que mantinha certa liberdade com seus funcionários. Assim o jornal possuía pautas diversas, com reportagens pró e contra a ditadura: “você tinha essa linha do jornal meio estranha, por exemplo, defendia as montanhas de Minas, [...] contra a devastação, mas o Jornal era propriedade de Afonso [...] Ele, simplesmente, tinha uma sala no DOPS com o nome dele, uma homenagem: Sala Afonso Paulino”.<sup>87</sup>

Em um primeiro momento, o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFMG foi contatado, com a proposta de realização do Seminário, mas houve resistência por parte da diretoria, como explica Mirian: “Aí, levei a proposta para Samira Zaidan, que era a presidente, a presidenta do DCE. E, pra minha surpresa, eu tive a proposta negada”<sup>88</sup>.

Aqui é importante ressaltar o contexto político em que se encontram essas mulheres na década de 1970, que ainda sob um regime ditatorial, as forças de esquerda, principalmente o movimento estudantil do período, mantinham a ideia de que qualquer discussão que se afastasse da luta pelas liberdades democráticas, seria um desvio de forças:

O Movimento Estudantil que estava numa grande luta contra a ditadura achava, até de acordo com (teorias) da época, que era um desperdício de energia outras lutas. A grande luta era essa, derrubar a ditadura. Então, você abrir uma outra vertente pra falar sobre a questão das mulheres seria um desperdício de energia desta grande luta maior que deveria congraguar todos os nossos esforços.<sup>89</sup>

Elizabeth Fleury também relata a frustração em relação à recusa do Diretório Central dos Estudantes naquele momento:

Olha só, a gente vai no DCE, a presidente não aceita porque acha [...] o Movimento Estudantil não queria se ver ligado a esse tipo de imagem, esse tipo de Movimento do Feminismo, não queria. O Movimento Estudantil não queria se ver unido a esse tipo de questão, questão feminista. Quer dizer, uma mulher que é presidente do DCE renega a nossa proposta.<sup>90</sup>

O desejo de realizar o Seminário, no entanto, se manteve, e foi com a ajuda de Afonso Paulino, dono do *Jornal de Minas*, que no ano de 1975 se realizou o “Mulher

---

<sup>87</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>88</sup>Idem.

<sup>89</sup>Idem.

<sup>90</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

em Debate”. Nos testemunhos, é possível perceber os embates políticos dentro do *Jornal de Minas*, que sempre colocam Afonso em uma posição de extrema direita e que, posteriormente veremos, viria a contribuir para a saída de vários jornalistas da redação:

O cara de direita, de extrema direita, convivendo com torturador no DOPS, é, cercado de prisioneiros que ele, que ele coloca sob a guarda dele com aqueles cachorros dele, de sala, uma coisa estranhíssima, mas, ao mesmo tempo, muito, muito liberal e muito... engraçado! Ele tinha um respeito muito grande em relação aos jornalistas, o tratamento que ele nos dava, mas enfim. Conversando com ele, eu comentei do meu desapontamento em relação a essa ideia que a gente tinha, e ele falou, “eu vou bancar esse Seminário pra vocês. Você me fala que vocês precisam. Eu vou dar x passagens e x estadias no “Hotel Del Rey”, que era o “melhor” de Belo Horizonte. [...] Então, pra nossa surpresa, a gente, aí fez uma reunião, eu, a Beth Cataldo, Beth Fleury, mais Beth Cataldo, na verdade, era mais eu e Beth Cataldo... e topamos, topamos fazer essa aliança estratégica com Afonso Paulino.<sup>91</sup>

Apesar da recusa por parte do movimento estudantil, o espaço físico do DCE foi disponibilizado e em outubro de 1975, durante três dias, aconteceu o Seminário, que teve a participação de vários profissionais e intelectuais que discutiram sobre temas relacionados à questão da mulher. Entre os convidados para as mesas de debate estavam Branca Moreira Alves, Rose Marie Muraro, Theresinha Zerbini, Raquel Moreno e Zélia Rojedo, discutindo sobre prostituição, questões trabalhistas, abordando a situação da mulher no trabalho, nas relações pessoais, na vida política. Assim, constituíram a primeira celebração do Ano Internacional da Mulher em 1975 em Belo Horizonte.

Questionadas sobre o evento e sua repercussão, relatam com felicidade e orgulho a importância e o impacto do Seminário, como um marco importante para o começo das discussões sobre feminismo em Minas:

[...] trouxemos as feministas de São Paulo aqui, as importantes... Que tinha que mobilizar a opinião pública. Tava lotado. [...] assim lotado. A platéia inteira, quinhentos milhões de pessoas. Um monte de estudante universitário, professor, todo mundo ali. A gente queria se encontrar, a gente queria debater, a gente queria entender o que tava acontecendo no mundo. E no mundo, e não só no mundo da produção do conhecimento, mas no mundo político, no mundo capitalista, nas grandes forças que tava gerindo o mundo, pra que lado tava apontando, os grandes teóricos tava explicando o que tava acontecendo, o que é que essa gente tava pensando e falando. E a gente queria o tempo inteiro tá junto e discutindo.<sup>92</sup>

Mirian Chyustus também relata sobre o seminário: “Olha... eu tenho uma avaliação hoje, eu acho que foi um evento de ponta, com as forças intelectuais que nós

<sup>91</sup>SILVA, Mirian Chyustus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>92</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

“dispunhíamos”, eu acho que o que havia mais de ponta no Brasil. [...] Então, eu vejo que a gente fez um debate de altíssimo nível, mas... e enfrentando aquelas questões”.<sup>93</sup>

As questões citadas por Mirian dizem respeito a embates e episódios de resistência em relação às discussões promovidas no Seminário, a exemplo:

[...] quando Raquel Moreno estava discutindo a situação das mulheres prostitutas, entrou um grupo de estudantes... eu esqueci o nome... era um amigo nosso... entrou marchando dentro do auditório e gritando: “¡Pelas putas! ¿Donde están las putas?” Ora! Evidentemente, que as putas não estavam ali, eles queriam... daí, já era uma outra esquerda mais radical, mais de comportamento cultural. Não havia ainda representante das prostitutas, a gente não tinha contato com esse universo. E eles nos cobravam, então, daquela forma, e as putas? Onde estão as putas?<sup>94</sup>

É necessário pois, reforçar que as questões de gênero e os debates relacionados ao feminismo se encontram nesse momento em um processo embrionário, com pouco espaço e aderência para discussões, como relata Márcia Flausina: “porque, na época, também, havia um... (como) sociedade, culturalmente, um certo preconceito contra o Feminismo. A palavra Feminismo, havia, assim, um cuidado em evitar e, porque era negócio de queimar sutiã e [...], não sei o que.”<sup>95</sup> Apesar de outro episódio de percalço no Seminário, Mirian afirma: “Então, a gente ia chamar... chamou, efetivamente, a Zélia (Rojedo)[...] Ela era a nossa convidada, e ela estava planejando acabar conosco da seguinte forma, ela ia falar que... é... não existia a questão da mulher, existia a questão da luta de classes, do operariado.”<sup>96</sup> E ainda: “Você não tinha esse pensamento, a gente estava criando.”<sup>97</sup>

As dificuldades que se deram nesse processo de organização e realização do Seminário foram ultrapassadas pela vontade e persistência dessas jovens mulheres na busca por uma via para se constituírem e se entenderem enquanto sujeito mulher, com demandas e desejos frente a sociedade. Assim, no testemunho de Mirian Chrystus, existe a afirmação de que o Seminário abriu espaço para a fundação do grupo de estudos:

Aí, a gente cria esse grupo, que é um grupo pequeno... A gente falou: “Olha, a gente vai fazer um grupo de estudos”. Mas apareceram seis ou oito pessoas, estudantes, do Movimento Estudantil... a Flausina... a Flausina já era militante, se eu não me engano, da PUC. Ela era da Universidade Católica... você tinha... enfim, umas seis ou oito mulheres que participavam desse

<sup>93</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>94</sup>Idem.

<sup>95</sup>SILVA, Flausina Márcia. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 19/05/2020

<sup>96</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>97</sup>Idem.

grupo... você tinha a Cátia Gaulier, que era uma suíça que morava aqui, Beth Fleury, Beth Cataldo, Beth Almeida, que era uma advogada recém-formada, eu, Lúcia Afonso, que era uma poeta, participava.<sup>98</sup>

Existe no entanto, nessa periodização, entre encontros anteriores à realização do Seminário, alguns testemunhos que divergem e assumem outras narrativas sobre a formação do grupo, como nos conta Elizabete Almeida:

A gente morava junto (Mirian). Ai a gente lia sempre. Teve um livro da Betty Friedan, “A Mística Feminina”, que nos chamou atenção. Nós resolvemos ler juntas, daí que teve uma menina até que fez psicologia, que na época tava interessada, pediu pra participar. Depois Beth Fleury e Beth Cataldo. E teve uma menina que era Suíça que tava morando aqui em “BH” também que quis participar. Só sei que foi, tinha um grupo assim de umas cinco pessoas. Dessas cinco, não... umas seis, seis ou sete. Dessas estávamos nós quatro, que acabamos permanecendo por mais tempo. E quando chegou 1975, a gente resolveu dar o grito. Partir pra briga.<sup>99</sup>

Em outra versão, Elizabeth Fleury afirma:

E a gente se encontrava no murinho da Fafich [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas], ali é que era o negócio do papo. A hora dos intervalos aí, todo mundo tomar um cafezinho. Comprava lá o café lá no D.A [Diretório Acadêmico], que era ali embaixo no “coleginho”, subia a rampa e sentava no murinho, tomar sol. Tinha muito disso. Ali é que as coisas rolaram muito, a gente criou grupos. Foi nesse mesmo murinho que Mirian sentou comigo um dia e falou assim: “você não quer participar de um grupo sobre mulheres não?”[...] movimento de mulheres, porque a gente não chamava de feminismo propriamente.<sup>100</sup>

Ao cruzarmos os testemunhos é possível perceber que existiram encontros para discussões antes da realização do Seminário, seja nas repúblicas, na redação do *Jornal de Minas* no campus universitário: “A gente tinha discussões, mas não de caráter teórica, era uma coisa prática [...] porque a gente era muito era revoltada, [...] revoltada com a situação da mulher seja em termos amorosos, [...] a questão do prazer da mulher; [...] a Beth vivia isso, eu vivia isso”.<sup>101</sup> Peguemos também de exemplo o testemunho de Beth Fleury:

Eu lembro que a gente tinha muitas discussões nas salas, nas reuniões do grupo. Por isso é que eu acho que o grupo existia antes entendeu? Porque... Tudo isso acontecia na casa da Mirian. [...] Já acontecia isso se não estou enganada. Porque como que nos íamos ter essa forma de organização toda pra trazer essas pessoas, [...] pra fazer tudo, tudo isso aconteceu de uma maneira que a gente já estava funcionando enquanto grupo. Quer dizer, o fato

<sup>98</sup> Idem.

<sup>99</sup> ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

<sup>100</sup> TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>101</sup> SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

de ter que organizar esse evento (Mulher em Debate), nos organizou como grupo, basicamente eu diria que é isso. E por isso que a gente fala que nasceu um grupo daquilo. Que esse foi um fruto, da nossa luta ali naquele momento pra poder fazer o debate público.<sup>102</sup>

Em todos os testemunhos existe a construção de uma narrativa que coloca o grupo de estudos intrinsecamente ligado à redação do jornal alternativo *De fato*, que veio a ser fundado no final de 1975 com a saída de vários jornalistas do *Jornal de Minas*, após uma matéria publicada sobre a morte do jornalista Vladimir Herzog:

O jornal De fato nasce então desse esforço contra a ditadura. A gente teve a morte do Vladimir Herzog, [...] foi barbaramente torturado durante dois ou três dias, e depois foi dito que ele tinha se matado, quando a gente sabe hoje que Vladimir Herzog foi morto sobre tortura. Então, aquilo foi tão chocante para nós jornalistas que trabalhávamos no “Jornal de Minas”, [...] houve uma saída em massa do “Jornal de Minas”, porque ele estampou na primeira página um editorial de página inteira a favor da morte do Herzog. Então de repente a gente teve essa contradição assim ali, na nossa cara. Você jornalista e trabalha num jornal que é a favor da tortura e da morte de jornalista. [...] Eu tinha sido, inclusive promovida a editora, eu tive que falar com o Afonso Paulino na sala dele que eu ia sair do Jornal, mas ele: “você acabou de se promovida a editora, você está saindo porque te disseram, porque eu participei de tortura, não é verdade? Apenas uma sala no DOPS tem o meu nome, em homenagem a mim.” É evidente que eu não ia discutir com ele, eu tinha medo dele. Mas nós saímos e criamos nosso próprio jornal, pra gente ter direito de escrever aquilo que a gente realmente pensava. Porque a gente tava cansado de vender o nosso talento, a nossa habilidade para um jornal que de repente a gente descobriu que era a favor da morte de jornalista. Então nós criamos esse jornal.<sup>103</sup>

A realização do Seminário, a criação do jornal *De Fato* e o começo das reuniões oficiais do grupo de estudos estão ligados e contam com intervalos de meses na segunda metade do ano de 1975. A partir da criação do jornal alternativo, os encontros passaram a ocorrer no bairro Floresta em Belo Horizonte, na casa de Mirian Chystus, já casada com Aloísio Moraes: “eu era casada com Aloísio de Moraes, que tinha criado o jornal *De Fato*. O jornal *De Fato* funcionava na nossa casa. Ao mesmo tempo, o Charles Magno também morava nessa casa com a Lúcia Afonso e o Fernando Assunção, eram... uma casa... três quartos, dois casais...”<sup>104</sup>

Dividiam-se então entre reuniões sobre feminismo e pautas jornalísticas. Interessante observar que, dividindo esse mesmo espaço, todas as mulheres do grupo de estudos, mesmo que em outros cursos e atuantes em outras áreas, estiveram também ativas nos processos de organização e produção do jornal alternativo. Márcia Flausina

<sup>102</sup> TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>103</sup> SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>104</sup> Idem.

afirma que foi a partir do *De Fato* que obteve os primeiros contatos com as mulheres do grupo:

Contato com o jornal foi por intermédio da Catia Galauer, [...] ela fazia o trabalho administrativo do Jornal de Fato. E o meu encontro com ela [...] eu vendia jornais [...] e ela também vendia o *De Fato*... e aí, ela falou que o Jornal estava precisando muito de ajuda [...] Fui, me reuni lá com algumas pessoas e me envolvi com o Jornal e com esse grupo de mulheres, que trabalhavam no Jornal, mas tinham essa preocupação com formar um grupo mais voltado pra luta... pro movimento feminista (mesmo)...<sup>105</sup>

Os encontros para discussões feministas aconteciam uma vez na semana, tendo divergência nos testemunhos, mas sendo possível afirmar, aos finais de semana: “A gente acabou se juntando numa pauta que todo mundo tinha suas próprias queixas particulares.”<sup>106</sup> Eram feitas leituras, e dentre elas são citadas Simone de Beauvoir, Bett Friedan, Helleieth Saffiotti, Engels, Marta Harnecker, Rose Marie Muraro, Heloneida Studart, Branca Moreira Alves:

Eu me recordo das leituras era, principalmente, Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, do Engels, isso a gente... a gente leu; O Descondicionamento da Mulher, da Elena Belotti, pela Vozes, a gente leu; e ali, por exemplo, era... a gente sacou, [...] Então, a gente viu ali, a gente aprendeu ali com a Belotti que a feminilidade era algo aprendido, atendido, era um... comportamento cultural, muito do que as pessoas achavam que era uma coisa natural, era aprendido através da cultura e da sociedade [...] <sup>107</sup>

Em relação ao funcionamento e organização das reuniões, escolhia-se obras que seriam debatidas, como nos conta, Elizabete Almeida:

Olha, a gente usava uma forma de... cada uma com o seu livro, mas uma pessoa lia em voz alta; e aí, qualquer uma que tivesse alguma coisa... (ah!)... uma discordância ou uma necessidade de reforçar aquele ponto, enfim, igual os deputados fazem lá, a gente pedia a palavra. Às vezes, a gente: “ô, eu quero voltar nisso aqui quando terminar o capítulo”... só marcava. Às vezes, era coisa pra falar ali na hora, mas a gente se organizava assim; era um grupo (muito) pequeno, então dava muito bem pra organizar dessa forma.<sup>108</sup>

<sup>105</sup>SILVA, Flausina Márcia. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 19/05/2020

<sup>106</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

<sup>107</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>108</sup>ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020



Registro das reuniões do grupo de estudo no bairro Floresta em 1976.

Da direita pa esquerda: Cátia Galauer (com o livro em mãos), Miriam Chystus (em pé), Elizabeth Almeida (camisa xadrex), Elizabeth Cataldo, Lúcia Afonso, Elizabeth Fleury (sentada ao chão de cabelos longos)

Acervo cedido por Elizabeth Maria Fleury Teixeira.

As mudanças na cultura, na sociabilidade, construídas a partir do movimento de contracultura nos anos 1960 e as novas filosofias do começo dos anos 1970 tiveram impactos significativos na construção de novos símbolos e significações na vivência dessas mulheres belorizontinas. As autoras citadas anteriormente, e suas obras, podem ser vistas como grande influência vinda dos movimentos feministas que se desenvolveram nos Estados Unidos e na Européia década anterior. É que, mesmo em uma conjuntura política repressiva, a partir do golpe de 1964, o Brasil seguiu diretrizes tecnocratas, possibilitando a transição de pensamentos, ideologias e conseqüentemente o contato com os movimentos contraculturais dos países centrais:

Aqui, a própria estrutura de poder organizada a partir do Golpe, com base na Doutrina de Segurança Nacional era de natureza tecnocrática e serviu de esteio para a consolidação de um parque industrial transnacional, integrando o país no circuito capitalista desenvolvido, ainda que de forma dependente. Além disso, a repressão desencadeada pelo regime contou com um aparato legal e policial-militar que procurava suprimir quaisquer formas de oposição, através da violência institucionalizada. Se, por um lado, o Estado propugnava por um controle cada vez maior da sociedade brasileira, por outro, em virtude de sua opção pelo desenvolvimento atrelado ao capitalismo transnacional, essa mesma sociedade se tornava permeável, via indústria cultural, ao internacionalismo.<sup>109</sup>

<sup>109</sup>CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2007, p. 8

É a partir desse aspecto transnacional que a contracultura se desenvolveu de formas diferentes e a partir de contextos políticos locais, não se restringindo portanto aos países centrais, como afirma Capellari:

A formação da contracultura deu-se permeada por trocas culturais em escala transnacional, especialmente durante o período posterior à Segunda Guerra Mundial. Se as manifestações de 1968 possuíam uma ancoragem nos contextos locais por um lado, por outro, das não deixaram de estar antenadas com o que acontecia em outros países. O mesmo ocorria com a contracultura. A circulação do imaginário e das práticas que integraram a contracultura valeu-se de dois elementos importantes: os meios de comunicação e os meios de transporte, que rapidamente se desenvolviam no pós-guerra.<sup>110</sup>

Considera-se, portanto, dentro desse contexto, que observar os avanços da globalização e do capitalismo numa perspectiva global se torna necessário quando se analisa os movimentos de contracultura que surgem, em meio às discussões políticas, como um novo movimento que contestava a esquerda tradicional e o universo conservador que regia o sistema social no plano dos costumes, por exemplo quando tal discussão é visível no testemunho de Elizabeth Fleury:

Porque nos anos 1960 nos países centrais já estava havendo toda uma mudança no capitalismo que acabou se refletindo na questão da mulher, que começou a se abrir desde o pós guerra [...] as duas décadas seguintes 1945 a 1955 que foi quando eu nasci, e a 1965, nesse período, e 1965 era quando eu já era menina, já tava quase chegando na adolescência. Esse período foi quando houve um desenvolvimento capitalista muito grande e começou a se abrir espaço pras mulheres no mercado de trabalho, mulheres qualificadas, classe média, blablabá. E isso deu um fôlego muito grande pra luta de mulheres. A teoria já tava sendo formulada também nas academias desses países mais desenvolvidos que a gente chama de países centrais. E isso, tudo isso foi um processo histórico também que foi alimentando a vida social, arejando de certa forma, e dando... Vamos dizer um empoderamento, um [...] que os ingleses e americanos gostam de falar, pras mulheres. Nesse respiradouro que abriu, começaram a aparecer os desejos e as vontades e as militâncias, tava em plena luta dos direitos civis dos EUA, então havia um movimento feminista já engajado na Europa, no Canadá e nos EUA, e isso que trouxe para América Latina, que nos foi nos alimentando.<sup>111</sup>

Aqui, ainda que grande parte dessas movimentações contraculturais estivessem no plano do anticapitalismo, na ideia central da recusa ao consumismo, contraditoriamente foi a partir de seu desenvolvimento que se possibilitou o contato com novas teorias e práticas sociais:

---

<sup>110</sup>Ibidem. p.21

<sup>111</sup>TEIXEIRA, ElizabethMaria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016



[...] essa história do capitalismo ter se desenvolvido, dar espaço pras mulheres, cria um padrão de liberdade, que a cultura nossa ainda não tinha acompanhado, então ainda não tinha um desdobramento da cultura se abrir pra essas novas liberdades que estavam sendo criadas pras mulheres. Ou a bem do mercado financeiro e capital, ou a bem dos costumes, de uma forma ou de outra, essas coisas vêm juntas e misturadas [...] no fundo a gente tava tendo uma liberdade que foi... que quem abriu a porta pra nós foi o capitalismo, pra você ver, como que as coisas são contraditórias. Mas eu acho que isso é importante ser reconhecido, a gente precisava saber fazer essa leitura, até pra entender hoje, o que que tá nos puxando pra onde.<sup>112</sup>

Relevante pois, dizer que, o grupo de estudos tinha a característica de um grupo intelectual e de reflexão, com um caráter de formação política e de apreensão de saberes, adquirido no contexto social e político dos anos 1970 no Brasil, no espaço de experiência na luta contra a ditadura. Arelado a esse caráter de formação política e intelectual, o espaço universitário oferece os instrumentos de compreensão e avaliação da “realidade” e da “conjuntura” brasileira em tal momento. Portanto nos cabe o pensamento de Sirinelli, ao definir a intelectualidade como produto de ações políticas e/ou difusoras da cultura, abrangendo indivíduos no âmbito da criação ou mediação, assim como a inserção na coletividade, de modo a contribuir nas decisões de caráter conjunto:

Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador, não pode ignorar ou subestimar.<sup>113</sup>

Esse caráter de reflexão é ressaltado por Mirian no fragmento abaixo, expondo a ideia sobre as expectativas que mantinham relativas à difusão dos pensamentos feministas:

Mas, para ser franca, olhando bem, sendo bem sincera, o nosso grupo era mais um grupo que a gente chamava de... grupo de reflexão. É, era uma coisa muito comum nessa época... aprendi esse modelo no Rio de Janeiro... você tinha um grupo que depois a ideia era que esse grupo, depois, se dividisse... é teoria do cacho de uvas, entendeu?!, que depois cada um fosse fazer um grupo em outro lugar pra disseminar as ideias, mas o nosso cacho de uvas nunca... [risos] não germinou. Até teve pessoas que participaram de outros grupos. Mas, então, a gente [fazia] mais reunião, na verdade, era pra falar coisas que estavam nos acontecendo e refletir: “eu queria fazer isso”, (ou)”

---

<sup>112</sup>Idem.

<sup>113</sup>SIRINELLI, Jean François. “*Os Intelectuais*”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003, p. 248

marido não deixou”, ou “eu estou insatisfeita sexualmente”; “o que que está acontecendo”, era muito do-no nível pessoal.<sup>114</sup>

Sendo assim, ao passo que, com maior acúmulo de informações e também visibilidade criada a partir da realização do Seminário *Mulheres em Debate*, o grupo foi ganhando espaço e notoriedade na sociedade belorizontina, passando então a ser um ponto de referência para as discussões sobre “questões da mulher”. Passaram a ser identificadas, pela imprensa e pelas sociedade, como: “*Movimento Feminista Mineiro*”, “*Centro de Estudos Feministas*” e ainda, de acordo com testemunhos como “*Centro da Mulher Mineira*.”

As ações realizadas entre 1975 a 1977 dizem respeito a convites e realizações de palestras em escolas, entrevistas para a imprensa e debates relacionados a datas específicas como o dias das mães e/ou oito de março. Dessa forma passaram a ocupar um espaço discursivo, ampliando e promovendo discussões anteriormente mantidas no privado:

Olha! Eu cheguei a ir, nessa época, uma coisa inusitada. Eu fui com a Lúcia Afonso, [...] nós fomos pra um programa de auditório de calouro... um “trem” engraçado... e a gente... tudo que chamava a gente, a gente ia, porque era um negócio bem parecido até (crente), sabe?!, onde chamava a gente tinha que levar a palavra, levar a mensagem, entendeu?! [...] Então, tinha aquele... e... programa de auditório, sei lá, tinha as pessoas cantando, não sei o que... etc. isso até umas oito, dez horas da noite... e, de repente, interrompia aquilo ali... eu e a Lucinha íamos pro palco, e o cara perguntava assim, eu me lembro, “e, então, dona Miriam, é bom ser mulher ou não é?”. E a gente respondendo e o povo doido pra gente cair fora, porque eles estavam querendo ouvir música. Um “trem”, assim... o máximo. Acho que ali, eu achei, não é possível que a gente vai continuar indo em qualquer lugar, entendeu?! Mas a gente ia, eventualmente, em escola... e... principalmente, em escolas... de vez em quando nos chamavam, mas o principal, acho, era a Imprensa, a Mídia e a Imprensa.<sup>115</sup>

Ainda que fizessem essas ações como forma de conscientização é importante ressaltar que era um grupo formado por mulheres brancas, de classe média/média alta e que afirmavam e reafirmavam suas identidades como mulheres intelectuais. Mantinham uma consciência de classe, e era visível para elas o cruzamento entre os dois marcadores sociais: gênero e classe, mas a teoria não levava à prática. Não se dialogava com mulheres metalúrgicas, de classes sociais menos favorecidas ou mulheres negras. Havia um distanciamento entre os grupos, que pode ser atribuído também à falta de

<sup>114</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020.

<sup>115</sup>Idem.

compreensão ou aceitação entre um e outro, com mais ênfase nas pautas feministas que eram vistas como algo fora do padrão:

Com 23 anos eu descobro que o mundo é dividido em classes. Eu começo a descobrir o que eu acho que são as engrenagens do mundo. Eu começo a descobrir o constructo marxista, porque é um constructo também. [...] Mas nós já sabíamos ao mesmo tempo, que na Rússia, já tinha havido a revolução em 1917, já fazia mais de 50 anos e as coisas não tinham mudado para as mulheres. Então, nós também, agente sabia dessa questão da luta de classe, mas a gente também tinha um pé atrás. Mas ao mesmo tempo a gente realmente era um movimento de classe média, média alta de intelectuais.<sup>116</sup>

Elizabeth Cataldo também afirma o aspecto intelectual do grupo, e o distanciamento entre feministas e outros grupos identitários, assim como o distanciamento entre classes sociais:

Eu particularmente não cheguei a participar de nenhum grupo em que a gente tivesse abordado as mulheres de baixa renda, que, enfim... Uma militância assim mais orgânica não, nesse sentido não. [...] Mesmo na elite né, se a gente fosse pegar a elite intelectual da época, era um tema meio marginalizado, não era um tema a que se dava importância. Assim, claro, elitista no sentido de que quem se interessava não eram as pessoas mais pobres, as mulheres mais pobres não tinham essa consciência, essa organização em torno desse tema. Acredito que não tinham mesmo, era uma época ainda muito embrionária essas discussões em torno do tema da mulher.<sup>117</sup>

Mesmo na eventualidade de encontros e diálogos constantes, existia discordância e divergência de pensamentos, “era uma espécie de ordem unida, isso é verdade”, mas que se colocavam e se traduzia em embates dentro do grupo: “A Beth Fleury adorava me chamar de lógica formal, que ela que era dialética, “tá” bom ![risos]”.<sup>118</sup>

Mirian também relata que a convivência com as outras mulheres do grupo foi se tornando complicada ao longo dos anos. Divergências, conflitos e choques de liderança, assim como a complexidade de várias identidades reunidas:

foi muito pesada a nossa convivência entre nós, enfim; a gente se cobrava muito... pensa bem o que que é você, também, toda semana... porque todos nós trabalhamos... todo mundo era profissional ali de jornalismo, uma profissão que é pesada. Depois, várias vezes à noite, você tinha reunião de pauta, reunião pra não sei o que, depois, ia fazer as reportagens, depois, você tinha que fechar jornal, depois que fechava o jornal, você tinha que vender

<sup>116</sup>Idem.

<sup>117</sup>CATALDO, Elizabeth Silva. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 06/08/2017.

<sup>118</sup>ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

[ênfase] o jornal nos restaurantes, nos bares. Então, você ficava três finais de semana trabalhando de dez a duas horas da manhã vendendo jornal. Então, tudo isso é muito pesado também. E a... fora isso, as relações que essas divergências, essas divergências (culturais), como que as coisas deveriam ser feitas.<sup>119</sup>

Sirinelli utiliza do termo “redes” para expressar as relações dentro de grupos, que permeiam os afetos, como laços de amizades, assim como rivalidades, aproximando ou distanciando os membros pertencentes a grupos de indivíduos:

As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular.<sup>120</sup>

Ainda que esse grupo de mulheres estivesse ocupando/conquistando um espaço antes reservado ao masculino, transformando comportamentos, estéticas e mentalidades, dentro dessa característica intelectual existia o desencontro com as camadas populares, um distanciamento que o grupo manteve, que envolve por exemplo questões identitárias, que serão analisadas posteriormente no próximo capítulo. Não se pode negar as atuações fora da bolha universitária em que estavam inseridas, como o episódio do show de calouros, onde poderiam contatar um número mais amplo de mulheres ou das matérias feitas no jornal alternativo *De Fato*, mas esse componente reflexivo que carregavam se sustentava na disseminação das ideias, não conseguindo se inserir em ações sociais mais amplas, na falta de uma interpenetração entre conhecimento científico e ação política nesse momento.

Nesse período, em meados de 1977, o grupo começa a ter suas primeiras divergências internas, contribuindo para o seu desmantelamento. Ligado a essas divergências se encontra novamente o jornal *De Fato*, onde o grupo se destacou na atuação, ocupando o espaço discursivo dentro da Imprensa Alternativa. Essas mulheres, a partir de suas discussões, estudos e debates levaram para o “*De Fato*” pautas feministas, utilizando-o como porta-voz, produzindo matérias sobre aborto, violência contra mulher, mulheres domésticas e outras pautas, como veremos no próximo tópico.

---

<sup>119</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>120</sup>SIRINELLI, J. F. Op. cit. p. 252-253.

## 2.2. A construção de um espaço de resistência: O alternativo *De Fato*

Durante as décadas de 1970 e 1980, especialmente ligados à explosão dos movimentos de contracultura no Brasil, constituindo novas formas de resistência e na busca pela liberdade de expressão, período esse ainda marcado pela censura derivada do regime ditatorial, surgia por todo Brasil a imprensa alternativa com jornais, revistas e periódicos, criados na busca por um espaço em que poderiam se desvincular da chamada grande Imprensa:

Entre os meios encontrados para a expressão livre das idéias, neste contexto, estavam a chamada imprensa alternativa designada também de underground, tropicalista, marginal, nanica, não-alinhada, emergente, poesia jovem, entre outros vocábulos com suas múltiplas conotações e contradições, usados genericamente como sinônimos perfeitos de produção literária independente.<sup>121</sup>

Esses jornais alternativos tiveram um peso significativo, lançando ideias e discutindo novas práticas sociais, desencadeando mudanças comportamentais no país, principalmente entre os jovens, e também como espaços de crítica e resistência frente ao regime militar. Surgiam então periódicos que ganharam fama no país, como o jornal alternativo *Pasquim*, assim como os jornais alternativos feministas como o *Nós Mulheres*, *Mulherio*, dentre outros. Existia portanto, nesse momento jornais alternativos de esquerda, ligados aos partidos políticos, de contracultura e os ligados a movimentos sociais:

[...] os jornais alternativos de esquerda representavam, de um lado, a busca de novos espaços por parte de jornalistas que se sentiam bloqueados em sua atividade crítica na chamada grande imprensa; de outro, a necessidade – que tocava a muitos intelectuais, artistas e estudantes universitários daquela época – de construir espaços de, “resistência” ao regime militar<sup>122</sup>

Assim, na busca por uma via para se expressarem, inserindo-se neste fenômeno político e cultural que permeava o Brasil, foi criado o jornal *De Fato*. Jornal alternativo que circulou mensalmente entre 1976 e 1978 em Belo Horizonte contando com vinte e sete edições. O jornal foi idealizado pelo jornalista Aloísio Moraes e foi fruto de uma intensa mobilização de vários outros jornalistas que trabalhavam no Jornal de Minas, quando estampou na sua capa um editorial intitulado “Aos verdadeiros brasileiros”, aos

<sup>121</sup>BARROS, Patrícia Marcondes de. “A imprensa alternativa brasileira nos ‘anos de chumbo’”. Akropolis, Umuarama, v. 11, n. 2, 2003, p.63.

<sup>122</sup>ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.202.

finais de 1975, no qual defendeu a versão da ditadura para o assassinato do jornalista Vladimir Herzog, como suicídio: “Aconteceu o assassinato, no fim de semana seguinte o *Jornal de Minas* solta um editorial de todo tamanho, ocupando toda a primeira parte, [...] um editorial nojento, nojento! Um editorial que representava aquele grupo mais radical de direita, um negócio nojento. [...]”<sup>123</sup> A indignação em relação a matéria levou a esse grupo de jornalistas à um novo funcionamento como explica Aloísio Moraes: “aquilo causou um mal estar tremendo dentro da redação, foi todo mundo assim golpeado, traído. [...] alguns jornalistas que tinham condição de sair de imediato saíram do jornal, outros foram saindo aos poucos, eu mesmo fui saindo aos poucos”.<sup>124</sup> Em poucos meses o jornal já estava circulando em Belo Horizonte:

[...] Houve aquele demandada lá e ao mesmo tempo eu tinha um amigo que chamava René, um bicho louco, mas louco... [...] na época ele tinha uma namorada, uma suíça, a Galauer, e então... e o René era doido pra fazer um jornal, pra fazer um jornal nosso. Só sei que a partir da saída do *Jornal de Minas* a gente começou a bolar um jornal nosso, juntando gente, fizemos um monte de reunião [...] isso logo depois do assassinato. [...] eu morava lá na Floresta, lá no contorno [...] E aí chgou num momento que “vamos lançar um jornal”. Cada um deu uma graninha que podia, e lançamos o número um, em fevereiro de 1976, o Herzog foi em outubro, já em fevereiro a gente já tava lançado o *De Fato*.<sup>125</sup>

Foi criado a partir de cotas, quando de dez a doze pessoas contribuíram financeiramente para que houvesse a primeira edição, passando então a circular na sociedade belorizontina, sendo vendido em bancas, bares e universidades.

A gente fez o orçamento do Jornal que a gente queria, e cada um botou a mão no bolso e pagou uma parte, o Jornal rodava...vendia e ia se pagando... foi assim que nós mantivemos... de vez em quando, a gente tinha que dar uma injeção, sabe?! Porque ninguém queria botar propaganda no jornal... Imprensa Alternativa, a gente... embora, o Jornal tenha sido feito... eu fui, assim, nos detalhes [ênfase] do que a Lei exigia “pra” um Jornal funcionar... e a gente fez todo legalizado.<sup>126</sup>

O jornal portanto não tinha financiamento, e era a partir de suas vendas que os integrantes se mantinham, para assim continuarem a produção, “vender uma edição pra pagar a próxima, e assim foi feito. Então o jornal saía [...] já tínhamos um esquema com

<sup>123</sup>MARTINS, Aloísio Moraes. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 24/05/2020

<sup>124</sup>Idem.

<sup>125</sup>Idem.

<sup>126</sup>ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

as bancas. [...] Lá todo mundo fazia tudo, não tinha moleza não”.<sup>127</sup> Assim, era vendido a cinco Cruzeiros, e também mantido com assinaturas anuais, no valor de sessenta Cruzeiros. A redação foi organizada na casa de Aloísio e Mirian Chystus, no bairro Floresta, “como um Jornal, onde a gente pudesse escrever o que a gente, realmente, pensava”<sup>128</sup>. Nesse período de grande circulação de jornais alternativos, de acordo com Bernardo Kucinski:

Havia, basicamente, duas grandes classes de jornais alternativos. Alguns, predominantemente políticos, tinham raízes nos ideais de valorização do nacional e do popular dos anos 50 e no marxismo vulgarizado dos meios estudantis dos anos 60 [...]. A outra classe de jornais foi criada por jornalistas que passaram a rejeitar a primazia do discurso ideológico. Mais voltados à crítica dos costumes e à ruptura cultural, tinham suas raízes nos movimentos de contracultura norte-americanos e, através deles, no orientalismo, no anarquismo e no existencialismo de Jean-Paul Sartre. Investiam principalmente contra o autoritarismo na esfera dos costumes e o moralismo hipócrita da classe média.<sup>129</sup>

Sendo assim, podemos considerar o *De Fato* pertencente a essas duas categorias, tendo um caráter de um jornalismo militante, posicionado e ideologicamente construído a partir da esquerda política e favorável às liberdades democráticas. Principalmente por ter tido durante seu funcionamento duas fases: a primeira de 1976 a 1977 quando mantinha um caráter de vida cotidiana, apresentando questões relativas à cidade, à música, comportamento, em uma linha progressista, que permitiu pautas como homossexualidade e feminismo. E a segunda de 1977 até o final de seu funcionamento em 1978, sendo operante de forma mais radicalizada, abrangendo uma discussão política mais forte – e aqui com certa ligação com partidos, como veremos mais adiante - como é o caso de uma lista publicada sobre torturadores brasileiros que atuaram em prol da ditadura.

Em um panorama geral o jornal possuía um perfil descontraído, expondo em suas vinte páginas, charges, fotografias, literatura e entrevistas jornalísticas, atuando de forma horizontal, abriam espaço para artistas e suas ideias, à exemplo de vários trabalhos oriundos de seus leitores que eram encaminhados à redação e passavam por análises, revisões e que eram publicados posteriormente.

É necessário portanto, perceber os jornais como não imparciais, e que em suas linhas refletem e são refletidos, direta ou indiretamente, pelas ideias, ideologias e

<sup>127</sup>MARTINS, Aloísio Morais. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 24/05/2020

<sup>128</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>129</sup>KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991, p. 14-15.

motivações políticas de seus editores e leitores. Nesse sentido, é importante não só conhecer as especificidades tipológicas das fontes periódicas, mas também compreender a partir da pesquisa o lugar social de onde se fala, assim como a quem é endereçado. Assim sendo, a pesquisa com periódicos está pautada em uma “análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delineia uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte de objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.”<sup>130</sup>

Assim é importante dizer que o jornal tinha um público que se baseava grande parte em universitários, tendo grande apoio por exemplo do Movimento Estudantil de Belo-Horizonte. Vendido nos bares, no famoso prédio Malleta e na Cantina do Lucas, além de outros lugares boêmios e de vida noturna, espaços esses frequentados pelo próprio corpo funcional do Jornal, tendo portanto, como público alvo, a classe média/média alta belorizontina, e que se expandiu já nas primeiras edições para outros Estados, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Tendo como equipe funcional, Aloísio Morais como editor chefe, e uma grande equipe de comissão de redação que contava com os nomes de Paulo Rios Silveira, Edson Fernandes, Kenneth Albernaz, José Amaro, Ronaldo Pimentel, Fernando Assunção, Marco Antônio Campos e as mulheres do grupo de estudo feministas: Beth Almeida, Beth Cataldo, Beth Fleury e Mirian Chystus. Possuíam também uma equipe de Diagramação e Montagem; um Secretário Administrativo, e o recorte de Publicidade. A composição e Impressão ficava ao nome da Editora Santa Edwirges. No entanto, a redação que funcionava na “moradia” foi um espaço em que diversas pessoas frequentaram, como nos diz Aloísio: “Era um entre e sai muito grande, se for contar quantas pessoas passaram por lá, foram mais de cem pessoas tranquilo. [...] As reuniões eram todas a noite. Tinha até médico naturista pra você ter ideia, tinha advogada... mas tinha uma equipe mais ou menos fixa”.<sup>131</sup>

É pois, com o cruzamento sempre perceptível entre o jornal e o grupo de mulheres, que veio constituir diversas matérias de cunho feminista ao alternativo, utilizando-o como porta voz para tais pautas sobre a mulher. Foram diversas as matérias: sobre as precárias condições de empregadas domésticas, prostituição, críticas a concursos de beleza, violência doméstica, e tantas outras, não cabendo neste trabalho a

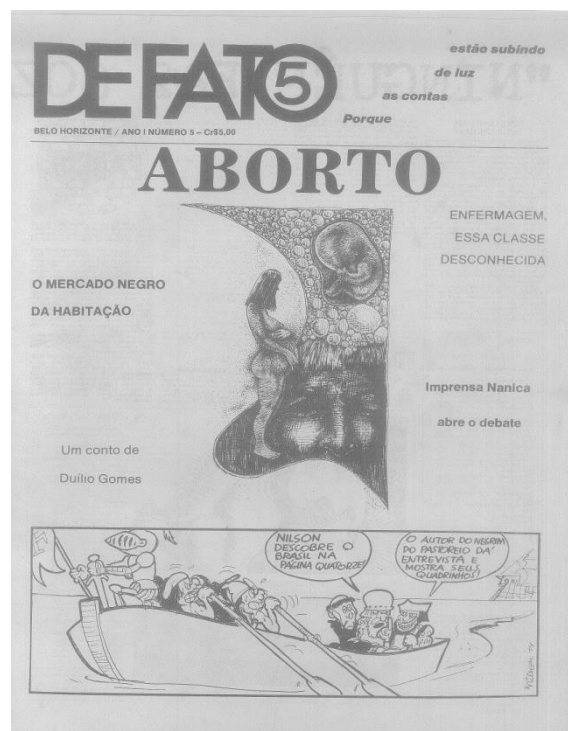
<sup>130</sup>LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, C.B. (org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto. 2008, p. 141.

<sup>131</sup>MARTINS, Aloísio Morais. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 24/05/2020



análise de todas pela sua grande extensão. Mas, duas matérias em específico nos chamou a atenção, primeiro por terem sido mencionadas diversas vezes nas entrevistas, e segundo pelo caráter revolucionário das matérias, em abordar temas de grande tabu dentro de uma sociedade conservadora, em meio à censura e lutas políticas.

Na edição de número cinco do alternativo, de julho de 1976, o aborto foi tema central em sua capa. A matéria feita por Mirian Chystus e Elizabeth Almeida e contou com quatro páginas, possuindo um caráter crítico e descritivo sobre o assunto:



Jornal DeFato - Capa da Edição número 5 – Julho de 1976

Levando em conta o aspecto discursivo, é importante ressaltar a premissa dessas matérias de cunho feminista, à qual expunham o lugar social em que as mulheres se encontraram durante tanto tempo, ao privado. Em uma forma de denúncia, as mulheres dentro do *De Fato*, conseguiram transportar em sua linguagem, esses temas, ao público. “Nos processos discursivos, passa a ser possível para os interlocutores a projeção do lugar social da feminista enquanto posição, enquanto *formação imaginária*.”<sup>132</sup> Ainda que não fosse um jornal eminentemente feminista, essas denúncias e explicitação do privado, passaram então a ganhar o espaço público, quando colocavam em cheque e transportavam para o âmbito do dizível, aquilo que se manteve no silêncio por tanto tempo, a exemplo da problemática do aborto que assolava à sociedade brasileira, e não

<sup>132</sup>CESTARI, Mariana Jafet. Imprensa feminista brasileira na década de 1970: Um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres. Publicado em: *Língua, Literatura e Ensino*. Maio de 2008 – Vol. III.

obstante a sociedade belorizontina, quando em seu aspecto clandestino acometia mulheres de todas as classes sociais:

A denúncia é tomada como discurso em suas formas de enunciação e deve ser compreendida, no interior de práticas de linguagem, pelo gesto de denunciar, o sujeito que denuncia, sua relação com a verdade e com o outro, o leitor. A denúncia constitui na e pela linguagem um *sujeito determinado e firme*, que enuncia com base em *efeitos de certeza* uma verdade a ser sustentada a todo custo.<sup>133</sup>

Em sua primeira parte, a escolha de Mirian Chystus e Elizabeth Almeida para a matéria, se deu na apresentação de mulheres que haviam praticado o aborto, abrangendo diversos testemunhos de mulheres inseridas em todas as classes sociais. Testemunhos que englobam mulheres domésticas, estudantes, jovens e idosas, delatando suas dores, angústias, sentimentos e morte, trazendo sempre o aspecto de opressão ao feminino, na responsabilidade da escolha recaída à essas mulheres, como no subtítulo do primeiro testemunho: “Só Mulher Vai Pro Inferno”<sup>134</sup>.

**«O aborto é uma intervenção muito simples» dizem os médicos. Mas Elci, doméstica de 19 anos, morreu com um pedaço de sonda no útero. Rosa, estudante universitária teve mais sorte: não morreu mas foi fazer tratamento psiquiátrico. Por que as mulheres (pobres) morrem de aborto? Por que se sentem culpadas? Há condições do aborto ser liberado no Brasil?**

Elizabeth Almeida e Mirian Chystus



**«Só mulher vai pro inferno.»**

Diz horas da manhã e Luza está levando a roupa da filha, que mora num grande apartamento da rua São Paulo. «Zai, o quê? Eu não me lembro de nada, eu não sei contar as coisas.»

A arrumadeira, que atendeu à porta, está de lado escutando, com o separador na mão. «Quando que eu já fiz Onda, pra dar a verdade já perdi a conta, mas deve ser mais ou menos uma vez. O primeiro foi quando eu tinha uns 20 anos. Eu já tinha cinco filhos (cabe aos 13) e daí minhas coxadas me fizeram», que é logo Luza, nos vemos se lembrar uma coisa pra você não continuar lendo livro desta jeito... «É, eu acredito

é provocar o aborto com tipo de máquina. Memória, não sei qual que tá no meu e estava brava com ela. Não precisa apontar ela, é só contar de modo que não entre ar e é só roçar no dor por dentro.»

«Você nunca fez com coragem?»

«Deixa-me falar, vá se eu tá ouvindo qualquer um e ponto a mão nos meus por baixo. As partes de mulher são coisa delicada e esse por aí tem cuidado nenhum, faz a coisa vo por dentro. Não sei médico ou outro muito não. Prefiro mesmo fazer, que daí eu é que sou responsável. Fiz tudo assim, nunca deu problema. Depois é o pro WPS que eles abrem. Tem um médico lá que tá me seguindo. É o obrigatório que me se logo de noite de manhã eu já estou trabalhando. Se é de manhã, de tarde já estou pronta.»

A arrumadeira decide entrar na conversa. Eu também já fiz, mas só que os meus não foram assim tranquilo como os da Luza. Eu tomei banho.»

«Você já fez mais de um?»

«Mais de um? Já faz seis. Se fosse ter todos os filhos, tinha mais de dez sonadas com os que eu tenho. Quando eu engravidar é primeira vez, foi com 15 anos, quando eu me perdi. Está eu não sei. Mas não que eu não, que eu não hospital nunca mais vi. Um ano depois engravidar de novo. Daí eu vim pra primeira criança, eles me levaram numa mulher. Depois eu, tá eu nunca vi. Mas eu vim pra segunda criança. Tive que ficar em Salão de cirurgia, um mês de hospitalamento interna na casa. Agora tá eu engravidar de novo, eu prefiro ter o filho. Tomei banho de lavar a casa. O obrigatório é que eu já vou falar que a operação sempre, que não

DE FATO 5

Jornal DeFato –Página 5, Edição número 5 – Julho de 1976

<sup>133</sup>Idem.

<sup>134</sup>DE FATO, edição n° 5, 1977, p. 5

A essas séries de perguntas feitas na primeira página da matéria foi reservado o espaço para que problematizassem essas questões: “Aborto: um problema feminino”<sup>135</sup>. Assim, após três grandes páginas de descrição, contendo várias histórias de mulheres que praticaram o aborto, dividiram em tópicos construindo explicações e informações: “O aborto é um problema basicamente feminino – é a mulher quem sofre todas as consequências sociais e biológicas do ato de abortar – mais uma consequência de uma estrutura social determinada por interesses de uma classe dominante e machista.”<sup>136</sup>

Assim, dissertaram sobre aspectos como moral e religião, que construía esse aspecto de culpa, trazendo o medo, não da morte mas do que viria após, no sentimento de insegurança que essas mulheres carregavam ao realizar o procedimento. No aspecto crítico dissertam sobre as condições das crianças, principalmente de vulnerabilidade social, denunciando a falta de creches e também a mortalidade infantil, assim como a questão do controle de natalidade. Abordando a legislação, a nível jurídico com a proteção ao nascituro, diziam: “ não faz sentido, uma vez que só se pode falar em pessoa humana, juridicamente, após o nascimento com vida.”<sup>137</sup> E em seu último tópico a descrição do aborto com um problema social, de saúde pública, levando a discussão para os debates feministas em cinco aspectos: A proibição do aborto como significado de violência contra a mulher, seu caráter seletivo que recaía sobre os menos privilegiados, a característica da lei que não correspondia à realidade social, a moral social “falsa”, e implicações políticas que se desdobrariam também em reformas sociais mais amplas.

Em relação à receptividade da matéria, Elizabeth Almeida relata:

inclusive, teve o número do *De Fato* que esgotou... nossa!... esgotou... [risos] que foi uma matéria sobre Aborto que eu e a Miram fizemos. Nós fizemos uma grande reportagem sobre aborto; e foi a matéria de capa... e pra você ver, menina, como é que o pessoal, realmente precisa de determinadas leituras. Fomos surpreendidos com o esgotamento do jornal nas bancas. É... a gente tinha uma cabeça boa, uma cabeça bem aberta, sabe?! A gente... porque no (geral), o pessoal de esquerda era muito bitolado. (Nossa!) [ênfase] Essa turma inicial do *De Fato*, nós éramos muito mais abertos.[...] Então, assim, por exemplo, colocar uma matéria de capa com Aborto [ênfase] num Jornal Político, só era possível no *De Fato*, porque os outros jamais admitiriam isso, entendeu?<sup>138</sup>

<sup>135</sup>DE FATO, edição n° 5, 1976, p. 8

<sup>136</sup> Idem.

<sup>137</sup> Idem.

<sup>138</sup>ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

A segunda matéria a ser analisada, diz respeito ao assassinato de Ângela Diniz, que foi capa da décima edição do jornal em janeiro de 1977. Matéria realizada por Elizabeth Cataldo, que fez a cobertura no enterro da socialite, como nos relatou:

Eu cobri o enterro da Ângela Diniz. Foi uma coisa muito marcante pra mim [...] o Doca Street matou em nome da, legítima defesa da honra, que era algo aceito na época pela jurisprudência digamos assim [...] “porque ela era uma mulher devassa, era uma mulher que tinha uma vida sexual liberada” [...] ele foi ofendido, foi la e a matou, covardemente. [...] E eu lembro que eu cobri esse enterro e escrevi uma matéria pro *De Fato*. [...] E esse enterro me impressiona muito, porque o caixão chegou fechado. [...] Com certeza porque tinha sido muito atingida, no rosto.<sup>139</sup>



Jornal DeFato - Capa da Edição número 10 – Janeiro de 1977

Ângela Diniz foi uma socialite mineira, que foi assassinada pelo então companheiro Doca Street, em dezembro de 1977. Sempre presente na mídia e nos jornais da época, com “escândalos” pela sua forma de vida, a exemplo de seu divórcio, que foi amplamente discutido na imprensa, era representada, como destacou Elizabeth Cataldo: “uma mulher devassa, era uma mulher que tinha uma vida sexual liberada”.<sup>140</sup> Na repercussão que teve sobre seu assassinato, nos boletins policiais e na grande mídia, foi culpabilizada por seus atos e pelas características pessoais de sua vida.

<sup>139</sup>CATALDO, ElizabethSilva. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020.

<sup>140</sup>Idem.

O que nos chama a atenção, no entanto, é como a matéria do *De Fato* ressignificou a morte e vida de Ângela:

A Beth Cataldo fez uma matéria que eu considero importantíssima, porque em 1976 pra 1977 exatamente na passagem de ano novo, a Ângela Diniz foi assassinada, [...] pegar jornais da época vão (ver) muitas e muitas reportagens sobre isso, porque ela era, realmente... aquilo ali, em termos de Imprensa, a narrativa é muito sedutora. Aquela mulher maravilhosa, a Pantera de Minas, a socialite, que depois se envolve com Doca Street, que era um playboy, [...] e morre assassinada com, inclusive, com vários tiros no rosto. Então, assim, a narrativa é muito forte, os elementos [ênfase] que constituem essa matéria são muito atraentes pra Imprensa. Mas, provavelmente, nós fizemos, provavelmente, ou a única ou uma das pouquíssimas reportagens numa perspectiva feminista defendendo a Ângela Diniz.<sup>141</sup>

A matéria contou com quatro páginas divididas entre a cobertura do enterro e a vida de Ângela a partir da crônica cedida pela jornalista e amiga da vítima Anna Marina Siqueira. Foi replicada na edição, utilizando como que fonte oficial, trazendo questões de sua vida desde a infância, mostrando uma mulher perseguida e caluniada pela sociedade patriarcal e machista do período. É pois no terceiro bloco da matéria que a abordagem se torna inciziva nas questões da mulher: “Ângela Diniz morreu por ser mulher”<sup>142</sup>.

**Ângela Diniz morreu por ser mulher**

Como nos crimes do Esquadrão da Morte, a vítima é acusada de provocar a própria morte. O moralismo da sociedade é criticado, aqui, no depoimento da psicóloga Ana Vieta Carvalho.

As famílias aliadas: cotidiano Também de jeito que não se podia acabar assim. Quanto tiros na cabeça, dados pelo amante. De novo, nas páginas policiais. Uma história como mil outras: uma mulher é morta pelo amante; numa briga por ciúmes. O advogado dele, na TV, fala que ela não era uma das maiores estrelas deste país, que se mulher quando começa a caluniar por caluniar na língua, que não sabia se Ângela, cuja memória ele impõe, já havia ardigido tal estagio. Enfim, a vítima é culpada se ela não fosse como aquela: teria levado o amante a assassiná-la. A culpa é dela, de mulher morta com quatro tiros na cabeça, que levou o pobre amante a um ato irresponsável, pelo qual ele não tem responsabilidade nenhuma, estava entorpecido por ela. Como defende-lo, cotidianinho? Não importa o motivo exato da briga, ela que, não vivendo do jeito que a sociedade esperava, provocou tudo.

O desquite: perdeu a guarda dos filhos. Não era digna de educá-los porque tinha um seno, porque tinha amantes e uma mulher que tem amantes não pode ser mãe. Se ela fosse homem, seria acusado de delitente se tivesse levado a companheira para debaixo do teto conjugal, ou se tivesse morado casa pra ela. Fora disso, tudo bem: poderia sair com quem quisesse, chegar à hora que quisesse — se quisesse chegar. Mas, para uma mulher se divertir, segue-se muito mais do que é exigido dos homens, que se saibam, que viajam com um homem a quem não ama, que compra com ele os direitos conjugal mesmo sem desejo. Fora do casamento não há salvadouro nem moral nem filhos. Os amantes que as outras senhoras divertidas gostam, elas os têm. O que os homens fazem escondido, ela faz à vista. Subverte as bases da família. E ainda, obriga as pessoas na cara, sem vergonha de ser quem era. Não recorre de nada os outros.

Quando é envolvida num assassinato, tenta livrar a cara do senhor casado que estava com ela: apertar o cinto, se eles queriam ou não ficar com ela, isso não era levado em conta. Ela a filha que nasceu no Natal com a mãe no rio, de novo os jornais, a página policial, rajado de criança. Depois de Ângela morta, ouvi dizer que ela não se ocupava de seus filhos. Algum desuso?

Quando vivia com Ibrahim Sued, uma desconfiança contra eles havia drogas no apartamento. Era, verdadeiramente, a compreensão. De quem era a droga? Quem a usava? Para quê? Condição a droga é uma fagulha. Quem queria fugir? Ângela teve boas razões para usar drogas. Mas parece que ninguém pensou que ela pudesse se sentir. Se vivia a mulher bonita de dar inveja, que ouviam os homens das outras. (Parece, quando se ouve dizer, que os homens não sabem o que querem, não têm vontade, são desleais.)

Depois, a morte. O belo rosto, completamente deformado, a Virgínia senhona, justiça foi feita. O rosto tão belo que dava inveja foi deformado. A culpa que pensava inocente, que tinha vontades além de desejo, foi esticada. Seus mandos estão seguros, a falta de homem está morta. Ela morreu como viveu: independente, às voltas com os outros, fra mulher, fraca e desamada. Ela, salvada — que se livra, mudado de profissão, é claro.

Estanha justiça, onde a vítima é culpada do crime que a liquidou. Nos jornais, na TV, Doca Street e o Esquadrão da Morte se parecem muito. A argumentação é a mesma: os assassinados, se vissem de outra forma não seriam mortos. Mas se não houvesse erros, não houvesse crimes, pra que justiça? Para escravidão a mãe que quer passar o Natal com os filhos? Para punir os usuários de drogas? Será que a justiça ainda se sentia que, não é sagrada, mesmo quando o ser humano vive como quer, não como querem que ele viva?

**Ângela posando em casa**

Foto: revista O Cruzeiro/Arquivo

Jornal DeFato –Página 6, Edição número 10 – Janeiro de 1977

O longo artigo de opinião da psicóloga Ana Vieta Carvalho, apresenta uma narrativa que enfoca a culpabilidade da vítima, quando episódios de violência contra a

<sup>141</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>142</sup>DE FATO, edição n° 10, 1977, p. 6.

mulher são caracterizados e justificados por suas ações. Se aproximando da narrativa feminista, expunha então a opressão de gênero, às formulações do papel que a mulher exercia na sociedade: “Como nos crimes do Esquadrão da Morte, a vítima é acusada de provocar a própria morte. O moralismo da sociedade é criticado, aqui, no depoimento da psicóloga Ana Viète Carvalho”.<sup>143</sup> Assim, característica de um jornalismo militante, o *De Fato* encerra a matéria com o título: “As Ângelas Diniz de cada dia”. Expondo a história de Maria de Louders, assassinada em uma favela de Belo Horizonte, que não teve repercussão na Mídia, como o caso de Ângela: “O caso de Angela Diniz repetiu-se ontem. Na favela. O crime foi noticiado num canto escondido de um jornal qualquer. Afinal, quem se interessa em saber que José Maria matou sua amante Maria de Loudes, no Conjunto Santa Maria?”<sup>144</sup>

O alternativo foi portanto, um espaço em que essas mulheres inseridas na conjuntura política brasileira com suas repressões no período ditatorial conseguiram dar voz ao indizível, superando matrizes patriarcais profundas, levando a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais.

Assim, essas mulheres permaneceram entre leituras, reuniões, ações e escrita jornalística, de 1975 até a primeira metade do ano de 1977. Nesse ano, no entanto, o grupo já contava com algumas dispersões, a exemplo de Elizabeth Cataldo, que se mudou para Brasília: “buscar uma outra chance no jornalismo, outras oportunidades”<sup>145</sup>. Beth Fleury afirma: “Ele (grupo) durou com certeza durante dois anos, de reunião toda semana. Quando chegou em 1977 teve uma grande crise.”<sup>146</sup>

Nesse período o *De Fato* passou por uma mudança administrativa e no perfil de sua redação, com a entrada, de acordo com as entrevistas, de pessoas ligadas ao movimento estudantil, de esquerda mais radical, construindo assim a ideia de duas fases de funcionamento da Redação:

Você tinha essa linha, digamos, progressista, mas num determinado momento, o pessoal da esquerda, que estava todo na clandestinidade, [silêncio] com o *De Fato* tendo uma notoriedade e uma penetração muito grande no mundo estudantil, que a gente tirava uns cinco mil exemplares a

<sup>143</sup>DE FATO, edição n° 5, 1976, p. 6.

<sup>144</sup>DE FATO, edição n° 5, 1976, p. 7.

<sup>145</sup>CATALDO, Elizabeth Silva. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 06/08/2017.

<sup>146</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

cada quinze dias, [...] cinco mil exemplares ali... é... enfim, a esquerda resolveu participar do jornal *De Fato*. Mas resolveu, também, radicalizar a linha do Jornal. Então, eles entram de uma forma muito organizada dentro do Jornal.<sup>147</sup>

É preciso novamente reforçar o momento de mudança na conjuntura política brasileira, quando em 1974 Geisel declarava o processo de abertura lenta, gradual e segura, uma modificação do regime. A conjuntura do país entre 1974 e 1980, com a abertura política é de extrema importância, com o surgimento de novos movimentos, novos discursos políticos, gerando uma brecha para a liberdade de expressão no país, e ainda, o retorno de alguns exilados, sobretudo aqueles que não tinham processos, que se autoexilaram pelo medo, e ainda o retorno de mulheres que estiveram principalmente na França, em contato com o feminismo estrangeiro gerando diversas transformações na sociedade.

Essas transformações marcam por exemplo a movimentação de grupos de esquerda, que naquele momento conseguiam se articular de forma mais explícita, e que mantinham como expectativa entrar nessas vias de comunicação alternativas. De acordo com a narrativa de Aloísio Moraes, esse grupo “mais radical” estava ligado ao que viria ser o Partido dos Trabalhadores (PT):

[...] Ingenuamente absorvemos essas pessoas. Mas na verdade essas pessoas estavam ali pra fazer um certo estágio. Um jornal que eles viriam a fazer mais pra frente. Eram pessoas ligadas ao que [...] ao que viria a ser o PT. E acabaram se impondo. Então, e elas tomaram a frente assim da linha editorial do jornal, levando arquivos, levando material, e o jornal também foi ficando também mais politizado e perdeu aquele caráter mais comportamental, nasceu um jornal mais politizado pra falar sobre a anistia, sobre a tortura, sobre presos políticos, sobre constituinte, uma série de questões. [...] Então essa foi a outra fase do jornal. Essas pessoas depois saíram do jornal, saíram pra criar um jornal, que veio a ser o primeiro e único, jornal do PT. Chamava jornal “*Em Tempo*”. Ele surgiu a partir do grupo aqui em Belo Horizonte, depois foi pra São Paulo, mas a raiz dele foi em Belo Horizonte, a raiz foi lá no *De Fato*, foi lá que aprenderam a fazer jornal. Hoje ficou bem claro isso, na época a gente não percebia isso. Então tinha pessoas por exemplo como o Flávio Andrade, o João Machado tinha sido presidente do DCE [Diretório Central do Estudantes]... gente assim mais da esquerda politicamente. E então a conjuntura foi mudando, a conjuntura política nacional e isso tudo refletindo na gente também.<sup>148</sup>

Esse episódio dentro do “De fato” se assemelha em alguns pontos na história do jornal alternativo “Versus”, quando as esquerdas políticas antes da criação do “Em tempo”, entravam e se apossavam de jornais que estavam fora da grande imprensa, ou

<sup>147</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>148</sup>MARTINS, Aloísio Moraes. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 24/05/2020

melhor, os canais abertos por outros intelectuais também de esquerda, eram disputados pelas esquerdas políticas, (redações de jornais, revistas, rádios, televisões) o que Marcos Faerman chamou de “entrismo”:

Havia em Versus gente de todos os partidos, do PC, do PC do B, da Convergência, o Paulo de Tarso Venceslau, que depois entrou no PT e ajudou muito organizando as finanças [...] mas os que mais trabalhavam eram os da Convergência, vendiam o jornal de mão em mão; eles foram chegando aos poucos mais ou menos um ano depois do surgimento do jornal, na base do entrismo.<sup>149</sup>

Foi assim, nessa segunda fase que houve a expulsão de alguns integrantes do jornal, quando os mesmos fizeram uso de substância ilícita depois de uma reunião na sede do jornal. Importante pontuar que o uso de drogas era recriminado naquele momento pelas direitas políticas, mas também pelas esquerdas tradicionais. O desbunde dentro da contracultura por exemplo vinha pra bater de frente à essas duas facetas políticas. É também importante fazermos um adendo, para situarmos o grupo de mulheres, e a primeira equipe funcional do *De Fato*, intrinsecamente ligados, como um grupo de indivíduos que em sua maioria não mantinha nenhum vínculo partidário ou com organizações, mesmo que com atuações de alguns no Movimento Estudantil, antes ou durante a fase de 1975 à 1980. Peguemos de exemplo a posição de Mirian Chystus, que pode ser atribuída também pelo distanciamento e não aceitação das discussões feministas dentro da esquerda política naquele momento:

Que sou de esquerda, apesar de me querer ou me gostar de me ver nesses lados nos campos das esquerdas, porque eu sempre acreditei muito em democracia, eu achava que democracia, eu, pra mim, pelas liberdades democráticas era pelas liberdades democráticas mesmo, num é?! E por causa de algumas questões em relação à Esquerda, poucas, eu não, eu não era estudiosa, eu não era uma pessoa de muita leitura, de maneira nenhuma, eu era um, uma jovem engajada na Imprensa Alternativa, já trabalhando profissionalmente no Jornalismo, no caso, o *Jornal de Minas*, mas eu não era uma pessoa estudiosa dos clássicos da Esquerda, de jeito nenhum.<sup>150</sup>

Após a decisão de desligamento de alguns integrantes da redação do jornal, ocorreu o suicídio de um dos participantes, meses depois. Esse fato acabou gerando uma divisão, entre aqueles que foram expulsos e outros que decidiram se afastar do *De Fato*, e os que permaneceram até os momentos finais de seu funcionamento em 1978.

<sup>149</sup>KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.135.

<sup>150</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020



Consequentemente houve também um “racha” entre as mulheres do grupo de estudos, por exemplo com a decisão de Elizabeth Fleury de abandonar as reuniões e o jornal alternativo:

Eles expulsaram amigos nossos. Um deles se matou enforcado pelo pescoço [...]. E esse pessoal enquadrou o povo do *De Fato*, começou a fazer uma discussão pesada de organização clandestina e fez um julgamento. [...] E eles foram submetidos a um julgamento, e eles foram expulsos do grupo, porque fumaram maconha na redação do “*De Fato*”, que era a sala principal da casa da Mirian. E esse pessoal não admitia esse tipo de coisa. [...] E aquele grupo estabeleceu um critério. [...] Era junho de 1977, eu fui pra lá, um frio “do cão”, lá no bairro da Floresta, onde era a casa da Mirian, e fui fazer reunião pra dizer que eu não aceitava aquele posicionamento, e que eu estava abandonando o grupo do *De Fato*, o jornal que eu ajudei a criar. Foi o momento mais difícil da minha vida.<sup>151</sup>

Fleury ainda afirma que a convivência se tornou complexa a partir desse momento: “Ele se matou. Como que você vai continuar encarando aquelas pessoas que apoiaram a expulsão dele? E o cara por isso não aguentou a barra, porque ele foi segregado pelo grupo político dele, entendeu? Então era uma convivência impossível.” No testemunho de Márcia Flausina, também é possível perceber esse momento de inconstância e divisão: O grupo se dissolveu [...] Eu já estava, na ocasião, perto de me formar. Bom, houve um incidente no jornal que me desgostou bastante sabe. [...]foi uma coisa meio desrespeitosa comigo, e eu me afastei do jornal. Acho que por tabela, fiquei meio longe do grupo também.<sup>152</sup>

Esse também era um momento em que essas mulheres estavam amadurecendo, tentando transformar suas vivências a partir das experiências universitárias, com produções em suas áreas, buscando estabilidade financeira e profissional:

Era um momento de busca de carreira, você tinha que construir uma carreira profissional, era um momento muito difícil. Pessoas também estavam se casando, umas, não sei o que. Construindo uma definição de, amadurecendo. Não tinha como você manter uma participação em tudo. Além do mais nós tivemos um “racha” político sério. [...] A gente era uma força motora, a medida que você... eu, Catia Galauer e Márcia Flausina, nós tínhamos muita paixão, muita força, e isso... esses grupos ficaram mexidos também, as pessoas acabaram fazendo outras coisas nas vidas delas. Meio que foram abandonando, foi desaparecendo as pessoas do grupo.<sup>153</sup>

<sup>151</sup> TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>152</sup> SILVA, Flausina Márcia. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 19/05/2020

<sup>153</sup> TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

Assim, em 1978 o grupo de estudos já estava disperso, e cada uma dessas mulheres, com novas trajetórias, constituindo família e/ou trabalhando em outros locais. Mas, a história de atuação, no entanto, não termina aqui.

### **2.3. Um ato de revolta: “Quem ama, não mata” em dois tempos**

Em julho de 1980, em Belo Horizonte, no intervalo de quinze dias em apenas um mês, ocorreram dois assassinatos de mulheres em detrimento do machismo estrutural, que abalaram a cidade. Maria Regina dos Santos Souza Rocha e Eloísa Ballesteros foram mortas por seus respectivos maridos, Eduardo Souza Rocha e Márcio Stancioli. A repercussão foi grande na imprensa e atingiu com grande impacto grupos de mulheres que já se articulavam em Belo Horizonte em favor das liberdades democráticas no país, bem como novos grupos feministas criados na cidade a partir de 1979. Houve então um reagrupamento, que contou novamente com algumas integrantes do antigo grupo de estudos. Com a participação desses distintos grupos, foi idealizado o Ato “QUEM AMA NÃO MATA”.<sup>154</sup>

Mirian Chystus explica que o ato não teve relação direta com o grupo de estudos, uma vez que esse já estava disperso, mas é possível ver a partir dos testemunhos, a participação de Elizabeth Fleury e Elizabeth Cataldo na organização, assim como a presença de Márcia Flausina e Elizabete Almeida no dia do ato, como espectadoras. Elizabeth Fleury explica: “Nós estávamos dispersas, do ponto de vista do grupo de mulheres, meio que o balão que desinflou, tipo isso. Mas nós estávamos o tempo inteiro articuladas nesses lugares todos, espaços que a gente tráfegava era praticamente os mesmos.”<sup>155</sup> Aqui, os laços criados anteriormente, como amizade e respeito entre essas mulheres é perceptível, a exemplo da fala de Elizabeth Cataldo, que, mesmo morando em outro Estado, teve uma pequena participação na organização do “QUEM AMA NÃO MATA: “eu não participei do ato, eu não estava em Belo Horizonte mais [...] eu vi, me comuniquei com as meninas, sabia que estava sendo organizado, cheguei a dar algum palpite.”<sup>156</sup> Ainda ressalta: “digo que fiquei muito orgulhosa quando vi elas fazendo”.<sup>157</sup>

---

<sup>154</sup>Importante destacar que o slogan “QUEM AMA NÃO MATA surgiu posteriormente ao ato. A frase havia sido pixada em muro aos arredores do centro de Belo Horizonte, após os assassinatos. A identidade do ato, foi assim pensada posteriormente, em função também da divulgação que aconteceu pela Rede Globo.

<sup>155</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>156</sup>CATALDO, Elizabeth. Silva. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020.

<sup>157</sup>Idem.

É importante pois, levar em conta que todas as ações anteriores ao ato foram de extrema importância para que o mesmo acontecesse. As ligações entre as sete, as discussões e anos de estudos, possibilitaram essa nova consciência do *ser mulher*, para que se inserissem na sociedade, debatendo e transformando mentalidades, levando ao espaço público pautas importantes e relevantes que ainda se mantinham no silêncio do lar, do privado, do então lugar socialmente determinado para as mulheres. Essa revolta gerada entre as mulheres naquele ano de 1980 pode ser identificada como resultante desses encontros, do desejo de entender as disparidades, e não mais aceitar atos de violência e machismo, como algo natural e essencializado. Ainda que, cada uma delas tivessem seus próprios questionamentos, motivos, e ainda momentos subjetivos e individuais com as teorias de gênero, essas movimentações feitas em conjunto durante a década de 1970 transformaram as próprias e a sociedade em que estavam inseridas.

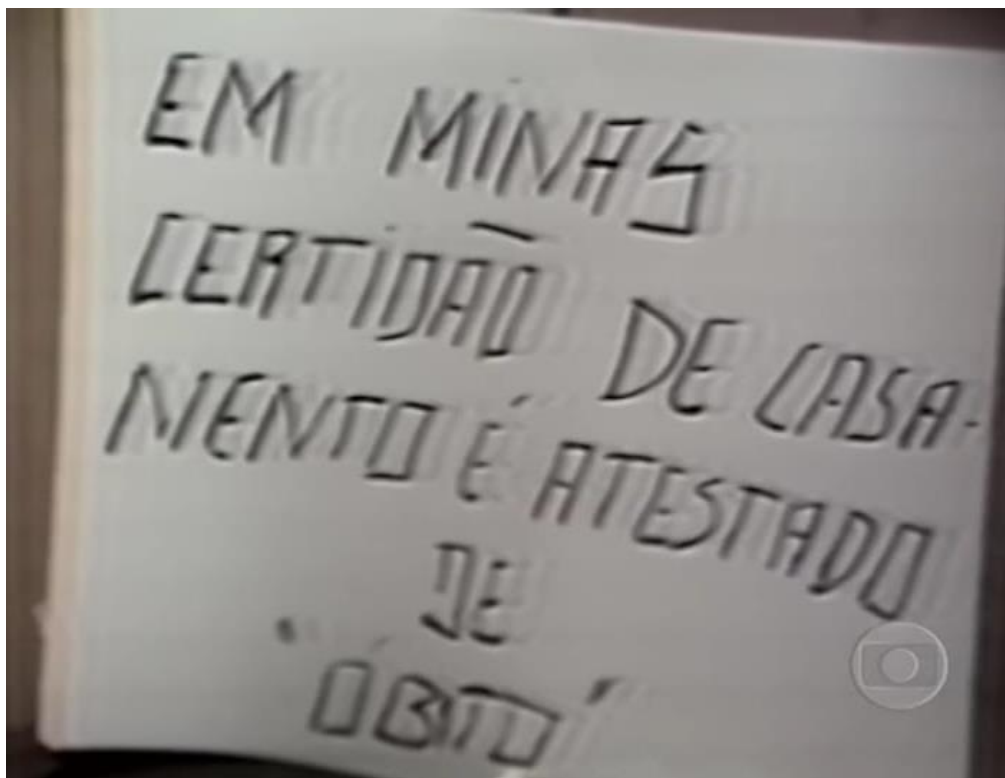
O ato se desenvolveu como uma passeata em 18 de agosto de 1980, fazendo o trajeto da Avenida Afonso Pena até a Igreja São José em Belo Horizonte. Ali, nas escadarias da igreja, contou-se com a presença de mais de quinhentas pessoas, mulheres de diversas faixas etárias, assim como a presença de homens que se uniram à causa. Assim, Mirian relata:

foi considerado absurdamente chocante duas mulheres serem mortas no espaço de quinze dias. Lógico que... é... é... pessoas... mulheres mais pobres eram mortas também, foi o que nos cobraram quando a gente fez esse ato. Sim. Mas nós ali... nós feministas... na verdade, ali, era eu na TV Globo, tinha Dagmar Trindade e tinha Antonieta Goulart, que era minha chefe de reportagem... a gente ficou, mais uma vez, indignada. Precisamos fazer alguma coisa. [...] Então, a gente teve essa ideia, [...] a gente anunciou: olha, daqui a dez dias, nós vamos fazer um ato público lá na igreja; digamos... (tal), dezoito de agosto nós vamos fazer.<sup>158</sup>

A organização do Ato teve um importante apoio da Imprensa, incluindo a TV Globo, em sua divulgação. De acordo com Mirian, que afirma ter tido a iniciativa de promovê-lo, foram feitas diversas entrevistas nos dias anteriores, o que contribuiu para o sucesso do movimento: o Ato foi pensando muito também em função da TV Globo... a gente teve um apoio muito grande ali do Eduardo Simbalista, que era o nosso editor regional... a gente pensou o Ato... [...] depois, pensamos a divulgação do Ato, pensando a divulgação do Ato para o Jornal Nacional.<sup>159</sup>

<sup>158</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>159</sup> Idem.



Imagens retiradas da reportagem sobre a série de crimes passionais que lançou a campanha "Quem Ama Não Mata" e inspirou a minissérie homônima. Fantástico (TV Globo),08/08/1982".<sup>160</sup>

---

<sup>160</sup>A matéria inclui também entrevistas feitas com o elenco (Marília Pêra, Cláudio Marzo e Hugo Carvana), a direção (Daniel Filho) e o autor (Euclides Marinho) Disponível em: <<http://globo.com/rede-globo/memoria-globo/v/fantastico-a-origem-da-frase-quem-ama-nao-mata-que-deu-nome-a-minisserie-1982/3868682/>> Acesso em: 26 de maio de 2021.



Imagens retiradas da reportagem sobre a série de crimes passionais que lançou a campanha "Quem Ama Não Mata" e inspirou a minissérie homônima, Fantástico (TV Globo), 08/08/1982".<sup>161</sup>



Reportagem da Revista Manchete- 1980-Acervo cedido por Elizabeth Maria Fleury Teixeira.

Assim, a partir das divulgações, como em um rastro de pólvora, considerando que naquele momento não havia aparelhos tecnológicos relativos a internet, foram feitas

<sup>161</sup> Idem. Acesso em: 26 de maio de 2021.

reuniões entre diversas organizações, tais como professores e estudantes de sociologia da FAFICH, assim como outros grupos, todos em função, para que o Ato se realizasse no dia dezoito. Iniciado as 16:30 horas, com os participantes portando rosas vermelhas e velas às mãos, o trajeto se iniciou, se reunindo no centro da cidade, espaço estrategicamente escolhido, para que as 17 horas contasse com discursos e declamação de poemas na junção de diversas organizações, que elaboraram falas referentes aos acontecimentos e em memória às mulheres vítimas de violência conjugal. Estavam presentes o Grupo de Renovação Cristã, a Associação de Professores Universitários (APUBH); a União Metropolitana de Estudantes Secundaristas (UMES); a União dos Trabalhadores de Ensino (UTE), e Helena Greco, importante referência no movimento feminino pela Anistia. Relevante também a presença da poeta divinopolitana Adélia Prado que declamou sua poesia: “*Canção de Joana d’Arc*”<sup>162</sup>. Aqui a participação de Elizabeth Fleury se torna visível, quando relata: “quando a gente lançou o movimento “Quem Ama Não Mata” na rua, fizemos a passeata e fomos parar na igreja São José. Até a Adélia Prado declamou um poema e eu declamei outro, (risos), xique!”<sup>163</sup>. Fleury fez sua participação com seu poema “*Aos Homens Nosso Mel e Nosso Fel*”: “Somos mulheres/ Silenciosas e brandas/ Onde descansais a arma do guerreiro/ Somos o regaço/ De colorido pardo /Onde recorreis/Para vossas injúrias/Somos os anéis de cabelo/O carinho/Oscheiros/Gostos mesuras..”

---

<sup>162</sup>“A chama do meu amor faz arder minhas vestes/ É uma canção tão bonita o crepitar/ que minha mãe se consola/ meu pai me entende sem perguntas/ E o rei fica tão surpreendido/ Que decide em meu favor uma revisão das leis”

<sup>163</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016



## Leve uma flor na missa para Heloísa e Maria Regina

Uma das organizadoras do encontro, Myriam Christos, diz que o objetivo do ato público e da missa não é, simplesmente, defender a mulher que é assassinada por seu marido e depois de morta é injuriada nos tribunais. "A morte dessas duas mulheres é apenas o ponto de partida para uma campanha muito mais abrangente. Queremos aproveitar o instante em que todas as mulheres estão unidas pelo assassinato de Heloísa e Maria Regina para iniciarmos a criação de uma entidade de defesa dos direitos da mulher, dos direitos humanos, enfim. Essa entidade, que pode ser chamada de associação, comissão, sociedade, terá por meta principal a transformação dessa sociedade doente, que avilta, que oprime, que mata".

E por isso que todas as mulheres devem levar uma flor no ato público de hoje. "A flor simboliza o início de transformação dessa sociedade, que nós queremos alicerçada sobre os mais puros sentimentos humanos: e amor, o respeito, a liberdade, o direito à vida, diz Myriam Christos.

A principal proposta da entidade de defesa dos direitos da mulher, é a divulgação de todos os atos de discriminação e opressão femininas, a luta por uma sociedade em que homens e mulheres gozem dos mesmos direitos e vivam, finalmente, num clima de paz e respeito mútuo. "Vamos lutar, também, pela mudança de diversos pontos da Legislação, como a questão do adultério, considerado crime, mas aplicado somente quando cometido pelas mulheres".

A manifestação está aberta a todos as entidades sindicais, partidos, associações de classe, enfim, a todos os homens e mulheres vítimas da discriminação social, religiosa, sexual.

O PDT mandará Vânia Bambirra para representá-lo, e já ofereceu o serviço de som para a realização do ato público, para o qual estão convidados, também, a escritora, jornalista e deputada pelo PMDB do Rio, Heloneida Studart, e Branca Moreira, do Centro da Mulher Brasileira, do Rio de Janeiro.

Reprodução Diário da Tarde

Disponível em: <<https://www.radionovelo.com.br/praiadosossos/quem-ama-nao-mata>>



O encontro em frente a Igreja São José, em Belo Horizonte, em agosto de 1980.  
Foto: Vera Godoy/EM/DA Press





O encontro em frente a Igreja São José (Belo Horizonte, Minas Gerais) em agosto de 1980.  
Foto: Vera Godoy/EM/DA Press

Um dos pontos centrais do Ato, que permanece vívido na memórias dessas mulheres, talvez tenha sido o discurso de Mirian Chystus com o “*Manifesto das Mineiras*”: “porque como eu era... eu era coordenadora, idealizadora, [...] eu fiz o Manifesto, eu redigi o Manifesto das Mineiras, eu li o Manifesto”<sup>164</sup>. A leitura do mesmo, gerou comoção à aqueles que estavam presentes:

“Senhora, aqui está vossa chave  
Para que vos entregueis a quem quiserdes, quando quiserdes,  
Porque maior que a dor de vos perder,  
É a dor de vos deixar presa nesses ferros...”

Assim um poeta da Idade Média despediu-se de sua senhora, antes de partir para as Cruzadas. E entregou-lhe a chave do cinto de castidade, contrariando todas as tradições da época. Por amor. Em Minas, quase mil anos depois, as mulheres têm destinos diferentes: são mortas a tiros pelos homens dos quais queriam se separar. Porque pediam a esses homens a liberdade. Alguns desses casos chegam até os jornais. Às vezes, até ocupam as primeiras e nobres páginas, o horário nobre dos canais de televisão. Mas nós sabemos que morrem anonimamente centenas de mulheres da mesma forma. E é por causa delas, por causa das Eloíças, das Ângelas, Josefinas, Reginas, Maltas e Marias, por nossa causa que estamos aqui. A morte nos trouxe até o adro desta igreja. Mas não é a morte que nos anima a continuar. O que nos dá forças para prosseguir nessa luta, que poderá ocupar nossa vida inteira, é a certeza de que podemos transformar essa sociedade doente que está a nossa volta. Porque já é tempo de acordarmos. De sabermos que a velha divisão dos sexos, colocando homens e mulheres em campos opostos, não traz proveito a ninguém – a não ser para aqueles que hoje são os donos do Poder. A

<sup>164</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

continuarmos na nossa submissão milenar que nos foi ensinada, marcada a ferro e a fogo, significa que sempre seremos as primeiras despedidas no momento de crise econômica; significa que não lutaremos pelas creches a que temos direito até pela legislação; significa que aviltaremos com nossa submissão toda profissão para a qual nos dirigirmos. Enfim, com nossa submissão estamos colaborando apenas com os patrões. Por isso, companheiras, é tempo de nos unirmos e começarmos a grande mudança em direção a nossa dignidade. A dignidade que nunca nos foi ensinada. A dignidade de levantarmos a cabeça e tomarmos nossos destinos em nossas próprias mãos. E nos dando as mãos. É uma longa caminhada. Longa e dura. Nela está a descrença em nossa luta. Estão as acusações de estarmos querendo ‘tomar o lugar dos homens’. Ou de estarmos dividindo forças que deveriam estar centradas nas transformações sociais. É verdade que devemos participar do processo por uma sociedade brasileira melhor. Mas este processo deve incluir a nossa luta, as nossas reivindicações para melhorar a situação da mulher brasileira. E a democracia deverá começar dentro das nossas casas. Nós sabemos que a vida também tem pesado para os homens. O amor que é baseado nas relações entre senhor e escravo não pode ser bom para ninguém. O homem tem sido nosso pai, nosso irmão, nosso marido, nosso senhor. E também aprendeu a não nos respeitar. Mas daqui para frente vamos querer que ele seja nosso companheiro. E companheirismo só pode existir com amizade, com igualdade e com respeito. E isso, companheiras, a transformação entre as relações entre homens e mulheres tem de partir de nós, que somos hoje as mais oprimidas. Porque as novas idéias só criam raízes, quando as crianças as beberem, misturadas ao leite materno.<sup>165</sup>

Assim, o ato foi feito, como um espetáculo nas palavras de Mirian, que repercutiu na Imprensa, na Rede Globo e no resto do Brasil, colocando em evidência a violência contra a mulher no aspecto de comunicação de massas. Como ação efetiva, em decorrência do mesmo, foi criado o *Centro de Defesa da Mulher-Núcleo MG* e, meses depois, o *Centro de Defesa dos Direitos da Mulher (CDDM)*, que teve como presidente por algum tempo, a própria Mirian Chystus. Assim, o CDDM se evoluiu, em conjunto com novos grupos e lideranças, resultando no *Conselho Estadual da Mulher*, criado pelo então governador de Minas Gerais, Tancredo Neves. Não apenas a criação do conselho, mas no desdobramento do mesmo, com *S.O.S Mulher*, que buscava dar amparo legal à casos de violência doméstica, tendo funcionamento na Faculdade de Direito da UFMG, além de existir um convênio com Departamento de Assistência Jurídica, que levava cinco anos depois, em 1985, à criação da primeira delegacia de Mulher em Minas Gerais. Nesse momento é interessante observar novamente os laços que sempre permanecem visíveis na história dessas mulheres, quando Elizabeth Almeida, formada em direito, conta sobre sua participação no *S.O.S Mulher*:

É... eu acho que foi a Celina Albano que conseguiu que cedessem pra gente. Aí, foi instalado o telefone e foi divulgado e havia as pessoas que revestavam atendendo às mulheres que ligavam. E pro grupo que agregou ao *SOS*

<sup>165</sup>Arquivo pessoal de Mirian Chystus de Mello e Silva, disponibilizado para a autora em março de 2020.

*Mulherzinha* várias psicólogas. Então, o que que acontecia? A... elas se revejavam atendendo e quando a questão envolvia advogado, elas me encaminhavam a pessoa, aí, eu atendia pelo meu escritório, sabe?! Então, durante muito tempo, as... as manhãs, as minhas manhãs eram só o pessoal do SOS. [...] eu trabalhava no escritório com as outras coisas no período da tarde, oito horas da manhã em ponto eu estava lá (abrindo) o escritório, costumava já ter algumas [risos] me esperando. Era uma coisa tão terrível!”<sup>166</sup>

O ato “Quem Ama Não Mata”, pode ser visto portanto como um das primeiras movimentações em Minas relativa à implementação de políticas públicas, em defesa aos direitos das mulheres, que se desdobrou em diversas ações ao longo dos anos, repercutindo durante décadas no imaginário e memória das mulheres presentes.

Essa memória compartilhada, junto a essas lembranças subjetivas, assim como a trajetória dessas mulheres pioneiras, trouxe a possibilidade de construção de diversos trabalhos sobre o tema, com a publicação de um livro relativo ao “*Jornal de Minas*”, e outro, em comemoração dos 25 anos do Conselho Estadual da Mulher,<sup>167</sup> teses e projetos de pesquisa/extensão sobre o jornal “*De Fato*”, assim como meu próprio trabalho de conclusão de curso em 2017 pela Universidade do Estado de Minas<sup>168</sup>. Porque então nos debruçarmos novamente sobre esse tema? Primeiramente porque a originalidade desse trabalho diz respeito à análise da construção de memórias a partir dos testemunhos. Interessa-nos, de fato, demonstrar, a partir das entrevistas destas mulheres, como suas memórias interferiram nas suas representações do fato e como isso influenciou suas construções identitárias, ou seja, como suas experiências próprias são representadas no contexto da ditadura civil militar e auxiliaram em suas próprias definições de identidade.

Segundo porque, a partir das memórias e experiências que carregam de sua atuação ao longo da ditadura, destacamos uma das facetas mais fantásticas da história dessas mulheres, quando trinta e oito anos depois, em um conjuntura política totalmente diferente, inserida em um contexto dos novos feminismos, se reuniram em 2018 para novamente realizar o ato QUEM AMA NÃO MATA.

---

<sup>166</sup>ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

<sup>167</sup>DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice; *Mulheres de Minas: lutas e conquistas* – Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

<sup>168</sup>ELIAS, N. S. Construções identitárias e representações: Os movimentos feministas e de mulheres em 0Belo Horizonte, nas décadas de 1970 – 1980 – um estudo de caso. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História) – Universidade do Estado de Minas Gerais, 2017.

A indignação permaneceu sendo a mesma: a violência contra a mulher, a partir de novos episódios de assassinatos de mulheres por seus respectivos companheiros. Mas agora, com o advento da tecnologia e novas formulações nas teorias de gênero/feministas, o que fez com que a organização do evento demandasse mais tempo e novas abordagens.

A partir de uma narrativa interseccional, na negação de definições essencialistas da feminilidade, com uma ótica reflexiva a partir da subjetividade e pluralidade do ser feminino, ultrapassando as experiências e vivências de mulheres brancas de classe média como uma definição universal das opressões de gênero, o feminismo a partir do final da década de 1980 carregava novas formas de atuação:

Surge, assim, a terceira fase do feminismo (terceira geração ou terceira onda) cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero. Neste sentido é que algumas posições, ainda que heterogêneas, distinguem os Estudos Feministas - cujo foco se dá principalmente em relação ao estudo *das e pelas* mulheres, mantidas as estreitas relações entre teoria e política-militância feminista - dos Estudos de Gênero, cujos pressupostos abarcam a compreensão do gênero enquanto categoria sempre relacional.<sup>169</sup>

Assumindo tal pluralidade, o que antes era denominado Feminismo se transforma em Feminismos, que abarca uma série de grupos identitários, que recusam a ideia de unificação identitária ao “ser” mulher. A partir dessa fase, a “categoria unificadora “mulher” perde terreno para a categoria gênero, demarcando fronteiras de classe, raça, sexualidade e localidade”,<sup>170</sup> incluindo aos debates às performatividade de gênero, que engloba a transexualidade, bi-naridade, assim como a heteronormatividade e homossexualidade, na construção de políticas de gênero. Assim, assiste-se a formação de grupos identitários com suas respectivas pautas, englobando diversas vertentes: interseccional, liberal, radical, e diversas outras.

É a partir desse contexto que se transita entre terceira onda, pós feminismo, ou ainda, uma quarta fase a partir da virada do século XX para o XXI, com revoluções tecnológicas, colocando o(s) feminismo(s) na categoria digital a partir da larga utilização das redes sociais. Em relação a essa categorização digital, existem trabalhos

<sup>169</sup>NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. v. 11, n. 3. Psicol. estud. Maringá, Dec. 2006, p. 647-654.

<sup>170</sup>GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Op.Cit, p.25-46.

recentes<sup>171</sup> que mostram a reorganização dos grupos feministas com novas características e suas articulações em bases horizontais, constituindo-se principalmente na utilização da internet, desde o começo da década de 2000, apesar do marco entre 2011/2012, com a primeira organização e realização da *Marcha das Vadias* em São Paulo, e ainda, e talvez mais decisivo, como atuação digital a partir das chamadas *Jornadas de Junho de 2013*.

Ganhou força também no começo da década, a negação do termo “gênero” em uma função específica no contexto social, político e econômico, construindo a falácia sobre Ideologia de Gênero, explodindo em publicações nas redes, assim como tendo grande aceitação nas organizações políticas de extrema direita, como é o caso da constituição do Escola sem Partido, movimento político brasileiro, fundando em 2004:

[...] a “ideologia de gênero” tornou-se receptáculo e transmissora de variadas concepções reacionárias, que utilizam a retórica dos valores morais em nome do combate a qualquer forma de reivindicação dos direitos das mulheres e dos sujeitos cuja orientação sexual e identidade de gênero desafiem a heteronormatividade estabelecida.<sup>172</sup>

Toda essa contextualização se torna necessária, pois o contexto político e social em que se encontram o grupo de mulheres em análise, a partir de 2018, diz respeito à realização do segundo ato organizado por elas. A exemplo da onda conservadora que ganhou força principalmente nas eleições presidenciais brasileiras no mesmo ano, que contou com uma grande movimentação de grupos feministas e de toda a camada da sociedade nas redes sociais que ia contra as ideologias do candidato à presidência Jair Bolsonaro, com a utilização da hashtag #ELENÃO:

Ocorre que os ecos da formulação acerca da existência de uma “ideologia de gênero” ainda se fazem ouvir no Brasil e em outros lugares do mundo. Na proposta de plano de governo de Jair Bolsonaro, candidato eleito presidente do Brasil em outubro de 2018, constam palavras de ordem contra a suposta doutrinação no ensino, que ele propõe que seja combatida “expurgando a ideologia de Paulo Freire”, de maneira que “Conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE”.<sup>173</sup>

<sup>171</sup>Ver mais em: ALVAREZ, Sonia E. *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. Cadernos Pagu, Campinas, n.43, p.13-56, 2014. - MATOS, Marlise. *Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destraditionalização social e o neoconservadorismo político*. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Anais... Caxambu, 2014.

<sup>172</sup>GUIMARÃES, Géssica. Op. cit. p.12.

<sup>173</sup>Ibidem, p. 18

Esse momento de efervescente nas redes sociais em 2018 foi palco para as primeiras discussões para a realização do segundo ato, logo após a repercussão na grande mídia em julho do mesmo ano, em relação ao assassinato da advogada Tatiane Spitzner, arremessada do sexto andar pelo seu marido, em Guarapuava, no Paraná. Como explica Mirian:

Conversando no facebook com a Hélia, aí vem aquela história, a gente comenta “nossa que absurdo, mais uma mulher que morreu, [...] precisamos fazer alguma coisa.” Ela fala, “eu já estou engajada num estudo”, que era na faculdade de Medicina [...] uma coisa maior entendeu. Daí ela falou, “quem sabe em reeditar o QUEM AMA NÃO MATA”. É mesmo... aí eu lancei a ideia no facebook. Aí então eu lanço a ideia e tem a primeira reunião no teatro cidade. Devia ter umas trinta a quarenta pessoas.<sup>174</sup>

No intervalo de quase quarenta anos, o contato entre as mulheres do grupo original formado em 1975 se perdeu. Mirian afirma que manteve o contato com Bete Almeida, que considera uma amizade “de vida inteira”, e também Elizabeth Cataldo, “Mas nada haver com feminismo.” O contato foi retomado em 2018 com Elizabeth Fleury, que relata: “Ela chamou pelo facebook, foi uma convocação pública, aí me chamou nominalmente. Aí falei: bom, Mirian está convocando, não tem como fugir dessa história (risos), tem que encarar.”<sup>175</sup> Foi essa chamada pública que possibilitou a aderência de novas participantes: “Foi pelo facebook, a gente publicizou, e chamou, vamos ter um reunião [...] apareceu quem quis.”<sup>176</sup> Assim novos nomes surgem, como Silvana Coser, Vilma Fazito, Valéria Said, e Nely Rosa, que é citada nos testemunhos como uma grande figura na realização do segundo ato. Elizabeth Fleury afirma que essas novas participações são pessoas da mesma geração, mas que só aderiram a causa nesse momento. Interessante é, novamente a participação pontual de Elizabeth Cataldo, que foi contatada por Mirian e ajudou mesmo a distância no planejamento de algumas questões relativas à organização:

ela era uma espécie, de interlocutora minha. Porque quando a gente entrar no ato de 2018 a gente vai ver [...], uma coisa muito bem organizada, havia polêmicas, então eu conversava muito com a Beth Cataldo. Mas foram as duas Beths, vamos dizer assim, de 1975, que a gente tornou a se reencontrar agora em 2018 em torno do feminismo.<sup>177</sup>

<sup>174</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>175</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>176</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>177</sup>Idem.

Nesse trecho específico de Mirian Chystus, “uma coisa muito bem organizada”, se dá ênfase, sempre presente em sua fala, na diferença de organização dos dois atos. Em 2018, o nível de organização se torna maior, principalmente em relação às mudanças percebidas por ela e pelas outras mulheres, dentro do movimento feminista. Agora a preocupação se sustentaria em abranger e atrair ao movimento novas vozes:

Ademais, as expressões dos feminismos em nossa atualidade têm cada vez mais sublinhado a importância do protagonismo político e científico daquelas mulheres que são as principais afetadas pela interseção de tantos traços de exclusão social. Ao reivindicar o “lugar de fala” desses sujeitos, como nos explica a filósofa brasileira Djamilia Ribeiro, o que se exige é o reconhecimento de que a exclusão também é de ordem política e epistemológica, e que a criação das oportunidades para a fala faz parte de uma militância menos interessada em apresentar essas mulheres e os problemas por elas enfrentados e mais empenhada em criar espaços em que essas mesmas mulheres possam realmente falar e serem ouvidas.<sup>178</sup>

O grupo, agora contando com a participação de dez a quinze mulheres, se reuniu durante três meses, de agosto a outubro de 2018, com alguns encontros por semana. Dividindo-se em sub-grupos categorizados em “produção do ato”, “conceitualização do evento” e “divulgação”, buscaram a partir dos mesmos decidir o local, o caráter do ato, as participações, programação e custos. Assim, definiram que o ato seria cultural/artístico, dividindo a programação em blocos, com a realização de falas, pockets shows e declamações de poemas e poesias. Em relação aos custos do evento, houve nesse momento a preocupação com sua estrutura, relativas ao palco, sistema de som e filmagem, e que contou com uma arrecadação por meio das redes sociais. Houve também a realização de um concurso para o identidade visual do ato. É pois assim que Mirian relata essa nova forma de organização: “O ato na verdade consumiu muita energia, muito esforço.”<sup>179</sup>

As vozes, termo empregado diversas vezes por Mirian Chystus, contribuíram para a constituição de um ato suprapartidário, quando decidiram optar pelas falas no dia de sua realização:

Afora isso, quais as vozes? Vai dar vozes a mulheres políticas de partido? A gente preferia que não. Mas depois a coisa foi ficando complicada. [...] Mas a gente não queria também que virasse um ato partidário. Na verdade quase que apartidário. Porque a gente tinha muito receio também do espaço ser ocupados pelos partidos. E a gente queria uma coisa eminentemente

<sup>178</sup>GUIMARÃES, Géssica. Op. cit. p.4.

<sup>179</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

feminista, tratando a questão da violência contra a mulher e não correr o risco de ser um espaço ocupado pelas vozes partidárias.<sup>180</sup>

Ainda que pensassem nessa junção de novos movimentos identitários, houve a dificuldade de aderência de mulheres da nova geração, da juventude feminista atual, como explica Elizabeth Fleury: “moças jovens de uma geração mais nova, que poderiam pensar numa renovação. Coisa que não aconteceu, que nosso movimento continua um grupo de mulheres da nossa geração”.<sup>181</sup> Mirian ainda relata que: “nós nunca conseguimos atrair realmente pro grupo, pessoas jovens de vinte e poucos anos. Havia até uma angústia em relação a isso.”<sup>182</sup>

Nesse processo de organização outro ponto de dificuldade se deu na busca pela representação de mulheres negras, que pudessem contribuir no dia:

E aliás, foi muito difícil conseguir a representação das mulheres negras no nosso ato. Nós ficamos quase dois meses tentando conseguir uma representação que falasse no ato. Havia por parte delas uma desconfiança enorme em relação a gente. Elas tinham parece que receio, imagino, de serem usadas. [...] uma coisa muito batalhada mesmo.<sup>183</sup>

Apesar disso, conseguiram construir uma programação que abrangesse diversas representações de mulheres. Assim o Ato foi realizado, dessa vez, não mais nas escadarias da Igreja São José, mas na Praça Afonso Arinos, no centro da cidade, em frente ao espaço simbólico na memória de Mirian Chystus, Elizabeth Fleury e suas companheiras jornalistas: o Sindicato de Jornalistas de Belo Horizonte. Realizado de forma artística e cultural também, não contou com uma passeata, mas na centralização e concentração em forma de evento, com uma estrutura totalmente diferente da anterior. Teve início às 18 horas do dia nove de novembro, e contou com a participação de Patrícia Caetano, com intervenção artística; o projeto pretas poetas, com apresentações de poesias autorais; Zi Reis, com a performance “Papéis Privados Dores Públicas; a presença de mulheres ligadas ao campo, e suas falas como trabalhadoras rurais, além da presença da Associação das Profissionais do Sexo. A participação de Elizabeth Fleury se deu na formulação do “novo” Manifesto da Mulher Mineira, lido durante o ato.

---

<sup>180</sup>Idem.

<sup>181</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Fleury. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>182</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

<sup>183</sup>Idem.





Registro da segunda edição do ato Quem Ama Não Mata, Belo Horizonte (MG), 2018.

Fala de Miriam Chrystus.

Disponível em: <<https://www.instagram.com/quem.ama.nao.mata/>>



Registro da segunda edição do ato Quem Ama Não Mata, Belo Horizonte (MG), 2018

Disponível em: <<https://www.instagram.com/quem.ama.nao.mata/>>



Registro da segunda edição do ato Quem Ama Não Mata. Belo Horizonte (MG), 2018.

disponível em: <<https://www.instagram.com/quem.ama.nao.mata/>>

Com repercussão regional/estadual, o ato de 2018 também mantém a diferença em relação ao primeiro, quando houve uma maior repercussão. Mirian relata que nesse momento não houve um grande sistema de apoio, como a projeção do primeiro: “A gente não conseguiu ter uma entrada na globo por exemplo. A gente não conseguiu uma inserção dessa vez”<sup>184</sup>. Mas afirma: “Teve uma boa repercussão [...] Muito mais trabalhoso que o outro, mas muitas vezes, foram diversificadas, porque as vezes estavam altiissionantes na praça. 2018 nem poderia ser aquelas, muitas outras. As pretas poetas que deram um show maravilhoso. Foi muito bonito.”<sup>185</sup> Houve no entanto, a repercussão na internet e nas redes sociais, como facebook e instagram.

---

<sup>184</sup> Idem.

<sup>185</sup> Idem.



Mulheres do movimento feminista mineiro - Quem Ama Não Mata, em frente a igreja São José, em Belo Horizonte, 2018.

Mirian Cystus (cabelo branco ao centro), e ao seu lado direito Elizabeth Fleury

Foto: Jair Amaral/EM/DA Press.

Assim, após a realização do segundo ato QUEM AMA NÃO MATA, constituiu-se novamente um grupo, caracterizado por Mirian como um grupo político cultural: “A gente funcionou quase como uma agência de cultura. Nós somos um grupo igual aquele de 1975. Nós somos um grupo de referência, com objetivo de ocupar espaço discursivo, na imprensa, na mídia, ondefor.”<sup>186</sup>

Em relação à fala de Mirian Chystus sobre o grupo atual ser igual ao de 1975 é relevante dizer que existem diferenças que marcam os dois grupos, à exemplo de suas ações. Na década de 1970 mantinham a característica de um grupo de reflexões, como dito anteriormente, baseado em encontros para estudo de obras feministas e divulgação das ideias, quando também suas integrantes estavam todas inseridas dentro do ambiente universitário. Em 2018, a incorporação de novas integrantes marca a diversidade de mulheres (apesar de todas serem da mesma geração), algumas por exemplo entrando em contato com as discussões feministas recentemente, assim como a não existência de leituras acadêmicas e ações que passaram a ser transformadas em eventos culturais. Em relação ao espaço discursivo é visível a tentativa de ocupação para a disseminação das pautas feministas, por exemplo, Elizabeth Fleury, em seu caráter de organização no sub grupo de divulgação, constituiu a ideia e realizou em oito de março de 2019, uma exposição sobre as memórias do movimento feminista mineiro e uma linha temporal da

<sup>186</sup> Idem.

história do feminismo na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte, contando com a visita de centenas de escolas da cidade. Mas é necessário observar que até esses espaços foram transformados em relação ao advento da tecnologia e internet, como também os “espaços de fala” que hoje são atribuídos aos movimentos identitários. Nessas diferenças relativas aos dois grupos, são caracterizadas agora como “Movimento Feminista Mineiro - Quem Ama Não Mata”, e continuam fazendo ações na divulgação das teorias feministas na sociedade Belo Horizontina.

Os dois atos realizados por essas mulheres mantêm características semelhantes mesmo com o intervalo de décadas, à exemplo do distanciamento do grupo de mulheres brancas das mulheres de outras camadas sociais e das negras em especial, assim como a dificuldade no diálogo com a esquerda em sua maior expressão com partidos políticos. Essas duas características tem um ponto fundamental que põe em xeque as discussões relacionadas aos três imbricadores sociais: gênero, classe e raça. Em suas memórias e em suas representações do passado vivido, existe a forte narrativa sobre a intelectualidade que vem da experiência universitária e da posição que ocupavam dentro da classe média/média alta. O distanciamento então pode ser visto e analisado quando nas décadas de 1970 e 1980 as mulheres negras ou inseridas em outras camadas sociais estavam fora do ambiente científico e acadêmico, sendo perceptível nos testemunhos a ideia de raça e classe estarem sempre relacionados à pobreza. Existe ainda a construção de uma identidade do movimento feminista das décadas de 1970 e 1980, que abarcava a liberdade sexual, como um eixo central de discussões, o que provocava ainda mais o distanciamento entre esses grupos identitários. As pautas se chocavam quando expostas, o que traz à tona também a discussão da diferença entre o movimento feminista e o amplo movimento de mulheres.

Décadas depois, mesmo que em maior diálogo, e na tentativa de uma organização mais plural, a bolha intelectual, de mulheres brancas e de classe média/média alta dos anos 1970 e 1980 se manteve por exemplo na organização do ato de 2018. Não houve a incorporação de outros grupos, como mulheres negras e mulheres mais jovens no processo criativo e organizacional do ato, estando presentes apenas na efetivação do mesmo, como representação e com certo espaço de fala no evento.

Assim sendo, podemos afirmar que, dentro desse aspecto de um grupo feminista de reflexão e disseminação de ideias, nos dois momentos, não houve uma definitiva incorporação e abertura de demandas (para além do espaço “cedido” em 2018) para as pautas identitárias de outras mulheres.

Além disso, a resistência na incorporação de partidos políticos no ato de 2018, pode ser considerada como heranças das memórias que essas mulheres constroem acerca do período ditatorial, marcadas por grande desconfiança, quando as pautas feministas não eram consideradas dentro da então esquerda tradicional. Ainda que na tentativa de adaptação relativas às mudanças dentro dos debates contemporâneos sobre feminismos, essas mulheres permanecem com discussões que carregam desde as décadas de 1970 e 1980, mesmo que em suas representações haja a construção de novas identidades que se distinguem entre as épocas analisadas.

Deixemos aqui um pequeno, mas impactante trecho de Mirian Chystus: “Você tem morte, amor e resistência política, são três coisas que unem os dois atos. Cada ato foi expressão de um determinado momento cultural e político do país.”<sup>187</sup>

---

<sup>187</sup> Idem.

## Capítulo 3:

### **A geração de transição: construções identitárias, representações e memórias de feministas belorizontinas**

Nosso último capítulo tem como principal objetivo apresentar uma discussão teórica e historiográfica sobre as relações entre memória, identidade e representação. Nesse sentido, utilizaremos as entrevistas e depoimentos de ex-militantes e participantes dos movimentos feministas belo-horizontinos. Partimos da hipótese de que essas mulheres inauguraram o que chamamos de *geração de transição*, quando inseridas dentro do contexto de abertura política no Brasil, iniciado em 1974.

A partir da metodologia da História Oral, buscaremos compreender os elementos constitutivos dessa geração, pensando as subjetividades desses depoimentos, as (re)construções identitárias dessas mulheres nos dois períodos analisados (1975 a 1980 e 2018), analisando quais eram suas motivações políticas, suas percepções sobre o movimento feminista e como elaboram narrativas acerca de sua atuação, percebendo os embates de memórias nesse processo.

#### **3.1. História Oral: Testemunhos, subjetividade e o resgate da trajetória**

Ao longo do século XIX, a produção historiográfica foi pautada especificamente na reprodução de documentos escritos e oficiais, valorizando os grandes nomes e seus feitos. Tratava-se de uma historiografia meramente descritiva, que valorizava a história estatal e dos grandes personagens, sem representações de pessoas consideradas “comuns”, esquecidas em suas vivências subjetivas, e sem espaço para qualquer tipo de interpretação e questionamento das fontes. Esse historicismo tão bem marcado ainda na primeira metade do século XX, tendo a história como *magistra vitae*, foi perdendo espaço à medida em que a história se transformava em um palco onde o progresso era revelado como um acumulador de catástrofes. A primeira metade do século XX marcada pelas duas grandes guerras, transformava o mundo, e agora trazia o pensamento de distopia, causando revisões teóricas nas grandes áreas humanas. Neste momento, abre-se na historiografia novas possibilidades de atuação, atrelada principalmente à interdisciplinaridade, e fazendo usos de novas fontes.

Com o surgimento de novas abordagens documentais na historiografia, esse cenário foi modificado, sendo a Escola dos *Annales*, a principal referência em relação à abrangência das fontes na pesquisa histórica. Tomando como base teorias e metodologias já presentes em estudos antropológicos, a análise histórica passa a considerar uma maior gama de fontes como relevantes no trabalho do historiador, “esse grupo defendia uma nova concepção, em que o econômico e o social ocupavam lugar privilegiado”.<sup>188</sup>Evidentemente, com a ampliação de possibilidades documentais, abre-se também o espaço para uma história construída por diversos personagens, sendo assim, o produto de análise histórica seria o sujeito sem qualquer forma de separação social, interessando mesmo, a produção humana e suas representações.

De fato, o recorte histórico pós Segunda Guerra, desfez grandes signos e categorias de significação. Assim, na historiografia, a memória passou a ser valorizada nos processos de investigação histórica, principalmente após a Segunda Guerra, com o Shoa:

Observou-se mais e mais a ascensão do registro da memória - que é fragmentário, calcado na experiência individual e da comunidade, no apego a locais simbólicos e não tem como meta a tradução integral do passado. De resto, com o fim da referência espacial linear forte ocorre também uma valorização dos lineux de mémoire, um movimento presente de Halbwachs e Benjamin até Pierre Nora e em uma série de historiadores contemporâneos. O historiador identifica-se agora tanto com a figura do arqueólogo - que também desempenha um papel forte enquanto uma metáfora do trabalho do psicanalista, como lemos em “Unbehagen in der Kultur” e na análise do romance Gradiva de W. Jensen, realizada por Freud - como também assume o papel de cartógrafo que deve (re) traçar a “topografia do terror” (parafrazeando o nome da exposição memorial que se localiza em Berlim nas ruínas do antigo quartel-general da Gestapo).<sup>189</sup>

Na Europa surgiu então uma explosão de análises de memórias a partir de testemunhos e depoimentos, sobretudo de vítimas e sobreviventes de eventos traumáticos. O testemunho então, de certa forma passa a apresentar o trauma, e transforma a realidade através dos cinco sentidos, em uma narrativa textual. É marcado portanto por uma tensão entre oralidade e escrita, em uma tentativa de reunir fragmentos do “passado”, dando nexos ao que antes se detinha no indizível. O esquecimento não seria mais permitido, enquanto catástrofes, massacres, genocídios e etnocídios

---

<sup>188</sup>FERREIRA, Marieta de M. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro F., VAINFAS, Ronaldo 46 | VIII Encontro Regional Sul de História Oral (Orgs.). Novos domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2012, p.173.

<sup>189</sup>SELIGMANN, Márcio Silva. “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. In: *Psicologia Clínica*, v.20, n1, 2008, p. 66.

estivessem presentes, tornando a palavra testemunhal de extrema solicitação e necessidade.

Na década de 1970, foi constituído na historiografia a busca por uma escrita do cotidiano que possibilita a abertura de um espaço para novas fontes: “O passado volta como quadro de costumes em que se valorizam os detalhes, as originalidades, a exceção à regra, as curiosidades que já não se encontram no presente.”<sup>190</sup>O conhecimento da experiência cotidiana pedia ao mesmo tempo um relatório dessa experiência - uma narrativa - e um trabalho de interpretação que lhe era intimamente associado. A guinada linguística, conceito constituído em meados dos anos 1970, trazia no cerne da questão historiográfica o papel atribuído ao historiador, e a busca na separação entre a narrativa histórica e poética, tornando possível discussões sobre linguagem e narrativa no âmbito da escrita da história; procurava-se nesse momento a partir da narrativa um recurso para a produção historiográfica. Assim, na narrativa mantinha-se a promessa de que se tinha uma experiência e uma vivência que narra. De acordo com Sarlo:

Esse reordamento ideológico e conceitual da sociedade do passado e de seus personagens, que se concentra nos direitos e na verdade da subjetividade, sustenta grande parte da iniciativa reconstituidora das décadas de 1960 e 1970. Coincide com uma renovação análoga na sociologia da cultura e nos estudos culturais, em que a identidade dos sujeitos voltou a tomar o lugar ocupado, nos anos 1960, pelas estruturas. Restaurou-se a razão do sujeito, que foi, há décadas, mera “ideologia” ou “falsa consciência”, isto é, discurso que encobria esse depósito escuto de impulsos ou mandatos que o sujeito necessariamente ignorava. Por conseguinte, a história oral e o testemunho restituíram a confiança nessa primeira pessoa que narra sua vida (privada, pública, afetiva, política) para conservar a lembrança ou para reparar a identidade machucada.<sup>191</sup>

A metodologia da História Oral, partindo dos testemunhos, liga a experiência passada ao presente, possibilitando a análise das representações dos fatos construídas pelo depoente. A partir dos testemunhos, a memória se torna fonte e objeto da pesquisa histórica para a compreensão de uma sociedade, quando aqueles que são entrevistados são apoiados pelas estruturas mediadoras da linguagem, da narrativa, do ambiente social, das práticas religiosas e do poder político em voga. É a partir da oralidade que sujeitos anônimos, sem nenhum status político, econômico ou social, podem contar suas vivências e os acontecimentos de sua época. Segundo Paul Thompson, a História Oral “é uma abordagem ampla, é a interpretação da história e das sociedades e culturas em

---

<sup>190</sup>SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG. p. 17.

<sup>191</sup> Idem. p. 18.



processo de transformação, por intermédio da escuta às pessoas e do registro das histórias de suas vidas”<sup>192</sup>. De acordo com Marieta Ferreira:

Ainda que objeto de poucos estudos metodológicos mais consistentes, a história oral, não como uma disciplina, mas como um método de pesquisa que produz uma fonte especial, tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupos ou indivíduos nas diferentes sociedades.<sup>193</sup>

O testemunho se arqueia sobre a falae resgata a trajetória, a experiência. É a partir da fala que o sujeito reconstrói sua época, sua vida, sua sociedade, com seus valores e culturas. É a partir das entrevistas que o depoente elucida uma percepção do real, compreende e se apropria do mundo ao seu redor, são produções individuais e coletivas que podem ser difundidas de várias formas:

La narrativa personal es necesariamente un relato en primera persona, que transmite a outros la experiencia vivida por el sujeto. No consiste en rescatar o extraer algo que está cristalizado y guardado em el interior de una persona, sino em generar una construcción cultural em un momento –que, a su vez, condensa una multiplicidad de temporalidades– y un contexto de interacción com numerosos “otros”.<sup>194</sup>

É importante ressaltar que para além do recolhimento dos testemunhos é de extrema importância que esses sejam analisados e problematizados;<sup>195</sup> Deve-se aceitar o testemunho pensando que o objeto de estudo é recriado por intermédio da memória dos depoentes não deve ser visto como algo dado e estático. O historiador deve buscar ter reflexões históricas e desdobramentos teóricos metodológicos, lembrando sempre que a História Oral é um campo interdisciplinar: “Ela não é simplesmente histórica, mas também sociológica [...] antropológica e é parte dos estudos culturais em geral, pois ela se baseia nessa forma fundamental de interação humana, que transcende as disciplinas”.<sup>196</sup>

<sup>192</sup>THOMPSON, Paul. História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC SP, Museu da Pessoa : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.20.

<sup>193</sup>FERREIRA, Marietade Moraes. História, tempo presente e História Oral - Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002, p. 330.

<sup>194</sup>JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*.- 1ª ed.- Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2017. Libro digital, EPUB. p.221.

<sup>195</sup> Ver mais em FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: *Novos Domínios da História*/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2012, p. 167-186

<sup>196</sup> THOMPSON, Paul. História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: *História falada: memória, rede e mudança social* / Coordenadores WORCMAN, K; PEREIRA, J. V. São Paulo: SESC SP : Museu da Pessoa : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p.20.

É neste contexto que Alberti destaca a contribuição da História Oral:

Mas acreditamos que a principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade - e a da história oral como um todo - decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações sócio-culturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu.<sup>197</sup>

A História Oral é vista como uma possibilidade de contribuir com os menos privilegiados a conquistar dignidade e autoconfiança, neste sentido o testemunho confere um lugar de destaque à história das Mulheres: “[...] contribui para destacar a interconexão entre a construção de papéis sociais e os direitos de cidadania nas narrativas coletivas; isso significa que a história oral de mulheres suscita novas questões na esfera da relação entre história e memória”.<sup>198</sup> Portanto, o testemunho é uma fonte documental extremamente eficaz para o estudo da história das mulheres, o qual, baseado na fala, democratiza a memória e reconstitui a identidade feminina. São relatos vividos que ampliam as vozes de mulheres como testemunhos e saem do silêncio da historiografia. Segundo Sherna Berger Gluck, citada por Salvatici:

Recusando-se a serem deixadas historicamente sem voz por mais tempo, as mulheres importante’, e estamos afirmando que nossa vida cotidiana é história. Usando estão criando uma nova história – usando nossas próprias vozes e experiências. Estamos contestando o conceito tradicional de história, aquilo que é ‘historicamente uma tradição oral, tão antiga quanto a memória humana, estamos reconstruindo nosso próprio passado.<sup>199</sup>

É importante ressaltar que as relações entre História Oral e História das Mulheres se construiu em meados do fim de 1960 em meio a movimentos sociais e políticos, que buscavam o resgate das “memórias subterrâneas”.<sup>200</sup> No entanto, houve mudanças no campo de análises nos estudos relativos à Mulher a partir dos anos 1980. O conceito de “Pluralidade” se tornou uma nova chave na história oral de mulheres, buscando uma concepção de sujeito histórico, não mais entendido de forma universal, mas em suas

<sup>197</sup> ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990. P. 5

<sup>198</sup> SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005. p.36.

<sup>199</sup> GLUCK, B. S. *Apud*: SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, São Paulo, 2005. p.30.

<sup>200</sup> Termo cunhado por Michel Polak, que pode ser traduzido como memórias que dizem respeito a minoriais sociais, que foram ou são marginalizados dentro de uma sociedade em que outros grupos passam a exercer um poder hegemônico sobre elas. Ver mais em: POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

subjetividades, singularidades e perspectivas. O que antes era considerado a “voz das mulheres”, transformou-se em múltiplas vozes. De acordo com Salvatici: “Nessa nova fase, o mais fundamental de tudo tenha sido a passagem da ênfase na descoberta de realidades esquecidas pela história tradicional, por meio da escuta de vozes ocultas, para um reconhecimento de que sua dimensão subjetiva é essencial para compreendê-las”.<sup>201</sup> Para além dessa questão, a História Oral da mulher deve ser percebida como específica:

Joan Scott (2008) assinala também que a história das mulheres deve ser escrita a partir de uma lógica de investigação diferente da aplicada na historiografia tradicional. Isso significa reescrever a história sob uma perspectiva feminina, interpretar de maneiras diferentes, reformular a análise histórica e revisar conceitos e métodos existentes com o objetivo de converter as mulheres em sujeitos da história, reconstruir suas vidas em toda sua diversidade e complexidade, mostrando como atuaram e resistiram às circunstâncias impostas. O uso dessa lógica envolve, ainda, inventariar as fontes com as que contamos e dar um sentido diferente ao tempo histórico, destacando o que foi importante na vida das mulheres.<sup>202</sup>

A subjetividade é portanto um ponto importante dentro da metodologia da História Oral. É importante ressaltar que existem fatos históricos que são universais, são memórias constituídas como oficiais, mas existe a visão subjetiva do ser que discursa, e dentro de cada ação de rememorar existem questões únicas e experienciadas apenas por aquele indivíduo. É a junção entre o singular e a construção cultural, que coloca o testemunho como motor da ligação entre indivíduo e História, entre histórias de vida e a história nacional. O testemunho, a partir da História Oral, revela a linguagem e a lei como constructos que carregam a marca de uma passagem constante, entre o real e o simbólico:

Apreender a subjetividade não significa identificar formas através das quais ela se reconhece e é reconhecida. Implica apreender o processo de emergência das figuras que ela desenha. Constitui a própria trama uma vez que não possui um antes já dado. Trata-se da composição dos diversos universos que habitam cada existência em seu estar no mundo. Universos estes sempre sujeitos a novos arranjos, a novas errâncias, dependendo da força dos condicionamentos sociais. O próprio corpo não se comporta como um invólucro amorfo e apático onde se passa a existência, endossando de forma viscosa mensagens elaboradas pela consciência. Na realidade, o corpo possui multifacetadas vozes, passíveis de serem ou não vazadas, dependendo da fluidez do espaço subjetivo que lhe serve de ethos.<sup>203</sup>

---

<sup>201</sup> SALVATICI, S. Op.Cit. p.33.

<sup>202</sup> SCOTT, Joan W. (2008) Gênero y história. Apud: TEDESCHI, L. A. *Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero*. OPSIS, v. 15, n. 2, Catalão, 2015, p. 333.

<sup>203</sup> FERREIRA, Amauri Carlos, GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. In: *HISTÓRIA ORAL*, 7, 2004, p. 41-59

É a partir das narrativas das mulheres que fizeram parte do pioneiro movimento feminista mineiro nas décadas de 1970/1980 em Belo Horizonte, que nos debruçaremos para entender suas construções identitárias, ações e representações do tempo vivido. Em suma, por intermédio da História Oral pretende-se contribuir com o resgate de suas memórias e valorizar a identidade feminina na História.

É portanto inevitável que a discussão sobre história e memória esteja presente. Utilizaremos os conceitos de identidade, representação e geração para analisar as ações de mulheres que fizeram parte do movimento feminista em Belo Horizonte entre 1970 e 1980 em Belo Horizonte, que são nosso principal foco no próximo tópico.

### **3.2. Construções identitárias, representações e memórias geracionais**

Aos seres humanos, existe uma estrita relação com o tempo. Nos pautamos pelo tempo e o tornamos cada vez mais dinâmicos. A vida pautada pela temporalidade transforma o presente em pequenos sopros de realizações, quando o passado está à espreita ao passo que se dá para frente, ao mesmo instante em que o futuro está à beira do próximo passo, com a incerteza do que se terá. É que, de fato a noção de passado, presente e futuro se ressignificou. O que antes se mantinha em um horizonte comum, presente e passado em equivalência<sup>204</sup>, uma decorrência da lentidão do tempo, o espaço de experiência se nutria na perspectiva de uma única geração histórica, quando a mesma era determinada pelo futuro a partir de profecias religiosas e/ou apocalípticas que suprimiam o tempo, foi transformado pela filosofia da história ocidental com possibilidades futuras inimagináveis, na ideia moderna do progresso e aceleração. É, portanto, com essa nova concepção de tempo, que o futuro deixa seu rastro nos fatos cotidianos e em um piscar de olhos se escoa e se transforma em fatos do passado.

Se constrói então a ideia de que aquilo que se passou não necessariamente está perdido, pois temos a faculdade memorial. Em termos gerais a memória é a função cognitiva que permite adquirir, armazenar e evocar experiências que se viu, viveu ou ouviu. É então a partir da memória que temos a falsa sensação de acessar o passado em sua plenitude, que se dá a partir da incapacidade da memória em recuperar o passado em toda sua integridade, quando a mesma é ligada ao esquecimento.

---

<sup>204</sup>KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

Como em uma decupagem audiovisual, a memória seleciona, corta e liga recordações. Sendo assim, a memória é quente e afetiva ao indivíduo; se faz uma edição, se seleciona aquilo que deve ou não ser lembrado, construindo uma narrativa memorial a partir de algo que se experienciou alguma vez no passado, assim como memórias herdadas de outras gerações. Desse modo a memória possui também a função de preenchimento de lacunas, encaixando o indivíduo em um passado não vivido.

Mas, se a memória é passível de criação, não seria ela apenas imaginação? Afinal, a ação de evocar uma recordação no seio da memória é imaginar uma imagem do que quer se lembrar, ou seja, a presença de uma imagem que se faz no presente, do ausente que se localiza no tempo passado.

A presença do ausente, foi como Platão definiu o ato de recordar.<sup>205</sup> Paul Ricoeur (que utiliza da hermenêutica para construir uma análise da representação do passado sob a memória) afirma que Aristóteles contribuiu à concepção de Platão sobre a ideia de uma impressão original, ou seja, de experiência passada que volta como uma reimpressão no presente, e “ao fazer referência ao tempo construiu a nota distintiva da lembrança no campo da imaginação”.<sup>206</sup> É que com a percepção do tempo, do antes e do depois, da distinção entre eles, e de uma distância temporal que, “o ato de se lembrar produz-se quando transcorreu um tempo. E é esse intervalo de tempo, entre a impressão original e seu retorno, que a recordação percorre”.<sup>207</sup> E ainda: “com a lembrança, o ausente traz a marca temporal do anterior”.<sup>208</sup>

A memória se apoia na verossimilhança do que já foi algum dia, empiricamente experiencial ou até mesmo como produto social, uma transferência de experiência, que se ouviu ou foi passado ao indivíduo. É que de fato não existe uma verdade absoluta, e assim, História e memória se encontram imbricadas no processo de apreensão e busca, onde o passado é lembrado ou investigado a partir de acontecimentos do presente. A consciência de tempo é um recorte importante para a memória e a história, mas é de fundamental importância ressaltar que são campos distintos. No processo historiográfico, ou seja, na escrita da história que se torna científica a partir de uma metodologia e teoria que constrói uma narrativa, se utiliza da memória como fonte e/ou objeto de pesquisa histórica.

---

<sup>205</sup> RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2007

<sup>206</sup> Idem, p.38.

<sup>207</sup> Idem, p.39.

<sup>208</sup> Idem, p.39.

É pois, em meados dos anos 1980 que surgiu um impulso ainda maior em relação aos estudos de memória e direitos humanos com o fim das ditaduras e os processos de redemocratização na América Latina. O ativismo crescente a favor do direito à justiça e verdade se tornou um tema de grande importância em países com transições políticas para a democracia. No Brasil e na América Latina, a memória testemunhal proporciona um espaço em que múltiplas vozes ultrapassam o âmbito da história tradicional e possibilita a oportunidade de indivíduos antes marginalizados contarem suas vivências dos seus respectivos pontos de vista, não apenas como vítimas e sobreviventes, mas também como sujeitos históricos: “lembrar foi uma atividade de restauração dos laços sociais e comunitários perdidos no exílio ou destruídos pela violência de Estado”<sup>209</sup>

O estudo sobre o conceito de identidade também ganha força nesse período, atrelado às novas teorias sobre movimentos sociais, sobretudo pela noção de que a memória está vinculada à construção de identidades: “o conceito de identidade tem sido apontado como instrumento analítico fértil para a compreensão dos processos subjetivos relacionados à ação coletiva.”<sup>210</sup>

“Lembrar-se de alguma coisa é, de imediato lembrar-se de si?” É como Ricoeur começa o primeiro capítulo de *A memória, a História e o Esquecimento*.<sup>211</sup> A memória por si é um ato egóico, quando se recorda de fatos experienciados, da trajetória do ser que vive. Mas só se pode recordar de si a partir da recordação do outro. É que não há sujeito fora do campo histórico, nem tampouco se pode separar o indivíduo da sociedade. “O sujeito, mesmo antes de ser um *eu*, já está a um certo nível, imerso na placenta de uma memória que o socializa e à luz da qual ele irá definir, quer a sua estratégia de vida, quer os seus sentimentos de pertença e de adesão ao coletivo.”<sup>212</sup>

De acordo com Joel Candau<sup>213</sup>, memória e identidade estão intrinsecamente ligadas. A memória é sempre social, quando recordar é, em si mesmo um ato de alteridade, ou seja, a ideia de que o eu-individual só existe a partir do outro. É social porque nossas memórias individuais nunca estão sós, estão sempre ligadas às experiências e vivências com outros indivíduos, que inclui lembranças familiares, pessoais, grupais, regionais ou nacionais. É por isso que se pode falar em memória

<sup>209</sup> SARLO, Beatriz. Op. Cit, p.45

<sup>210</sup> NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, 2016, p. 138.

<sup>211</sup> RICOUER, Paul. Op.cit.

<sup>212</sup> CATROGA, Fernando. Op.cit, p. 21.

<sup>213</sup> CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011, p.9.

coletiva: “lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós”.<sup>214</sup> É a partir do ato de rememorar que se constrói um significado para as ações vividas no passado e que são visualizadas no presente. Assim, toda memória é construída, reconstruída e ativada a partir dos embates do presente, e se transporta a partir da linguagem para o âmbito de representação social do passado. O indivíduo quando faz uma representação de si, constrói uma identidade, sendo essa, a construção de si a partir da diferença para com o outro:

A formação do *eu* será, assim, inseparável da maneira como cada um se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projecto. Qual mónade, ele é um microcosmos constituído pela síntese que resulta do trabalho que a mediação subjectiva opera sobre as várias influências exteriores. Na linguagem de Halbwachs, significa isto que a personalidade se forma sempre dentro de “quadros sociais de memória”.<sup>215</sup>

Tomaz Tadeu da Silva aborda o conceito de identidade, como “aquilo que se é”<sup>216</sup>, com estreita dependência com a diferença, a qual se tem “a tendência a tomar aquilo que somos como sendo a norma pela qual descrevemos ou avaliamos aquilo que não somos”.<sup>217</sup> A noção do eu, e do que eu sou, transforma a identidade em um conceito que nega o outro e constrói um processo de incluir e excluir. O “Eu e o Ele”, o “Nós e o Eles”, provocando assim relações de poder, demarcando fronteiras, determinando classificações e normalizações:

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre “nós” e “eles”. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. “Nós” e “eles” não são, neste caso, simples distinções gramaticais. Os pronomes “nós” e “eles” não são, aqui, simples categorias gramaticais, mas evidentes indicadores de posições-de-sujeito fortemente marcadas por relações de poder.<sup>218</sup>

Pensar a identidade para além de uma visão essencialista e unificada dos indivíduos é transpor o conceito à uma construção social, histórica e discursiva; assim, a

<sup>214</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013, p.30

<sup>215</sup> CATROGA, Fernando. Op. cit, p. 21.

<sup>216</sup> SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 76.

<sup>217</sup> Idem.

<sup>218</sup> Ibidem, 82.

identidade nunca é, sempre está, num processo de construção, desconstrução e reconstrução. A fragmentação do ser, a inconsistência das identidades pós-modernas “transformadas continuamente em relação às formas como os sujeitos são representados/interpelados nos sistemas culturais”<sup>219</sup>. Assim, podemos dizer que existem múltiplas identidades, que nem sempre são pacíficas, mas que constituem a construção identitária do mesmo sujeito, não obstante essas facetas identitárias aparecem e podem ser distintas a partir do momento de sua socialização.

A partir desse debate teórico, analisaremos as memórias das mulheres que participaram ativamente do movimento feminista em Belo Horizonte nas décadas de 1970/1980. Interessa-nos de fato, demonstrar a partir das entrevistas destas mulheres, como suas memórias interferiram nas suas representações acerca de suas trajetórias políticas e como isso influenciou suas construções identitárias. Assim, a oralidade corresponde, ao mesmo tempo, a um “relato e um resíduo das ações”.<sup>220</sup>

Em um primeiro momento cabe aqui citar o testemunho de Elizabeth Fleury, que participou do movimento feminista dentre as décadas de 1970 e 1980 em Belo Horizonte, para que possamos introduzir as análises sobre as construções de identidade dessas mulheres a partir de suas memórias:

Mas o período que eu vivi aqui, eu notava assim que a gente conquistou um nível de independência... Eu logo que eu assinei minha carteira fui pra um jornal mais importante, comecei a ter uma carreira, já ainda no final da universidade eu já sai de casa e fui morar sozinha. Mas isso não era absolutamente comum na minha geração, às mães estavam ali partejando as filhas com suas paqueras pra ver se tornava-se donas de casa, mães de família, e tal, se casavam. E a gente acabou criando um preconceito ao contrário, nós morríamos de rir de gente que vivia cuidando de namoricos e tal, e de virar dona de casa, mãe de família, pra nós isso era um problema. [...] Isso pra nós virou um preconceito ao contrário. Nós também éramos preconceituosas. Mas era a forma da gente se defender e criar outra cultura. A gente vivia num universo a parte, é isso que eu quero dizer. Nós não participávamos dessa vida. [...] <sup>221</sup>

Assim, podemos perceber que a construção de identidade está estritamente ligada à diferença e às representações se afirmam no fato da legitimação de uma “nova cultura”. É possível perceber no depoimento a afirmação de uma identidade que se

<sup>219</sup>HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 12.

<sup>220</sup> HÜTTENBERGER, Peter *apud* ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Trabalho apresentado durante o II Seminário de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996, p.3.

<sup>221</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016



diferencia do padrão construído e reproduzido socialmente sobre os corpos femininos. A testemunha então questiona esses padrões definidos sobre o que é ser mulher e rejeita aquilo que sempre esteve “essencialmente” ligado ao feminino: o casamento, o padrão de beleza, a maternidade e tantas outras normas. A representação que se faz é portanto criação de uma nova maneira de se perceber no mundo enquanto sujeito, se distanciando e excluindo mulheres inseridas dentro dos padrões considerados “arcaicos”.

De acordo com Portelli “as representações se utilizam dos fatos e alegam que são fatos; os fatos são reconhecidos e organizados de acordo com as representações; tanto fatos quanto representações convergem na subjetividade dos seres humanos e são envoltos em sua linguagem”.<sup>222</sup> O acesso ao passado depende claramente de vestígios daqueles que dele participaram. Neste caso, o que nos interessa não é o fato de forma isolada, e sim uma construção histórica a partir das representações que tais mulheres carregam do período em questão.

É a partir dos conceitos de memória, identidade e representação, que surge também uma outra questão que perpassa nossa dissertação. Analisando os testemunhos das mulheres é possível perceber memórias geracionais que contribuíram para a construção de suas identidades, principalmente no que diz respeito ao período de transição de abertura política no Brasil entre 1975 e 1980.

O conceito de geração está imbricado no processo de rememoração. Como diz Nora, “a geração é produto da lembrança”<sup>223</sup>. É portanto indissociável da memória, pensando ainda que ambos são historicamente construídos. A formação da ideia de uma memória geracional se constrói no momento em que indivíduos entram em cena, individualmente ou em coletivo e marca participações, práticas e linguagens em determinado momento. É a partir das narrativas sobre o passado em que se explora a posse do tempo, a partir das lembranças é que se faz surgir a ideia de geração, cuja construção se dá na estimulação de um pertencimento e na celebração de um evento histórico singular:

E esses efeitos da idade são às vezes suficientemente poderosos para desembocar em verdadeiros fenômenos de geração, compreendida no sentido de estrato demográfico unido por um acontecimento fundador que por isso mesmo adquiriu uma existência autônoma. Por certo, as repercussões do

---

<sup>222</sup>PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996, p.111.

<sup>223</sup>NORA, Pierre. “La Génération”. In.: NORA, Pierre (org.). *Leslieux de mémoire*, vol. 2, Paris: Gallimard, 1997, p. 2.999

acontecimento fundador não são eternas e referem-se, por definição, à gestação dessa geração e a seus primeiros anos de existência. Mas uma geração dada extrai dessa gestação uma bagagem genética e desses primeiros anos uma memória coletiva, portanto ao mesmo tempo o inato e o adquirido, que a marcam por toda a vida.<sup>224</sup>

É pois a partir de um “evento fundador” que Sirinelli afirma que acontece o afloramento mais ou menos repentino de estruturas geracionais, quando um evento marcante atribui valores de referência comum e ligação lógica de fatos a uma geração. A exemplo dos anos de 1945 e 1968, sendo o primeiro fundador de uma geração que em suas diversas formas ideológicas e seus mais heterogêneos grupos sociais marcou um período de pós guerra (babyboomers) e o último como marco fundador da explosão de novos valores e desconstrução de paradigmas enraizados socialmente:

Certamente a geração, no sentido “biológico”, é aparentemente um fato natural, mas também um fato cultural, por um lado modelado pelo acontecimento e por outro derivado, às vezes, da auto-representação e da autoproclamação: o sentimento de pertencer – ou ter pertencido uma faixa etária com forte identidade diferencial. Além disso, e a constatação vai no mesmo sentido, a geração é também uma reconstrução do historiador que classifica e rotula.<sup>225</sup>

Fato é, não necessariamente as experiências comungam, ou mesmo os indivíduos partilham dos mesmos valores locais e regionais, como também faixa etária comum, mas é na apreensão do tempo passado em que se formula um vínculo, no sentimento de estar na mesma condição da geração em questão, ocorrendo uma neutralização das diferenças formais:

Há vários grupos componentes da sociedade, portanto, há tantas memórias quanto grupos existentes e cada momento é um âmbito temporal que tem várias dimensões, que, por sua vez, são extraídas de forma comum ou distintas pelos diversos extratos geracionais que vivenciam o mesmo tempo.<sup>226</sup>

Dessa forma, destacamos pontos importantes no processo de análise das construções identitárias e representações das mulheres entrevistadas e que se ancoram nas memórias de geração, que serão devidamente abordados nos subtópicos a seguir.

<sup>224</sup>SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 255

<sup>225</sup>SIRINELLI, Jean-François. “A Geração”, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p.133.

<sup>226</sup>MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. História, Memória e Geração: Remissão inicial a uma discussão político-educacional. Revista *HISTEDBR On-line*, nº 55, Campinas, mar 2014, p.97.

### 3.2.1. O novo que se imbrica ao velho: memórias herdadas de uma geração rebelde

O primeiro aspecto que ressaltamos a partir da análise das construções identitárias e representações das mulheres entrevistadas consiste em perceber que a narrativa presente nos testemunhos das mulheres feministas que atuaram em Belo Horizonte é calcada na explosão de movimentos contraculturais, que atingiram seu auge emblemático no ano de 1968, formulando uma representação social do passado na identificação com os movimentos da década de 1960. As memórias geracionais da década anterior se mantêm como um ponto em comum, ou seja, essas mulheres entrevistadas que atuaram na década de 1970/1980, carregam e externam uma carga simbólica dos anos “rebeldes”, anteriores às suas ações, e em suas lembranças transformam-no em uma própria constituição de identidade e das experiências vividas.

É uma memória forte em relação ao contexto dos anos 1960. É a construção de novas formas de vivência, relações e de política que após 1968 se espalhou pelo mundo, trazendo a contracultura como processo ativo de “rebeldia”. Em contato direto com suas irmãs mais velhas, que já cursavam o ensino superior na Universidade Federal de Minas Gerais, Elizabeth Fleury nos diz:

Então, tudo o que estava rolando no departamento de ciências políticas eu ficava sabendo. As brigas, as interdições, as (disputas) políticas, e “issos” e “aquilos”, e os amigos entregando documentos para elas que estavam fugindo, (porque estavam aquele cara com um cartaz pregado em tudo quanto é poste “procura-se não sei quem”, “procura-se não sei quem”), tudo procurado pela polícia. Então, assim, era um astral, posso dizer, “heavy metal”. Ao mesmo tempo, uma... como é que eu digo?! Uma mudança de costumes muito grande na juventude, entrando naquela cultura meio contra a guerra do Vietnã, meio hippie, meio “Woodstock”. (Na FAFICH), era tudo meio “Woodstock”, aquela mistura de militância política com revolução sexual, então, era muita coisa ao mesmo tempo. A gente pensava assim, a minha irmã mais velha, por exemplo, por causa do panorama político perigoso, ela não queria que eu fosse para lá. Ela achava loucura, porque ela pensava que elas podiam sofrer alguma pressão política e que elas eram vigiadas pelo DOPS e eu também ia ser, enfim... era uma polícia política que existia (para colocar ordem social).<sup>227</sup>

É visível também no discurso de Mirian Chyustus referências a respeito de memórias herdadas, que de certa forma foram incorporadas à sua narrativa. Uma época também marcada pela construção de narrativas que permeiam estruturas de novas noções de relacionamentos, com experiências relativas ao conceito de amor livre e

<sup>227</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020.

relações não monogâmicas, como também a experiência com a liberdade sexual: “E a gente vivia a revolução sexual, nós praticávamos isso. [...] era um confronto.” Mirian ainda nos diz:

A gente era muito severa em relação às nossas roupas, a gente não se permitia usar um batom, usar um brinco, usar um colar. Era assim, calça jeans, camiseta, tênis e vamos pra luta. Agora, essa era a estética feminista, mas a gente não pode se esquecer também, que a gente estava em plena época da era de Aquarius, que era também uma coisa de despojamento, de não ser consumista, e em confronto com uma estética que exigia que a mulher fosse bela vinte e quatro horas por dia.<sup>228</sup>

Em 1969 se cantava “quando a lua entrar na sétima casa, e júpiter se alinhar com marte, então a paz guiará os planetas”<sup>229</sup>. A época de Aquarius citada por Mirian surge na explosão dos movimentos contraculturais do final da década de 1960, na ideia central de um alinhamento cósmico, que proporcionaria uma transformação das consciências, sendo o pensamento muito difundido pelas comunidades hippies. É pois uma memória construída, de um determinado momento e que propagada por outros grupos chega até a entrevistada e forma um plano de fundo, no qual a mesma constrói sobre ele justificativas de suas experiências. Portanto, é correto afirmar que as memórias coletivas formadas por e nos eventos fundadores, são formuladas e apropriadas pelos indivíduos de uma mesma geração, tanto quanto aqueles que são caracterizados em outra geração temporal:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada.<sup>230</sup>

<sup>228</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>229</sup>O trecho foi retirado da música Aquarius, primeiro single do quarto álbum “*The Age of Aquarius*”, da banda *The 5th Dimension*, lançado em maio de 1969.

<sup>230</sup>POLLACK, Michael. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.203.

Assim, as gerações em contato umas com as outras podem conviver e se chocar, assim como interagir e renovar a partir de experiências vividas, a exemplo do testemunho de Mirian Chyustus, quando em uma absorção parcial da ideologia hippie arquitetou uma nova forma de atuação e identificação, *o novo que se imbrica ao velho*:

Então, você tinha, realmente, toda uma estética com a influência indiana, mas também de uma... de um despojamento. Então, você tinha a calça jeans que (se usava) a semana inteira, que lavava, usava de novo, a camiseta, a sandália, é... o cabelo de trancinha, sem maquiagem... lógico, que todos eram jovens também... então, existia, eu acho, essa vontade de despojamento e de ficar alheio ao consumo, isso era uma coisa da época. Fora isso, havia uma refutação, também, da estética da feminilidade que imperava até então.[...]Quer dizer, então, a gente quando estava mudando o comportamento e a vestimenta, (era contra tudo isso que a gente tava se surgindo/sugerindo), essa obrigatoriedade da beleza, essa obrigatoriedade de estar sempre linda, perfeita e maravilhosa, pintada, cabelo arrumado, principalmente disponível sexualmente. Então, você vem e refuta tudo isso. Então, você parte para o despojamento. Não é uma atitude boboca, ingênua, não. É uma... uma atitude que tem que ser compreendida à luz da época, contexto da época. Então, durante muitos anos, eu me vestia assim. Era uma calça jeans, era um tênis! Uma camiseta... e, no meu caso, sem sutiã, que é uma coisa engraçada, assim... eu, mais tarde, eu transando eventualmente com (uma/a) pessoa, [...] falou comigo que ele era do interior e ele quase caiu para trás quando ele estava, digamos, quando ele estava subindo a rampa ali da FAFICH, eu descendo e (é) a primeira mulher que ele viu sem sutiã, quer dizer, para ele é... aquilo foi uma coisa absolutamente... espantosa. Então, era isso que a gente estava fazendo, não é?! A gente estava afetando pessoas, também com a nossa atitude. [...] Quer dizer, nós éramos muito... ah, muito bonitas. Uma beleza selvagem, uma beleza, assim... De 20 e poucos anos! Então, quer dizer, você assim com o cabelo longo, com roupa indiana, sem pintura, sem nada... Agora, só que a gente pretendia que isso fosse receita para todas as mulheres! Que é quebrar com paradigmas, com modelos, estereótipo!<sup>231</sup>

O sentimento de pertencimento se forma a partir da identidade, quando se cria símbolos e significados projetados para se identificar com um determinado grupo social. Dessa forma, “se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros, há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo, e este elemento, obviamente, é o Outro”<sup>232</sup>. Assim, o movimento feminista criava naquele momento uma resistência aos padrões estabelecidos, que permitia às mulheres determinarem novas práticas que podiam ser tanto no âmbito político quanto no simbólico.

Entre tantos relatos sobre as experiências vividas no período analisado, também nos chama a atenção a perspectiva de relacionamentos afetivos que essas mulheres

<sup>231</sup>SILVA, Mirian Chyustus Mello. E ntervista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020.

<sup>232</sup>POLLACK, Michel. Op. cit, p. 206.

carregam. Apesar de o tema central das narrativas ser a questão da liberdade sexual, é possível perceber as frustrações que se formulam através das perspectivas de “amor livre”, conceito esse muito difundido por alguns segmentos contraculturais:

É... a questão do prazer, como eu te disse nessa época, em 1975, os homens não estavam interessados em como funcionava o corpo da mulher, como era o ritmo da mulher em uma relação sexual e (nós todas ali estávamos na base dos 20 poucos anos) no auge da sua sexualidade, querendo ter prazer, querendo ter orgasmo, com relações sexuais insatisfatórias, com homens que não queriam participar de afazeres domésticos, não queriam participar de socialização de criança, querendo, de um certa forma, uma relação de afeto, mas também de exploração. Então, relações muito... muito barra pesada. Ah, e outra coisa também, que a época tem (de coisa difícil), ainda, mais uma vez, voltando à questão do contexto, você tem que ver os pensadores da época. Então, (você está ali em plena efervescência), Foucault, por exemplo, e de outros pensadores que diziam “ninguém é de ninguém”, “ninguém é propriedade de ninguém”. Então, imagina o que que é isso (de) você estar com seu namorado, você vai em uma festa [...] quando você vai procurar seu namorado, ele está lá dentro do quarto trepando com outra, porque ninguém é de ninguém. Então, eram relações muito violentas, eu acho. É, saber, assim... de casal, amigo meu, não é?! Hoje não são mais casados, mas, assim, é... é isso, a pessoa vai dar uma festa em casa, dorme e quando acorda de madrugada, está lá o marido transando no outro quarto com outras pessoas, às vezes, com sua amiga... essa fase, entendeu?! Estou te falando cultura, da contra-cultura, (desses/esses) pensadores, dessa ideia de que ninguém é propriedade de ninguém... eu acho que foi até uma coisa muito dolorosa.<sup>233</sup>

É possível perceber a tentativa de se manterem dentro de um discurso de liberdade sexual, mas que se distancia de práticas já difundidas na época, desconstruindo e criando novas formas de relações, como por exemplo na fala de Elizabeth Almeida que é marcada pelas diferenças de gênero, nas identidades socialmente construídas em cima do feminino/masculino:

Porque a questão do comportamento sexual era muito importante! Porque (na época) não se admitia que mulher tivesse desejo sexual e quisesse transar, a não ser que fosse dentro do casamento. [...] Era uma questão que volta e meia... Eu vou te explicar, eu acho que era o da gente o mais sério, porque abriu uma demanda feminina de ter a liberdade de se comportar sexualmente como os homens; e eu divergi disso, porque [risos] eu achava, e continuo achando, que o comportamento masculino em relação a sexo é um horror; e que eu... que a gente devia demandar era a liberdade [ênfase] sexual, mas um comportamento sexual diferente do masculino. Eu acho que eu ainda sou divergente, porque é uma questão que sobrevive [...] eu lembro que a primeira pessoa que um dia entrou em uma discussão desse tipo e me defendeu foi um homem, que, por sinal, era o homem da época, muito [ênfase] bonito, Renato Carvalho... era jornalista [...] a gente estava lá no (Lucas) para variar... é... uma madrugada daquelas, aí, eu não sei como surgiu o assunto, quando eu vi, eu “tava” defendendo lá as minhas (posições). Essa coisa bate muito com o sexo (eventual) [...] não é que eu seja contra [...] o Bernardo falou assim: “quer saber? Quem está certa nisso tudo é a Beth...

---

<sup>233</sup>Idem.

[risos] é a Beth Almeida”, tinha que falar o Almeida pra saber qual é. É a Beth Almeida. –“Vou te contar, eu não aguento mais acordar, olhar pro lado, ter uma pessoa que eu nem [ênfase] sei direito que nome que é. O que que aquela figura faz ali do meu lado na minha cama” [risos]. (era do tipo pegador, era assim)... eu falei: meu Deus... olha! Quem diria que seria um homem, pegador, que fosse concordar comigo.<sup>234</sup>

A partir desses testemunhos, é possível avançar para o segundo ponto a ser destacado. Apesar de ancorarem suas memórias nos anos 1960, essas mulheres construíram suas identidades coletivas, de militância política, na segunda metade da década de 1970 e início dos anos 1980, em um período marcado pelo início do processo de abertura política no Brasil. Foi o momento em que essas mulheres, mesmo que imersas em memórias herdadas, passaram a tentar se distanciar de diversos paradigmas construídos sobre o ser mulher. Nesse sentido, defendemos nessa dissertação a hipótese de que o grupo de mulheres analisado neste trabalho compoem o que chamamos de *geração de transição*.

### **3.2.2. A geração de transição: invenção de um outro mundo e a criação de novas regras**

Quais eram as identidades que essas mulheres estavam constituindo naquele período de transição? Quando Elizabeth Fleury nos diz “a gente que inventou um outro mundo”<sup>235</sup>, é possível perceber que o processo de representação do passado está ancorado na ideia de um grupo que cria e inova, no sentido de pioneirismo na cidade de Belo Horizonte em relação às discussões feministas, pontuando a vivência dessas mulheres como compartilhamento de experiências, em uma visão que traz a concepção do novo: “nova cultura”, “outro mundo”, um novo momento de uma outra geração que se distancia pela identidade e na diferença das outras, na elaboração e criação de novas ideologias e ações.

Como dito anteriormente, é a partir de eventos fundadores que se formula estruturas geracionais, lembrando que: “um estrato demográfico só se torna uma geração quando adquire uma existência autônoma e uma identidade – ambas geralmente determinadas por um acontecimento inaugurador -, as vezes esse processo só se verifica

---

<sup>234</sup>ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

<sup>235</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

em um setor bem determinado”.<sup>236</sup> Para entendermos a construção de identidades dessas mulheres entrevistadas e podermos categorizar de forma mais eficaz a *geração de transição* pontuamos aqui alguns eventos fundadores que marcaram seus elementos constitutivos. O que nos interessa portanto, é analisar tais eventos, levando em consideração as relações de poder existentes entre a memória e a geração, que possibilitaram a construção identitária das mulheres entrevistadas. São eles: os processos de abertura política iniciados em 1974 e o ano Internacional da mulher promulgado pela ONU em 1975.

Como já mencionamos no primeiro capítulo, em agosto de 1974 o então presidente Geisel declarou o processo de abertura política, de forma lenta, gradual e segura. Nesse período é que ocorre o aparecimento de novos repertórios de ação coletiva e pública. Podemos considerar este momento como um evento fundador apoiado na concepção de que foi nesse ano que se construiu o ponto de partida para o posicionamento e comprometimento dos setores de esquerda e da oposição com a luta política para ampliação do espaço democrático, quando o processo de abertura declarado por Geisel, possibilitou essa atuação no Brasil. Assim como o posicionamento e a ocupação do espaço público pelos movimentos sociais de mulheres, negros, homossexuais, eclesiásticos, operários, dentre vários outros, que em vários tecidos e lugares da vida social começaram a se mobilizar em um amplo processo de luta contra o regime ditatorial, “pelas liberdades democráticas”:

A plataforma de luta pelas liberdades democráticas levantava bandeiras como contra a Lei de Segurança Nacional (LSN), as prisões arbitrárias, a tortura, a censura à imprensa; pela liberdade de organização, expressão e manifestação política, pelo restabelecimento do habeas corpus, pelo Estado de direito.<sup>237</sup>

Mesmo que ainda houvesse períodos de grande repressão é possível ver esses movimentos emergindo como questões políticas, integrando-se na agenda dos problemas nacionais, na luta por justiça social atrelada à democracia: “era um contexto em que se processava uma mudança cultural orientada para uma participação popular ativa e consciente em todos os espaços políticos. Um período em que a cultura popular

---

<sup>236</sup>SIRINELLI, Jean François. Op. Cit. p.133.

<sup>237</sup>ARAUJO, Maria Paula, SILVA, Izabel Pimentel da, SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013, p.21.



estava associada à “resistência popular”, à “consciência revolucionária”<sup>238</sup>.

Foi portanto uma mudança significativa no país desde a implementação do regime militar a partir do golpe em 1964. E tal mudança nos permite fazer uma diferenciação entre a chamada geração de 1968, anterior à *geração de transição* que estamos construindo conceitualmente. De acordo com diversos estudos recentes, no Brasil, pra além de toda a característica que se carrega nesse período como “anos rebeldes”, advindos da contracultura e construídos nas intensas movimentações de 1968, essa geração se estrutura na opção que os indivíduos adotam como meio de oposição, nesse momento, no recurso as armas: “Assim sendo, a defesa da luta armada pode ser considerado um dos principais elementos constitutivos do que se se convencionou chamar de geração 68, para a qual as propostas reformistas e a experiência do pré-64 deveriam ser enterradas.”<sup>239</sup> De acordo com Izabel Pimentel:

A geração 1968 se configura como uma geração muito mais jovem, cujos militantes se posicionavam contra as posturas defendidas pelo PCB. Criticavam o “reformismo” das organizações-matrizes e questionavam a eficiência destes grupos e seu imobilismo diante do golpe, graças à falta de decisão e capacidade de suas lideranças. Esta geração – em sua maioria oriunda do movimento estudantil – buscou firmar-se como alternativa aos partidos comunistas tradicionais e suas teorias que não davam mais conta das rápidas mudanças sociais que aconteceram. Para ela, novas formas de oposição eram necessárias, em especial a luta armada.<sup>240</sup>

Ainda que houvesse na geração 1968 uma grande participação do movimento estudantil, ela ainda se diferencia da *geração de transição*, pelo fato da última ser formada e baseada em uma identidade intelectual, que afirma e reafirma essa concepção de intelectualidade como meio de inserção nos quadros políticos e sociais, ou seja, a apreensão e apropriação dos saberes acadêmicos como agente de transformação social:

Atravessados por um amplo processo de educação popular em vigor em toda a América Latina, os movimentos sociais criticavam não apenas o regime autoritário, mas também toda forma de autoritarismo presente na relação dos partidos mais tradicionais deste campo com os movimentos. Um período em que os intelectuais orgânicos de parte da esquerda brasileira encontraram em Gramsci e Paulo Freire referências para uma “nova” relação entre o partido -

---

<sup>238</sup>PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. *A relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017*. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009, p.207.

<sup>239</sup>SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009, p.184

<sup>240</sup>Idem, p.185.

tido como intelectual orgânico coletivo - e as massas; entre educador e educando.<sup>241</sup>

O ano de 1974 se configura, portanto, como um dos eventos fundadores dessa geração de transição, quando, a partir dessa primeira fase de abertura política, contribui para uma nova concepção de luta política, assim como a possibilidade de criação de novos discursos vindos da reorganização de diversos grupos sociais naquele momento. Inseridas nessas mudanças e novos discursos, podemos citar o Ano Internacional da Mulher, promulgado pela ONU em 1975 como outro evento fundador dessa geração e assim entender o enorme impacto que o mesmo teve no Brasil.

Entre os meses de junho e julho de 1975 aconteceu no México a “Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres”, trazendo à tona a necessidade de se discutir o papel da mulher na sociedade e suas diversas formas de opressão a partir da estrutura patriarcal regente. A conferência teve como objetivos:

Analisar a forma pelas quais foram implementadas as recomendações da Comissão contra a discriminação da mulher; desenvolver um plano de ação para o fortalecimento das mulheres no mundo; sugerir novas formas para o estímulo da participação feminina no desenvolvimento, em especial nas áreas rurais; e reconhecer o papel essencial da mulher para a paz mundial. Ao servir como ferramenta para a mobilização internacional de mulheres, o evento fortalece o relacionamento entre ONU e a sociedade civil através da presença de organizações não estatais. Foi então, a partir de 1975, que “igualdade, desenvolvimento e paz tornaram-se a base dos trabalhos da organização no tocante às mulheres.”<sup>242</sup>

Foi um marco de extrema importância para dar credibilidade às lutas feministas e de mulheres que já vinham ocorrendo em todo o mundo. A repercussão foi enorme e no Brasil influenciou o evento para discussões sobre o tema na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, evento esse que Mirian Chystus participou e se influenciou para realizar em Belo Horizonte um evento semelhante: “Mulheres em Debate”. Assim é importante ressaltar: “levando em conta o fato de que reuniões entre grupos eram proibidas e perigosas, ter uma instituição como a ONU criando espaços para estes debates, era de fundamental importância para as feministas brasileiras”.<sup>243</sup>

Como explica Joana Maria Pedro, a declaração do Ano Internacional da mulher

<sup>241</sup>PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. Op.Cit., p. 206.

<sup>242</sup>DORNELLES, Danielle Santos. "A começar hoje, a começar por nós": O Ano Internacional da Mulher nas páginas da Folha de São Paulo (1975). Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017, p.22.

<sup>243</sup>Idem, p.26.

movimentou a sociedade, e trouxe uma dicotomia aos mais variados grupos da esquerda política da época:

[...] teria representado para diversos partidos e grupos políticos, ainda clandestinos, que tentavam se reorganizar em meio à repressão, uma possibilidade e, ao mesmo tempo, uma ameaça. Inicialmente a possibilidade aberta pelo ano Internacional da Mulher foi considerada como um espaço autorizado para fortalecer a luta contra a ditadura, e, portanto, entre os partidos clandestinos, uma possibilidade de reuniões e atuação sob a proteção da ONU, sem que se sentissem ameaçados pela repressão. Entretanto, o fato de 1975 ser o Ano Internacional das Mulheres, tendo resultado de uma luta feminista que recomeçava, foi, também, pensado como uma ameaça ao projeto político de muitos desses grupos, pois poderia significar a 'dispersão' daquilo que consideravam uma luta prioritária.<sup>244</sup>

O Ano Internacional da Mulher, considerado um símbolo para os movimentos feministas, transformou pensamentos e ideologias. Mesmo que naquele período muitas mulheres que participavam do amplo movimento de mulheres não se considerassem feministas, o questionamento quanto ao direito das mulheres foi inserido no bojo das discussões. Magda Neves que participou do movimento feminino pela anistia em Belo Horizonte destaca que:

Quando foi em 1975 foi declarado o Ano Internacional da Mulher [...] com isso a gente começou a se envolver com o debate com o direito das mulheres. Quer dizer, junto ao movimento feminino pela anistia que era a questão diretamente ligada à anistia política no Brasil, trazer os presos de volta, e as presas evidentemente.<sup>245</sup>

O impacto do Ano Internacional da Mulher foi enorme e muito significativo em todas as esferas sociais e simbólicas. Importante ressaltar que foi um aval para que as mulheres pudessem se afirmar enquanto feministas, construir para si uma identidade militante em um país que ainda vivia sob rédeas repressoras.

É só a partir desses dois eventos fundadores e de seus desdobramentos que podemos começar a discutir sobre a construção identitária dessas mulheres entrevistadas, e como veremos no decorrer desse subtópico, 1974 (abertura política) e 1975 (ano internacional da mulher) vão estar sempre imbricados.

Neste sentido, analisando a construção de identidade que é subjetiva, mas se compartilha quando os sujeitos se agrupam em determinados grupos sociais, podemos observar, as projeções de características criadas a partir do marco do Ano Internacional da Mulher, e que separavam o grupo feminista de outros, como nos diz Mirian Chsytyus:

<sup>244</sup>PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº52, vol.26, dez 2006, p. 251.

<sup>245</sup> NEVES, Magda A. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

Tanto que quando algumas feministas foram num, num seminário, num encontro de mulheres metalúrgicas, as metalúrgicas eram horrorizadas com as feministas, porque elas se cuidavam, elas se pintavam, elas se arrumavam... Chegaram as feministas lá, tudo lá de camiseta, sem sutiã, tênis. Acharam as feministas horríveis. Então, não havia realmente, nos anos 1970, durante a ditadura, esse encontro, entre os intelectuais e a classe operária.<sup>246</sup>

Os constructos estéticos e simbólicos do grupo que determinava suas aparências corroboravam para suas identidades, fazendo uma diferenciação, um distanciamento entre os respectivos grupos, mas deixando claro que tal distanciamento não era apenas estético, quando o discurso e os projetos políticos dessas intelectuais se desencontravam com o das classes operárias. Mas não só isso, a forte construção dessa identificação por meio de símbolos, esteve presente no próprio coração funcional do grupo de estudos. A ação de incluir e excluir, da criação de características específicas para a identidade do grupo, gerou embates que se tornaram visíveis na vivência conjunta dessas mulheres, à exemplo do relato de Elizabeth Fleury:

Eu me lembro que a gente tinha uma coisa muito comportamental, que a gente era muito rígida, então a gente quis se vestir como se não tivesse sensualidade nenhuma, como se não tivesse nenhuma ligação com as meninas burguesas que estavam se enfeitando pra ser vistas pelos rapazes pra arrumar um bom casamento. Então para ser o oposto disso, você tinha que ficar completamente neutra, so faltava ter um “x” na sua cara. [...] Então quando minha irmã... as roupas que minha irmã gostava de vestir, com roupa da “Mariazinha”, vinha com aquelas saias de seda amarradas coloridas, aquelas blusas sensuais com decote em “v”, eu passava batom, botava perfume, botava as roupas da minha irmã e ia pra reunião. Aí chegava lá era aquele escândalo. Era um escândalo, eu gostava de ir pra provocar meu grupo. [...] Eu nunca gostei de ordem unida, não vem me oprimir, me enfiar numa caixinha, que eu não quero ser. Negócio de ser obrigada a usar a mesma roupa, todo mundo com uniforme igual, parecendo colégio de freira, um horror. Mas era uma espécie de ordem unida, isso era verdade. Era uma maneira de não ser parte daquele grupo que tinha que se enfeitar pra ser vista pelos bonitos rapazes de família boa.<sup>247</sup>

Mirian Chystus também relata sobre um episódio que aconteceu em uma das reuniões do grupo de estudos, que diz respeito a essa composição de características do movimento naquele momento:

E um dia, Beth Fleury chega toda linda, maravilhosa... tinha ido num casamento com um vestido florido... e eu me recorde de uma falar assim: por que que você está vestida como palhaça? Quer dizer, olha o nível de

<sup>246</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>247</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

agressividade, o nível de cobrança... acho que nem a Beth se lembra, mas eu me lembro disso, assim, mas eu não, eu não defendi a Beth, assim, só registrei na memória aquilo.<sup>248</sup>

Para além da questão das características estéticas do grupo, se formula em suas narrativas características de comportamento:

Nós éramos muito transgressoras, esse grupo era um grupo de mulheres muito libertárias, muito transgressoras, então a gente... Não sei, talvez... hoje quando eu olho pra trás eu penso até que... eu chego a pensar nisso, que era uma coisa um pouco charmosa também, sabe assim... pensa bem, você ser uma espécie de guerrilheira [...] eu quero dizer que era uma coisa charmosa também. Você circulava num meio que era de esquerda, então mulheres que eram feministas, que eram donas do seu próprio corpo, que eram libertárias que eram... Isso dava um charme também né. A gente queria conquistar esse tipo de homem, queria conquistar homens de esquerda. Então, esse era um enfrentamento, mas era um enfrentamento que eu acho de uma certa ordem, erótica também, eu acho que era bem erótico, a questão de você se colocar assim, bater de frente, eu sou mulher, eu sou dona do meu corpo, eu sou jovem, eu sou bonita, eu dou pra quem eu quero, se eu quiser eu dou, se eu quiser eu não dou, né... Mas quem sabe uma atitude também mais liberada na cama, também, essas coisas todas.<sup>249</sup>

Neste sentido, a representação do vivido passado que é visualizado no presente pela testemunha traz à tona um sentido de identidade, uma criação de identificação com símbolos através do discurso, do sentido de se ver como uma movimentação militante e ao mesmo tempo erótica. Essa visão de erotismo não só contribui para a formação da identidade do sujeito que discursa, como também do movimento social em que se insere, quando a mesma afirma que, em relação ao movimento feminista, “a segunda onda já é dos anos 1960/1970 que é a questão da liberdade sexual e o direito ao próprio corpo”<sup>250</sup>. É importante aqui ressaltar que o discurso só ganha sentido quando situado em um contexto histórico, assim como a identidade. A produção discursiva pode ser vista “como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercícios da função enunciativa.”<sup>251</sup>

Analisar, portanto, tal trecho do depoimento nos leva a pensar novamente no contexto político da ditadura no qual essas mulheres estavam localizadas, em um momento de repressão de direitos e de liberdade. Ainda nos chama a atenção a utilização

<sup>248</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020.

<sup>249</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>250</sup>Idem.

<sup>251</sup>FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p.133.

do termo “guerrilheira” pela entrevistada, uma vez que o grupo de estudos do qual pertencia, estava longe de pegar em armas. A associação com a guerrilha pode ser vista como uma legitimação de suas ações, para possivelmente parecer mais militante, transgressora e subversiva, levando em consideração a dificuldade das feministas em ocuparem um espaço de determinado valor na luta contra a ditadura, sem serem vistas como um desvio de forças, e ainda, todo o imaginário que se construiu, inclusive entre as esquerdas, sobre as mulheres guerrilheiras.

Assim se constrói a identidade, nas representações de um indivíduo feminino guerrilheiro, que mesmo distante da guerrilha, enfrentava, batalhava e se impunha diante do outro sexo, como forma de representação social para se colocar e se reafirmar dentro da sociedade. Ainda é necessário pensar que as trajetórias dessas mulheres estavam sendo atravessadas pelos processos de abertura política no Brasil:

Eu estava pensando, é uma época, era uma época muito conflituosa, muito contraditória e muito rica também, porque a gente está numa ditadura [...]1975, acho que já é Geisel, se eu não me engano. Então, é passagem, já é (o) Geisel, abertura lenta e gradual, que a gente começa viver, mas uma ditadura ainda. [...] Havia esse medo no ar, então, de você se engajar numa oposição, porque você via, você tinha notícias de pessoas desaparecendo, pessoas do movimento estudantil, pessoas jovens. Então, você tinha essa ditadura como pano de fundo, contra a qual a minha geração se insurgiu, mas, às vezes, com medo também, mas aí, 1975, eu já estou com vinte e quatro anos! Você tinha uma imprensa amordaçada, mas você tinha uma Imprensa Alternativa muito rica também, que era é, no meu caso, era o Jornal de Fato, mas você tinha o Jornal Pinhão, mas como você logo tinha depois o Jornal Movimento. Você tinha um Movimento Estudantil extremamente interessante, porque, no nosso caso, aqui em Belo Horizonte, ele promovia atividades culturais no DCE muito interessantes. Então, por exemplo, foi ali que eu vi, pela primeira vez, o Fagner, o Alceu Valença, é, o Plínio Marcos dando depoimento, o Muniz Bandeira falando sobre Nacionalismo e, e depois, nós fizemos parte dessa sequência falando sobre Feminismo. Então, você tinha uma ditadura, o Movimento Estudantil muito interessante, a Imprensa, muitas vezes, até lutando contra essa censura, a Imprensa Alternativa a todo vapor.<sup>252</sup>

É importante novamente ressaltar que essa *geração de transição*, da qual fazem parte essas mulheres, foi marcada, entre outros aspectos, pela expansão do ensino superior, constituindo portanto a representação de uma identidade intelectual, que cria condições para a formação de uma geração que se insere em quadros políticos e sociais. É portanto uma geração que se ancora no ambiente acadêmico, que confirma um posicionamento de reconhecer-se, para então se posicionarem.

---

<sup>252</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020.

É pois, a partir de seus pronunciamentos, de suas experiências, ações e desconstruções que se cria a noção de pertencimento, e mesmo excluindo outros indivíduos pela/na diferença, que não vivenciaram das mesmas condições e tampouco as mesmas experiências, colocam-os no quadro de aquisição dos conhecimentos criados/discutidos/vividos, de uma mesma geração. Aqui é importante esclarecer que as relações de poder permeiam as memórias coletivas, se pensarmos quem são os detentores de poder que transformam as memórias em dominantes, transmitindo e conservando-as. Esses grupos dominantes constroem memórias oficiais e as memórias das classes operárias, por exemplo, ficam como memórias subterrâneas: “esquecimentos, lembranças encobridoras, atos falhos assumem na memória coletiva, proporções gigantescas, que apenas a história, e mais precisamente, a história das memórias é capaz de trazer à luz”.<sup>253</sup> Ao dizermos que a geração de transição é atravessada pelo intelecto e pela inserção universitária falamos de uma parcela da sociedade que transmitiu suas memórias, que conquistaram grande espaço no seio da sociedade (ressaltando ainda a disputa desse espaço com memórias oficiais construídas pelo Estado). É portanto viável e de grande importância perceber que mesmo dentro da mesma geração outras camadas sociais não tiveram a mesma experiência universitária.

Esse vínculo localizado no passado pelas mulheres entrevistadas torna possível a afirmação de uma percepção de geração, e não só, a referência comum das mesmas é possível pelo trabalho da memória que retira do passado elementos em que se ordena símbolos e categorias de significação. A construção dessas tantas identidades formuladas pelo discurso, “militante”, “intelectual”, “guerrilheira”, “bela”, “má”, e ainda a concepção de um movimento feminista calcado na liberdade sexual, na busca pelo prazer e no conhecimento sobre o próprio corpo, assim como os laços afetivos, sejam eles de amizade ou de relacionamentos amorosos, e por fim espaços de convivência que são “lugares de memória”<sup>254</sup> (cantina do Lucas, UFMG, prédio malleta), tudo isso une essas mulheres em uma mesma geração, que compartilha valores, bens simbólicos e projetos políticos e pessoais. As vivências históricas, a luta pela redemocratização e a militância feminista se sobrepõe às individualidades, unindo-as ao tempo comum vivido.

---

<sup>253</sup>RICOUER, Paul. Op.cit. p, 455.

<sup>254</sup>NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

Assim constituíram memórias coletivas entre si, no sentido de organização e estruturalização com compartilhamento de experiências, formulando representações de suas identidades. E como dito anteriormente, a noção do “eu” e do “nós” transforma a identidade em um conceito que nega o outro e constrói um processo de incluir e excluir, e para se afirmarem enquanto mulheres e feministas, diversas outras identidades foram deixadas para trás, discussão intricada e importante que abordaremos a seguir.

### **3.2.3. O tempo é inexorável, as bad girl’s envelheceram: confrontos identitários e embates com novas gerações e feminismos**

Nos tópicos anteriores, destacamos dois pontos importantes no processo de análise das construções identitárias e representações das mulheres entrevistadas, que se ancoram nas memórias de geração: a apropriação de memórias de uma geração passada e a construção de novas identidades que se distanciam em ações e modos de pensar, assumindo características próprias no que chamamos *geração de transição*.

Por fim, destacamos como terceiro ponto as novas representações que essas mulheres formulam sobre suas identidades quando em contato com novos feminismos e agentes históricos no ano de 2018, num contraste de várias gerações que ocupam o mesmo efervescente momento histórico do século XXI. Um processo contínuo que abarca memórias de espaços de experiências não vividos, ou vividos em compartilhamento com outros indivíduos, que como veremos adiante marca não só o recorte de 1975 e 1980, como também o segundo momento analisado em 2018.

É necessário demonstrar que a visão das depoentes também mudou, agora em uma outra época vivida, não sendo mais caracterizadas como eróticas, más ou rebeldes, e sim como mulheres de terceira idade, “velhinhas” e também por isso é perceptível a insegurança, e alguns momentos em que existe a retração dos passos na militância:

A gente queria incorporar esse frescor, essa coisa diferente, de ser capaz de abrir pra contemplar outras, outros grupos, outros segmentos. Nós do movimento “Quem Ama Não Mata” somos muito velhas Por mais que a gente queira trazer gente jovem... [...] Pessoas da minha faixa, enfim, um grupo bem avançado na idade, já tinha vivido tudo isso.<sup>255</sup>

Elizabeth Fleury relembraque nas reuniões para organização do segundo ato em 2018 houve uma grande discussão relativa à essa característica em que se constrói uma representação do ser, na qual vem a tona uma identidade formulada socialmente sobre a velhice, ou melhor, sobre a percepção de ações que engloba agora mulheres idosas:

---

<sup>255</sup>COSER, Silvana Maria Leo. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 02/09/2020



Elas ficavam pedindo desculpa porque elas são velhinhas. Eu falei olha, que história é essa, não temos que pedir desculpa para alguém por alguma coisa, que negócio é esse. Nós é que somos as percusoras, que abrimos caminho pra esse povo todo. Todo mundo que está aí com essa tal de liberdade de comportamento temaver com nossa luta.[...] Eu falei, o que está faltando é memória histórica aqui, como ninguém resagata memória, fica todo mundo pedindo desculpas para as garotas, porque está se portando publicamente... mulher no espaço público não pode ser velhinha. [...] É um controle social da mulher mais velha.<sup>256</sup>

Aqui novamente se carrega no discurso um sentido de geração: “abrimos caminho pra esse povo todo”. Mesmo com a construção de uma nova representação sobre si e sobre as outras, como mulheres idosas, é visível que, ainda se mantem viva na memória as ações e experiências passadas que dão sentido ao presente. Elas são as pioneiras, e portanto carregam simbolicamente nas mãos o peso e a dádiva de terem constituído um movimento feminista, que mesmo dentro de uma categoria liberal, transformou a sociedade, possibilitando novas conquistas e discussões nos dias atuais, o que significa também que as jovens militantes deveriam respeitar essa velha geração, ou admirá-las por esse pioneirismo, por seu passado de militância, criando uma ideia de hierarquia entre as gerações de mulheres.

É também perceptível uma certa frustração e desconforto, gerada na ausência de um reconhecimento das ações passadas, na cobrança com as demais companheiras sobre a falta do resgate da memória histórica, “como ninguém resgata memória, fica todo mundo pedindo desculpas”, para que possam demonstrar o papel social que tiveram e que ainda desejam representar. Toda essa questão pode ser traduzida como o receio do esquecimento.

E para escapar ao esquecimento liga-se a experiência com memória; A experiência que pode ser vista como uma metáfora espacial, relativa ao homem no espaço-tempo, que se vive, que se retém, que se apreendeu, a vivência que se editou, que passou, se rememora, se lembra. É na experiência/ação que o ser humano age contra efemeridade da vida, é, pois, a certeza de que *aquilo que se faz em vida ecoa na eternidade*:

Mergulhado na physis, o homem age contra o determinismo através: do trabalho, para garantir a sobrevivência da espécie; do obrar, em ordem a assegurar artefactos menos corruptíveis, como a escrita, e a conferir mais permanência à índole fútil e evanescente da finitude do tempo humano; e, por

---

<sup>256</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

fim, da acção, que, contra os ditames da natureza, cria “a condição para o recordar, quer dizer, para a História”.<sup>257</sup>

É justamente na recuperação dessas experiências passadas que se faz no presente que um determinado sentido volta à tona, na tentativa de consagração dos atos exercidos que reivindicam uma herança histórica na posição que essas mulheres mantinham no campo da luta militante feminista. A reedição do ato QUEM AMA NÃO MATA em 2018 traz consigo a celebração de uma ação e o resgate de uma memória, como também a transmissão da mesma para as novas gerações, para assim fazerem uma representação social de seu grupo. Pela lembrança se possibilita a permanência do legado daquilo que se realizou, constantemente reatualizado: “Era uma construção de outras regras, a gente que inventou um outro mundo, que depois ele passou até a existir, que talvez seja o mundo até de vocês. Não sei como é que vocês levam a vida.”<sup>258</sup>

O conceito “espaço de experiência” trabalhado por Reinhart Koselleck no livro *Futuro Passado*, é construído como uma metáfora espacial, que é relativo às experiências que se acumulam e se retêm na memória: “tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois”<sup>259</sup>. A experiência passada e a sua concepção no presente a partir da memória:

O espaço de experiência é um passado, cujos acontecimentos foram incorporados, que pode se fazer presente através da recordação. Mas ele não se resume a isso. O espaço de experiência também é elaboração/ reflexão em relação a esse passado recordado, constituindo-se não apenas num conjunto de eventos/situações passadas interpretadas, mas também em um conhecimento específico baseado em suas conseqüências. É reflexão sobre um horizonte de expectativas passado que foi superado, que foi rompido, e que, num determinado momento presente, é recordado, reapresentado. Sendo assim, é a memória, em primeiro lugar, que parece desempenhar papel essencial na configuração desse espaço. Não a memória tida enquanto conservação do passado, mas como construção.<sup>260</sup>

---

<sup>257</sup>CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 19.

<sup>258</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

<sup>259</sup>KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p.311.

<sup>260</sup> MARTINS, Marisângela. O domínio do presente sobre o passado: memória e espaço de experiência entre os militantes comunistas de Porto Alegre (1945-1947). *MÉTIS: história & cultura* – v. 6, n. 12, , jul./dez. 2007, p.117.

Assim, se reconstrói identidades, para voltarem a se sentirem ativas como militantes políticas. Na representação de uma identidade feminina militante, emergem novamente símbolos e identificação política e ideológica para dar abrigo ao destino desconhecido que ainda paira no “horizonte de expectativas” dessas mulheres: “quer dizer aquela linha por trás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado. A possibilidade de se descobrir o futuro, apesar de os prognósticos serem possíveis, se depara com um limite absoluto, pois ela não pode ser experimentada”.<sup>261</sup>

Usando o conceito de “horizonte de expectativa”, podemos afirmar que o que estava no horizonte dessas mulheres feministas nos anos 1970 e 1980 era a redemocratização e a conquista da revolução feminista. Mas em 2018, o que está em seus horizontes de expectativas? É possível dizer que trinta e oito anos depois, as motivações para a reconstituição do ato se ancoram - para além dessa representação social do grupo - na busca de se colocarem novamente em cena, não apenas como mulheres idosas, mas como militantes, pra dar sentido novamente às suas vivências. É a rejeição em dois tempos vividos de uma fórmula comum, mas que muda suas características através das experiências presentes: os estereótipos de gênero construídos socialmente. A rejeição das funções sociais atribuídas a mulheres jovens, assim como a rejeição das funções sociais atribuídas as mulheres idosas.

Com base nessas discussões sobre construções identitárias, voltamos a uma questão importante ressaltada no capítulo anterior: Porque mulheres jovens e negras não aderiram de forma mais abrangente à reedição do ato “QUEM AMA NÃO MATA em 2018 (ato feito em decorrência da violência doméstica e do caso específico de Tatiana Spitzner arremessada de um apartamento por seu respectivo companheiro)?

De acordo com Bauman existem dois “polos de hierarquia, à qual certos indivíduos conseguem constituir e desarticular suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária.”<sup>262</sup>.

Seguindo o pensamento do autor podemos conjecturar que o grupo dessas mulheres de classe média/média alta conseguiu, devido às condições sociais e as mudanças políticas do período e frente aos estigmas de gênero, assumir identidades que enfrentavam o poderio masculino enraizado socialmente. Frente à insegurança de uma

---

<sup>261</sup>KOSELLECK, Reinhart. Op. Cit, p.311.

<sup>262</sup>Ibdem, p. 44.

identidade feminina descrita e construída durante muito tempo como inferior, “promovidas por forças inimigas”<sup>263</sup>,construíram ou são construídas várias identidades que permitiam o acesso e o pertencimento ao espaço público, antes restritamente alcançável. Ainda de acordo com Bauman, “no outro polo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso a escolha da identidade,que não tem direito de manifestar as suas preferências e que no final se veem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros.”<sup>264</sup>

Nesse caso, é pertinente dizer que outras mulheres, a quem foram negadas essa escolha, na falta de oportunidade e acesso ao espaço público,que não conseguiram, não puderam ou não visualizaram naquele momento romper com o ciclo de opressão, podendo seratribuídaàs desigualdades sociais (quando discussões feministas não eram prioridade dentro desse cenário), raciais e de gênero passam a ser engolidas pelo discurso feminista liberal das décadas de 1970 e 1980.

Afinal, se não eram feministas eram outra coisa que as diferenciava, podendo ser as operárias, as mães, as esposas que automaticamente se tornavam donas de casa, as “mulherzinhas”, as pobres, sendo todas essas, identidades rejeitadas pelas mulheres inseridas no movimento feminista do período. Não podemos, no entanto, negar que tais identidades foram em algum momento, debatidas no discurso (jornalístico), uma vez que há no jornal alternativo “De Fato” matérias que traziam problematizações sobre as condições de domésticas, profissionais do sexo, mulheres pobres e demais categorizações. Mas não é visível em momento algum a incorporação e a aproximação das mesmas em uma ação efetiva de troca e diálogo com esses outros grupos de mulheres.

Aqui é interessante novamente ressaltar as incostâncias sob uma definição do ser mulher, na medida em que existe uma diversidade de mulheres com suas especificidades e características, de maneira que nem todas sofrem as mesmas discriminações, como afirmamos no começo do primeiro capítulo dessa dissertação. Se a grande maioria das mulheres pobres, negras, do campo, indígenas, dentre outras, não ocupavam o espaço acadêmico e muito menos estavam inseridas nesse seleto grupo de mulheres intelectuais militantes, passam então a serem caracterizadas em identidades formuladas nas memórias e representações sociais de outras:

---

<sup>263</sup>Ibdem, p. 45.

<sup>264</sup> Ibdem, p.44.

E a gente acabou criando um preconceito ao contrário, nós morríamos de rir de gente que vivia cuidando de namoricos e tal, e de virar dona de casa, mãe de família [...] Isso pra nós virou um preconceito ao contrário. Nós também éramos preconceituosas. [...] a gente achava “mó” piada ir pros casamentos, a gente achava uma piada o casamento delas. Nós achávamos tudo uma piada, entendeu. [...] Mas era a forma da gente se defender.<sup>265</sup>

No entanto, a narrativa dessas mulheres foi alterada a partir do contato com novos feminismos na primeira metade do século XXI. Não é difícil conceber a ideia de que outras identidades descartadas e invisibilizadas por tanto tempo (como mulheres operárias, negras e de vulnerabilidade social) se recusassem ou sentissem receio de estarem inseridas em um movimento reconhecido historicamente como classista/elitista. Mirian Chystus relata que:

Só uma coisa que eu me lembro, que até não é boa até para nós... É... Ao lado disso as contradições, não é?! A gente, a gente não pensava, realmente, nas mulheres negras. A gente... Essa questão não existia. E mesmo em relação às mulheres domésticas. Você vê, que, não é?! Que coincidentemente, quase, muitas vezes, eram negras, não é?! É a queixa do feminismo. E é, realmente, o feminismo negro em relação a nós. É realmente, essa questão não existia. Nos Estados Unidos essa questão já tinha Angela Daves... Isso já em 1980, não é?!... Mas no Brasil, você tem toda uma geração, que é essa minha da segunda onda, onde a gente vai trabalhar, a gente reivindica, a gente participa, mas porque a gente tinha na retaguarda, realmente, mulheres trabalhadoras que trabalhavam para nós. E que a gente não tinha realmente, às vezes, sensibilidade para conversar com essas mulheres, para discutir com elas... Não, a gente não estava no nosso horizonte mesmo. A gente era preocupada com a questão das domésticas, sim. Eu lembro, é... De até um artigo da Beth Cataldo, é, lá de fato... Questionando, fazendo a crítica de um livro. Eu esqueci o nome da autora. Mas onde essa, essa mulher ela dava uma espécie de uma receita de como fazer o trabalho da doméstica render mais. E... Que na verdade era "como explorar melhor e mais eficientemente uma mulher". A gente se unia contra isso. Claro, a gente não era racista. E também, a gente não era, evidentemente, contra homossexuais. De forma nenhuma. Mas não era um... A questão principalmente da mulher trabalhadora... Não estava no nosso horizonte. E também, mais uma vez contextualizando... Quando vem a revolução de 64, ela corta os laços entre a classe média e os movimentos sindicais e tudo mais.

É interessante observar que em seu relato Mirian consegue formular e trazer a concepção de uma queixa ao feminismo, a queixa de mulheres negras em relação a não inserção de suas pautas no feminismo liberal da década de 1970/1980. Ao mesmo tempo, justifica historicamente suas ações remetendo-se ao golpe de 1964 como a razão ao distanciamento entre mulheres brancas e pretas, novamente reafirmando sua identidade a partir da concepção de classe, ligando assim, pobreza à negritude. Vale

<sup>265</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

ressaltar que Miriam, historicamente ligada às esquerdas, refere-se ao golpe civil-militar como a “revolução de 1964”, termo usado pelas direitas.

No testemunho de Silvana Coser, que veio a se juntar ao grupo em 2018, é visível a marca identitária do movimento feminista das décadas de 1970 e 1980, que contribui muito para a explicação da mesma sobre as dificuldades de aderência de mulheres negras ao movimento, nos dias atuais:

Nós éramos em sua maioria de classe média. Muito heterossexual, muito classe média. Imagino eu, fico pensando... feminista pegava mal pra caramba, era motivo de desconfiança política, então os sindicatos não viam com bons olhos... Quem vai penetrar na periferia, voltando nos primórdios, lá dos anos anteriores, você tem uma somatoria de movimentos sociais, com uma participação muito forte de mulheres, mas ligadas de alguma maneira a partidos e a tendências políticas, então você tem o movimento da anistia, surge o MPM, que é o Movimento Popular da Mulher ligado ao PCdoB... Esse grupo, elas tinham, o foco eram as mulheres da periferia. E aí como é que você aproxima da mulher da periferia pra falar de prazer, sexo, não era a prioridade delas. Falava-se sim das dificuldades de todos os dias. Eu acho que era uma mistura de oportunidade com necessidade, quer dizer elas precisavam se aproximar desse grupo e pra aproximar desse grupos não podiam ficar levando as chamadas palavras de ordem da classe média. Classe média intelectualizada que só quer saber de prazer e orgasmos e tudo mais, e distanciava.<sup>266</sup>

O distanciamento relativo às mulheres jovens pode ser visto nas próprias mudanças dentro das teorias feministas, nas palavras de ordem levantadas por mulheres brancas de classe social mais elevada, nas agendas mais recentes do feminismo global. Pensando na ação dessas mulheres em 2018, é possível ver a pauta da violência doméstica/de gênero sendo retomada depois de quase quarenta anos, mas a ausência de uma discussão mais ampla que envolve todo o “campo feminista de gênero”. Apesar da tentativa de inclusão das novas vozes, novas pautas feministas não foram incorporadas nessa nova fase de atuação. É possível afirmar que não houve uma renovação de ideias, mas sim a permanência de um feminismo liberal permeado por questões identitárias, de memórias e representações de uma militância viva em suas próprias experiências e lembranças. O segundo ato realizado por essas mulheres, é portanto, carregado de simbologia no imaginário.

No entanto, ao analisar as ações dessas feministas pioneiras em Belo Horizonte, se torna importante ressaltar o processo de incorporação dos discursos por outros grupos de mulheres e/ou grupos sociais de militância, na interdiscursividade, que começa a acontecer ao longo das décadas, trazendo não apenas de uma maneira

---

<sup>266</sup>COSER, Silvana Maria Leo. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 02/09/2020

espontânea nas bases, mas o cruzamento de narrativas e de pautas que viriam a se desenvolver até o momento presente, ou seja, vários fragmentos de discursos nascidos em vários pontos do tecido social, vão se aproximando, se chocando ou se juntando para o surgimento de novas causas e pautas.

Portanto, reforçamos que as interações geracionais são frutos de uma memória coletiva, pois é a partir da transmissão dessas experiências e discussões sobre uma militância feminista que englobaram a *geração de transição*, que foi possível a outros grupos de mulheres a construção/ressignificação de discursos e atuações feministas no presente momento.

No entanto, Elizabeth Jelin destaca os limites da transmissão de memórias entre gerações distintas, pois não se pode evitar as ressignificações e as reinterpretações do passado que as novas conjunturas demandam<sup>267</sup>. Ainda de acordo com a autora:

Los acontecimientos públicos y los procesos históricos transcurren y se suceden, cruzando dinámicas institucionales, demográficas, políticas, económicas y todas las demás. Esse devenir está hecho a partir de proyectos y expectativas de grupos humanos, en condiciones y circunstancias que generalmente no controlan, y consecuencias que no siempre fueron previstas. Pero son hombres y mujeres que también crecen, envejecen y mueren. Esto implica una tercera temporalidad, la de la sucesión y renovación generacional de los agentes históricos. Las instituciones pueden tener continuidad en la larga duración, pero su lugar social, su sentido y su personal se van renovando permanentemente (aunque a veces se «eternice» alguna figura, mostrando que el envejecimiento no es obstáculo para la permanencia durante décadas —Franco, Stroessner o el papa Wojtyła —).<sup>268</sup>

A representação é um desdobramento ordenado de significações, uma relação regulada entre o que compreendemos e o que antecipamos<sup>269</sup>, ou seja, uma corrente de significados que nós, seres humanos, damos a símbolos que nós mesmos criamos, inventamos ou entramos em contato para se chegar a um saber. Portanto, os testemunhos das mulheres ouvidas permitem afirmar suas construções identitárias, como também analisar profundamente essas construções e entender todo um período que atribuiu características específicas à uma geração, e ainda à um movimento social, que na busca pelo distanciamento de uma identidade fixa construída em cima do feminino, acabaram determinando por outra via, novos esteriótipos. Em suma, cria-se uma identidade que, ao mesmo tempo em que generaliza o “ser mulher” (esquecendo as

<sup>267</sup>JELIN, Elizabeth. “Memorias en conflicto”. *Puentes*, nº1, agosto de 2000, p. 8

<sup>268</sup>JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI de España Editores S. A. Madrid, 2002, p. 120

<sup>269</sup>RANCIERE, Jacques. *O Destino das Imagens*. Organização Tadeu Capistrano. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p.124.

especificidades de classe, raciais e étnicas), exclui e estigmatiza outras mulheres, para se firmarem e se distanciarem dos modelos comportamentais socialmente atribuídos ao “segundo sexo”.

### **3.3. Embates de memória e representações: apreensão das ações do ser que discursa**

Através das discussões teóricas abordadas e formuladas no tópico anterior, podemos discutir sobre uma memória coletiva formulada pelo grupo de mulheres que analisamos nessa dissertação, na qual se insere o silêncio do indizível, o esquecimento e disputas de memória que não obstante formulam uma representação das experiências vividas em coletivo, criando uma identidade individual e de grupo por meio de seus símbolos.

Dito isso, nos cabe demonstrar que as entrevistas com mulheres que fizeram parte do movimento feminista belorizontino foram realizadas em dois tempos, que contam com um certo intervalo de ações dessas mulheres. A realização das primeiras entrevistas se deu nos anos de 2016 e 2017, quando elas ainda não articulavam novas ações de militância feminista e apenas mantinham na lembrança as experiências vividas nas décadas de 1970 e 1980. Partindo das discussões teórico-metodológicas da História Oral, sabemos que o testemunho é condicionado a partir das demandas do presente, e que nenhum tipo de discurso se mantém estático com o passar do tempo. Quando novamente entrevistadas no ano de 2020, e agora já transcorrido o momento da segunda ação militante (a reedição da passeata em 2018), questões antes silenciadas ou reprimidas, emergiram. De acordo com Pollack:

Existem nas lembranças de uns e de outros zonas de sombra, silêncios, "não-ditos". As fronteiras desses silêncios e "não-ditos" com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento. Essa tipologia de discursos, de silêncios, e também de alusões e metáforas, é moldada pela angústia de não encontrar uma escuta, de ser punido por aquilo que se diz, ou, ao menos, de se expor a mal-entendidos. No plano coletivo, esses processos não são tão diferentes dos mecanismos psíquicos ressaltados por Claude Olievenstein: "A linguagem é apenas a vigia da angústia... Mas a linguagem se condena a ser impotente porque organiza o distanciamento daquilo que não pode ser posto à distância. É aí que intervém, com todo o poder, o discurso interior, o compromisso do não-dito entre aquilo que o sujeito se confessa a si mesmo e aquilo que ele pode transmitir ao exterior."<sup>270</sup>

---

<sup>270</sup>POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.



No segundo momento de trabalho da realização das entrevistas surgiu de forma mais espontânea e explícita momentos de atrito entre as representantes do grupo de estudo feminista, objeto de nossa pesquisa. Podemos citar, por exemplo, o depoimento sobre o episódio de expulsão de alguns integrantes do jornal alternativo “De Fato”, antes mantido em silêncio pelas duas principais depoentes, as únicas que estiveram completamente inseridas nos dois momentos de atuação feminista em Belo Horizonte: Mirian Chystus e Elizabeth Fleury. Existiu nesse intervalo de quatro anos desde as primeiras entrevistas uma reaproximação entre elas, que gerou uma rememoração e várias representações do passado vivido em conjunto. Essa afirmação se dá a partir de seus testemunhos, depoimentos em que percebemos uma revisitação do passado por meio de conversas e encontros ocorridos entre essas duas mulheres. A partir do contato direto umas com as outras, fatos antigos e soterrados, mágoas e dispustas de poder se prendem ao presente, fazendo com que essas mulheres discurssem e finalmente tirem o véu do silêncio para ressignificar aquilo que se viveu, como também reelaborar novas ações.

É portanto adequado falar que essa memória silenciada, frente ao confronto à memória oficial, constituída por aqueles detentores do poder - seja do Estado, ou da esquerda política que não via legitimidade no feminismo - poderia de certa forma descredibilizar a luta dessas mulheres, a exemplo desse episódio que culminou na expulsão de alguns integrantes, quando esses fizeram uso de substâncias ilícitas dentro da redação do jornal “De Fato”. O silenciamento pode ser visto como uma forma de defesa dessas mulheres, quando poderia ocorrer a criação de um estigma social sob a utilização de drogas (lembrando que alguns grupos das esquerdas poderiam ser ao mesmo tempo radicalizados politicamente, mas conservadores em termos comportamentais), associando tal prática ao movimento feminista, além das consequências a partir do suicídio do companheiro de trabalho dessas depoentes, ocorrido logo após ter sido expulso sob acusação de uso de maconha na redação do alternativo. Esse episódio só foi comentado nas entrevistas de 2020:

Mirian por exemplo não quis se lembrar disso. Porque eu não vou ficar recordando, cobrando dela um posicionamento. Mas ela foi do grupo que ficou. [...] Eu falei disso com elas outro dia, no grupo em geral, no grupo do whatsapp, escrevi umas memórias sobre aquilo assim pesadas pra caramba.

[...] Como essas pessoas não querem contar isso... não querem contar porque os grupos foram se desmanchando.<sup>271</sup>

A partir desse olhar ao passado, como uma forma de reparação dos atos, que se reelaboram discursos e novas ações. As novas reuniões dessas mulheres realizadas durante três meses, de agosto a outubro de 2018, estiveram permeadas de discussões e embates enraizados desde as décadas de 1970/1980. Importante ressaltar que o novo grupo é formado por mulheres com a mesma faixa etária e que se conhecem desde o primeiro momento de atuação, mesmo que não mantivessem contato direto umas com as outras no passado. Se tornam visíveis nos depoimentos embates e discussões que afirmam e reafirmam seus lugares individuais, tanto no passado quanto no presente. São convivências marcadas por mágoas, amarguras e atuações que perpassam mais de três décadas:

A medida que esses venenos das relações mal resolvidas políticas do passado foram começando a sair, e as reuniões foram ficando muito violentas e ninguém estava entendendo porque, virou um troço assim sem controle... porque o passado voltou né minha filha, emergiu. Você sabe, você tá mexendo com memória, você sabe do que eu estou falando. As pessoas começam a agir como se estivessem naquela época, porque os problemas daquela época não foram discutidos abertamente. É o que te falei, nunca conversei com as pessoas sobre isso, e ninguém quer conversar. Tudo que ficou no passado... quer fingir que a esquerda, a luta política, era tudo uma maravilha, tudo um grande paraíso construído, e que todo mundo era socialista, e não era coisa nenhuma. [...] E isso reproduziu tudo nas reuniões de novo, virou aquele laboratório do manicômio [risos] eu falei vou fazer essas intervenções, não dá, isso aí é uma coisa maluca.<sup>272</sup>

Além de reentrevistar algumas dessas mulheres, as entrevistas realizadas em 2020, já no âmbito da pesquisa para essa dissertação de mestrado, nos trouxeram a possibilidade de colher novos testemunhos das outras participantes do grupo de estudos oficial. A partir desses novos discursos, percebemos os embates de memórias, pensando na subjetividade dos sujeitos. São várias visões e representações daquele espaço de tempo vivido em conjunto, que se cruzam e formam uma teia de memórias sobre suas atuações. São testemunhos que se chocam, que não assumem uma homogeneidade, divergindo até mesmo na formulação de datas e de suas vivências em conjunto:

---

<sup>271</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

<sup>272</sup>Idem.

Se destacamos essa característica fluante, mutável, da memória, tanto individual quanto coletiva, devemos lembrar também que na maioria das memórias existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. Em certo sentido, determinado número de elementos tornam-se realidade, passam a fazer parte da própria essência da pessoa, muito embora outros tantos acontecimentos e fatos possam se modificarem função dos interlocutores, ou em função do movimento da fala.<sup>273</sup>

Nesses depoimentos, surgem novos nomes, novas visões sobre o grupo e as dificuldades enfrentadas por cada uma delas. Lúcia Afonso, por exemplo, nos diz que sua participação era diferente das demais:

Era uma bando de adolescente discutindo ideias de libertação da mulher. Era um tanto de gente jovem descobrindo isso e trazendo suas decepções, as suas discussões, questões... desde as mais simples de como você vai comprar absorvente na farmácia, até sobre a questão da mulher no espaço de trabalho[...] Você está falando com uma pessoa, que, eu era do grupo, mas eu não era tão orgânica no grupo, quanto as pessoas que eram da área da comunicação. Eu por ter me tornado mãe muito cedo, começado a lecionar muito cedo, eu já estava direcionando pra outros rumos. Tinha acabado de entrar pro mestrado, estava dando aula na federal, tinha dois filhos pequenos, e minha vida foi caminhando de outro jeito. A minha relação com esse grupo, era uma boa relação mas era uma relação muito mais de coleguismo, do que um companheirismo mais orgânico. [...] Há uma importância desse grupo, desde o início até a fundação do centro de defesas da mulher, mas a partir dali você tem todo um desdobramento que era acadêmico, político, institucional, e várias pessoas envolvidas. [...] eu tava primeiro com um barrigão e depois com um bebezinho, então eu ouvia as reuniões deles, eu acompanhava mas eu não tinha uma participação efetiva no “De Fato.”<sup>274</sup>

A construção de identidade, como descrita no tópico anterior, traz uma importante característica ao grupo de estudos, sempre presente nos discursos da maioria das entrevistadas: eram mulheres fortes, com grande personalidade e por isso a convivência entre elas se tornava complicada. O “espírito de liderança” é construído como um traço em comum, que gerava choques e conflitos internos; por isso é correto afirmar que esses embates de memória trazem no individual e na subjetividade de cada uma a forma de se verem e se representarem a partir dos questionamentos feitos através das entrevistas. Momento em que não só olham para o grupo em que estavam inseridas,

<sup>273</sup>POLLACK, Michel. Op. cit, p. 202.

<sup>274</sup>AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 04/09/2020.

mas para si e refazem suas trajetórias: o que se disse, o que se fez, o que foi construído por cada uma delas.

Essas representações do passado também nos permitem entender as apreensões que essas mulheres constroem sobre um passado recente, ou seja, disputas de memória e atuações de vanguarda reivindicadas, como é o caso do slogan “QUEM AMA NÃO MATA” que surgiu em 1980. Nesse período, uma pichação foi feita em um dos muros colégio Pio XII, uma das escolas mais tradicionais da capital mineira. Foi a partir dessa frase anônima “Se se ama, não se mata” que houve uma apropriação e transmutação da frase, que viria a ser o símbolo do ato realizado em agosto de 1980. Mirian Chystus, que na época trabalhava como jornalista na Rede Globo, lembra que foi até o colégio para trabalhar em uma reportagem sobre a pichação, antes do ato acontecer em agosto:

É... tem essa frase anônima que eu acho, a minha versão é essa, ela se transmutou para que “Quem ama não mata”. Há uma... uma guerra discursiva em torno desse slogan. Eu já encontrei, pelo menos, quatro ou cinco pessoas que me afirmam de pé junto que elas é que criaram o slogan. Quatro ou cinco, entendeu?!... Eu me recordo perfeitamente disso... alguns dias antes, eu fui fazer essa reportagem. “Se se ama, não se mata”. Eu acho que tem muito mais lógica, de virar “Quem ama não mata” do que “Quem ama não mata” virar “Se se ama, não se mata.” E outra coisa, essa é uma palavras de ordem que... que palavra, assim, uma pichação. [...] Então, se, por exemplo, (fui) fazer essa reportagem e isso era mais uma coisa para divulgar o ato. (Então), falava um... uma coisa de retroalimentação, não é?! Agora, veja só que interessante, é... você tem uma das fotos do dia do ato... um pedaço de frase, assim, que você vê na fotografia “não mata”. Você vê só o pedaço da faixa. Agora, em momento nenhum no ato a gente usou esse slogan. Esse é um slogan que... se tornou conhecido depois... Provavelmente, muito graças a Globo que fez uma série... é... “Quem ama não mata”, parece que é a série da Globo mesmo, sabe?! [Então, assim, eu estou falando isso porque na história do feminismo, as paulistas, eu fico pasma. Porque, assim, tem historiadoras importantes no feminismo que coloca essa frase tendo surgida em 77 [...] Feministas foram na porta da delegacia, não sei o que (e tal), e essa frase estaria... foi... teria sido criada lá. Bom, eu sempre defendi essa outra versão... e a gente tem até a foto do “Se se ama, não se mata” no muro, não é?! Aí... eu teria que fazer uma pesquisa nos jornais da época para ver se essa frase teria aparecido na época da Ângela Diniz. Para minha sorte, uma pessoa que está recuperando esse período da história [...] Uma moça que é filha da Branca Moreira Alves, ela conduziu um podcast sobre esse período, mas Rio de Janeiro, não é?! A gente entra de forma coadjuvante. Mas daí, ela tinha feito essa pesquisa para os jornais da época e eu falei: “Escuta, você viu alguma imagem dessa época com essa frase?”, ela falou “Não”. Então não tem como, entendeu?! Assim... não existe isso. Esse é nosso slogan, essa é nossa identidade e... como eu estou te falando, eu era repórter. Fui lá, fiz a reportagem que, aliás, as freiras, não é?! Para entender a grandeza daquele... daquela... daquela pichação, meia hora depois apagaram, botaram tinta e apagaram. Mas, graças a Deus que foi... eu fui lá, nós fizemos a matéria, tem o (fotograma).<sup>275</sup>

<sup>275</sup>SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020.

No arquivo de memória da Rede Globo de Televisão encontramos referências às movimentações feministas em 1980, uma vez que foi realizado um seriado televisivo, dois anos depois com o título “QUEM AMA NÃO MATA”: “A minissérie cujo o título aludia a uma frase que surgiu em Belo Horizonte (MG) dois anos antes, em protesto por uma série de crimes passionais ocorridos na época, teve cenas gravadas em Paraty, no Rio de Janeiro”.<sup>276</sup> Destacamos aqui que a Rede Globo corrobora a versão do grupo de que o slogan surgiu em Belo Horizonte, no entanto, não nos interessa de fato nesse trabalho definir em qual momento ou por qual grupo social esse slogan foi gerido. O que importa na verdade é demonstrar como as memórias e narrativas construídas pelas mulheres entrevistadas reforçam a atuação das mulheres feministas mineiras, em contraponto a uma memória oficial, consolidada também na historiografia, que valoriza ou se dedica majoritariamente aos estudos das feministas cariocas ou paulistas.

Essa questão regional e esse ressentimento de ser preteridas pelas feministas do Rio de Janeiro ou de São Paulo podem ser entendidos como uma forma de reivindicação de um espaço em que se construía um cenário de luta feminista, em um momento que se desabrochava em todo país diversas movimentações em prol dos direitos das mulheres em meio à abertura política no país. Se as cariocas foram pioneiras na realização no primeiro evento realizado sobre a temática feminista e de gênero logo após a declaração da ONU como Ano Internacional da Mulher, criando o Centro da Mulher Brasileira (CBM), assim como as ações das mulheres paulistas logo no mesmo ano, as mineiras estariam constituindo uma chamada de ordem, em primeira mão, sobre as violências domésticas de gênero em 1980. Um espaço de reivindicação que dá sentido a toda ação realizada desde o primeiro encontro do grupo de estudos ainda em 1975, que reivindica a valorização da trajetória dessas mulheres mineiras. Essas disputas de memória, de espaços e de poder pós-1975 é retratada de forma mais ampla no trabalho de Joana Maria Pedro, intitulado “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”:

Há uma narrativa de 'origem' do ressurgimento do feminismo no Brasil, na década de 1970, que prevalece até os dias atuais. Essa narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Essa luta envolvia, para uns, as dicotomias entre "lutas gerais e lutas específicas", de um lado, e entre "verdadeiramente feministas e não-feministas", de outro. A forma como foram definidas essas

---

<sup>276</sup>Disponível em: <<https://memoriaglobo.globo.com/entretenimento/minisseries/quem-ama-nao-mata/>>  
Acesso em: 06/12/2020

datas reflete interpretações oriundas de diferentes lugares. Fala de poderes e conflitos.<sup>277</sup>

A partir desses testemunhos chegamos também a uma outra concepção sobre a atuação dessas mulheres, a partir da concepção utópica: “memória e utopia têm em comum a natureza crítica da relação que mantêm com a situação presente, tornando seus fundamentos fluidos devido ao estímulos constantes vindos do passado e futuro.”<sup>278</sup> Se pensamos nos dois momentos analisados a partir das construções identitárias, percebemos que não só as ideias revolucionárias das mulheres feministas nas décadas de 1970 e 1980, como também as novas movimentações feministas em 2018, são frutos de uma utopia que se mantém na tentativa de transformação de elementos arraigados socialmente, na quebra das amarras que ainda colocam a mulher em uma posição inferior na hierarquia de poder. Sendo assim a construção do sujeito está atrelada à essas reinvidicações, na medida em que “utopias estão historicamente situadas e conectadas, e isso também é válido para projetos utópicos relativos ao futuro.”<sup>279</sup>

O movimento feminista contribuiu imensamente para uma independência feminina, saindo do âmbito do indizível, quebrando paradigmas e tabus sobre temas antes sempre ligados ao espaço privado, assim como foi de extrema importância no processo de redemocratização política no Brasil. Assim, podemos concluir que o trabalho de resgate da memória dessas mulheres acaba por reafirmar suas militâncias e dar sentido a suas ações. Afinal, de acordo com Thompson, “a história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação”.<sup>280</sup>

---

<sup>277</sup>PEDRO, Joana Maria. Op. Cit. p. 281

<sup>278</sup>PASSERINI, Luisa. “Memória, utopia em um mundo global”. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *Depois da Utopia: A história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz/ Fapesp, 2013

<sup>279</sup>Idem, p.21

<sup>280</sup>THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992. p.44.

## Considerações finais

Este trabalho buscou compreender a construção de identidades e representações de mulheres que participaram do pioneiro movimento feminista mineiro. A partir de suas memórias, constituiu-se uma análise em que se coloca o movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 como importante ferramenta de mudança social. Foi a partir de suas ações que ocorreram mudanças significativas no âmbito dos direitos das mulheres, como é o caso da criação de centros de apoio e delegacias da mulher, além de trazer a público questões antes invisibilizadas e repletas de tabus.

O grupo de mulheres analisado encontra-se dentro de um âmbito de mudanças e transições políticas e sociais, em um momento de grande efervescência do ensino superior, momento esse que ainda carregava simbolicamente aspectos e memórias geracionais das movimentações contraculturais da década de 1960. Percebendo isso a partir da análise dos testemunhos dessas mulheres, a pesquisa buscou demonstrar e reafirmar que as memórias coletivas formadas por e nos eventos fundadores<sup>281</sup>, são formuladas e apropriadas pelos indivíduos de uma mesma geração, tanto quanto aqueles que são caracterizados em outra geração temporal. Essa característica de memórias herdadas das movimentações de 1968, nos proporcionou chegar em um questionamento importante que deu seguimento ao restante do nosso trabalho. Pensando que a luta das mulheres foram impactadas pelos processos de abertura política no Brasil, quais eram as identidades que essas mulheres estavam constituindo naquele período de transição? Para dar conta dessa pergunta, cunhamos o termo *geração de transição*, que nos permitiu analisar de forma mais eficaz essas construções identitárias e categorizar características específicas dessa geração temporal.

A partir de dois “eventos fundadores”, 1974 (início do complexo processo de abertura política) e 1975 (Ano Internacional da Mulher), podemos afirmar que o peso da lógica política nas construções das redes de poder insuflou o surgimento de diversas movimentações sociais levando a um processo de metamorfose e construção de múltiplas identidades individuais e coletivas em diversos níveis de realidade, na medida em que as mulheres analisadas se relacionavam, viviam e se viam em meio às múltiplas relações dos grupos sociais. Assim, a partir dos testemunhos dessas mulheres, acreditamos que uma das maiores características da geração de transição diz respeito a

---

<sup>281</sup> Ver mais em: SIRINELLI, JeanFrançois. “A Geração”, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

construção de uma identidade intelectual formulada no discurso, que se apoiava nos estudos acadêmicos e acreditava que a mudança social estava ligada a intelectualidade, diferente da chamada geração de 1968, que defendeu formas mais radicais de ação, como a luta armada.

Para além dessa identidade intelectual que abrange não só essas mulheres, mas todo um grupo que mantinha relações de convívio, em lugares de memória, como o ambiente universitário, bares noturnos na capital mineira, assim como a redação do jornal alternativo *De Fato*, buscamos demonstrar a construção de identidade e representações que fazem de si próprias e que nos permite caracterizar o movimento feminista no recorte temporal estudado. Assim, a partir dos testemunhos, entendemos que o movimento feminista se constitui naquele momento como um movimento que em sua maior pauta buscava uma emancipação feminina através da liberdade sexual e autoconhecimento do corpo e prazeres: “a segunda onda já é dos anos 1960/1970 que é a questão da liberdade sexual e o direito ao próprio corpo”<sup>282</sup>.

Dessa forma, expondo essa formação da identidade do sujeito que discursa, como também do movimento social em que se insere, é possível entender o distanciamento que instaurou entre o movimento feminista e demais movimentos/grupos inseridos em outras camadas sociais. O movimento feminista do período carregado por essas construções identitárias (físicas e simbólicas) incluía e excluía outras identidades femininas, e se constituiu enquanto uma categoria liberal, na qual não se discutia em sua plenitude os três imbricadores sociais: gênero, classe e raça. Nos testemunhos, é possível ver esses embates identitários: de um lado, a luta por um espaço de reconhecimento e de recusa dos papéis atribuídos ao feminino, mas por outro, o movimento manteve-se dentro de uma bolha intelectualizada, rejeitando qualquer tipo de identidade que se aproximava daquilo que queriam se distanciar. Se a grande maioria das mulheres pobres, negras, do campo, indígenas, dentre outras, não ocupavam o espaço acadêmico e muito menos estavam inseridas nesse seleto grupo de mulheres intelectuais militantes, passam então a serem caracterizadas em identidades formuladas nas memórias e representações sociais, como explícito, no interessante trecho de Elizabeth Fleury: “E a gente acabou criando um preconceito ao contrário”<sup>283</sup>.

---

<sup>282</sup>SILVA, Mirian Chrystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017.

<sup>283</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016



Portanto o discurso formulado pelo movimento feminista das décadas de 1970 e 1980 se distanciava das pautas de mulheres de outras camadas sociais, não conseguindo se inserir em ações sociais mais amplas, na falta de uma interpenetração entre conhecimento científico e ação política: “E aí como é que você aproxima da mulher da periferia pra falar de prazer, sexo, não era a prioridade delas.”<sup>284</sup>

A partir dessas afirmações, é que compreendemos as dificuldades de aderência de mulheres jovens e negras no segundo ato QUEM AMA NÃO MATA, realizado em 2018 em Belo Horizonte. Caracterizadas por tanto tempo como identidades que não faziam parte do foco de importância do movimento feminista da década de 1970/1980, não é difícil conceber a ideia de que outras identidades descartadas e invisibilizadas por tanto tempo (como mulheres operárias, negras e em situação de vulnerabilidade social) se recusassem ou sentissem receio de estarem inseridas em um movimento reconhecido historicamente como classista/elitista.

Ainda dentro dessas análises, investigamos as diferenças identitárias entre os dois momentos de atuação dessas mulheres. Pensando a identidade para além de uma visão essencialista e unificada dos indivíduos, quando nunca se é, mas sempre está, num processo de construção, desconstrução e reconstrução, conseguimos apontar novas representações sobre o ser que essas mulheres formulam, trinta e oito anos depois de suas primeiras ações coletivas. Se identificando nesse novo momento (2018) como mulheres idosas é perceptível a retração na militância, a partir de uma insegurança gerada em contato também com novos feminismos. A consciência de que a narrativa feminista agora se transformou em feminismos, no plural, gerou um impacto nessas mulheres, trazendo de forma direta a insegurança de estarem à frente de uma movimentação social. Essa insegurança também se refletiu na necessidade de inserir mulheres de outros segmentos no evento de 2018.

A partir das fontes orais, podemos afirmar que não houve uma renovação de idéias dentro do grupo feminista que é o objeto central dessa pesquisa, mas sim a permanência de um feminismo liberal permeado por questões identitárias, de memórias e representações de uma militância viva em suas próprias experiências e memórias.

Interessante observar que mesmo diante dessa insegurança frente a novas narrativas e feminismos se carrega no discurso novamente um sentido de geração:

---

<sup>284</sup>COSER, Silvana Maria Leo. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 02/09/2020

“abrimos caminho pra esse povo todo”.<sup>285</sup>Na construção de uma nova representação sobre si e sobre as outras, como mulheres idosas, é visível que, ainda se mantem viva na memória as ações e experiências passadas que dão sentido ao presente. Elas são as pioneiras, e, portanto, carregam simbolicamente nas mãos o peso e a dívida de terem constituído um movimento feminista, que mesmo dentro de uma categoria liberal, transformou a sociedade, possibilitando novas conquistas e discussões nos dias atuais.

Por fim, concluímos que analisar as ações dessas feministas pioneiras em Belo Horizonte se torna importante para ressaltar o processo de incorporação dos discursos por outros grupos de mulheres e/ou grupos sociais de militância, na interdiscursividade, que começa a acontecer ao longo das décadas, trazendo não apenas de uma maneira espontânea nas bases, mas o cruzamento de narrativas e de pautas que viriam a se desenvolver até o momento presente, ou seja, vários fragmentos de discursos nascidos em vários pontos do tecido social vão se aproximando, se chocando ou se juntando para o surgimento de novas causas e pautas.

Em suma, compreendemos que todas as ações realizadas por essas mulheres se traduzem através de uma rejeição em dois tempos vividos de uma fórmula comum, mas que muda suas características através das experiências presentes: os estereótipos de gênero construídos socialmente. A rejeição das funções sociais atribuídas a mulheres jovens, assim como a rejeição das funções sociais atribuídas as mulheres idosas.

Podemos então dizer que essas mulheres, tanto aquelas que estiveram no grupo de estudo original, assim como as que se inseriram no movimento em 2018, constituíram identidades a medida em que se relacionavam e compartilhavam experiências. As mulheres mineiras que fundaram o grupo de estudos feministas em plena ditadura civil-militar brasileira buscaram romper com paradigmas e lutaram para conquistar espaço na sociedade. São mulheres que inauguraram uma geração, que chamamos de *geração de transição*, abrindo portas para assuntos antes mantidos nos silêncios dos tabus, e colocaram em xeque o conservadorismo e o patriarcalismo presentes em todas as relações sociais. Dessa forma, ressaltamos a importância de analisar a trajetória dessas mulheres, para que se possa compreender os percursos do movimento feminista brasileiro no Brasil contemporâneo.

---

<sup>285</sup>TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

## Fontes

### Periódicos:

DE FATO, edição n° 5, julho de 1976.

DE FATO, edição n° 10, janeiro de 1977.

### Fontes Orais:

AFONSO, Maria Lúcia Miranda. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 04/09/2020.

ALMEIDA, Elizabeth Maria Mariano. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020

CATALDO, Elizabeth Silva. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 06/08/2017.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 29/05/2020.

COSER, Silvana Maria Leo. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 02/09/2020

MARTINS, Aloísio Morais. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 24/05/2020

SILVA, Flausina Márcia. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 19/05/2020

SILVA, Mirian Chystus Mello. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 05/05/2017

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 21/05/2020

TEIXEIRA, Elizabeth Maria Ferreira. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Belo Horizonte. 08/10/2016

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida à Natália Silva Elias. Via Skype. 15/05/2020

## Bibliografia

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. “Luta das Mulheres pelo Direito de Voto. Movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos”. *Arquipélago – Revista da Universidade dos Açores*. Ponto Delgada, 2ª série, VI, 2002.

ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas. 1990.

ALVAREZ, Sonia E. *Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista*. Cadernos Pagu, Campinas, n.43, p.13-56, 2014.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

ARAUJO, Caroline e HOEVELER, Rejane Carolina. “1968 e a Segunda Onda do Feminismo”. In: BENJAMIN, Cid e DEMIER, Felipe. *Meio Século de 1968: Barricadas, história e política*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARAUJO, Maria Paula, SILVA, Izabel Pimentel da, SANTOS, Desirree dos Reis. *Ditadura militar e democracia no Brasil : história, imagem e testemunho*. 1. ed. - Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

BARROS, Patrícia Marcondes de. “*A imprensa alternativa brasileira nos ‘anos de chumbo’*”. *Akrópolis, Umuarama*, v. 11, n. 2, 2003.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: a experiência vivida*. Tradução Sérgio M. 2 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BERGER, Peter L. LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O discurso da contracultura no Brasil: o underground através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970)*. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2007.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

CESTARI, Mariana Jafet. *Imprensa feminista brasileira na década de 1970: Um lugar de enunciação público e legítimo das mulheres*. Publicado em: *Língua, Literatura e Ensino*. Maio de 2008 – Vol. III.

CODATO, Adriano Nervo. “Uma história política da transição brasileira da ditadura militar à democracia”. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, nov. 2005.

COLLING, Ana Maria. “A construção histórica do corpo feminino”. *Caderno Espaço Feminino* - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015.

COSTA, Carlos. “Revistas femininas do século XIX: os primeiros passos”. *Revista Comunicare – Dossiê Feminismo*. Volume 14 – Nº 1 – 1º Semestre de 2014.

CYNTHIA A.. “Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro”. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 16, 2001.

DORNELLES, Danielle Santos. "A começar hoje, a começar por nós": O Ano Internacional da Mulher nas páginas da Folha de São Paulo (1975). Trabalho de conclusão de curso (graduação em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

DUARTE, Constância Lima; CARMO, Dinorah; LUZ, Jalmelice; *Mulheres de Minas: lutas e conquistas* – Belo Horizonte: Conselho Estadual da Mulher de Minas Gerais, Imprensa Oficial, 2008.

FERREIRA, Amauri Carlos, GROSSI, Yonne de Souza. A narrativa na trama da subjetividade: perspectivas e desafios. In: *HISTÓRIA ORAL*, 7, 2004.

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro. *A mulher como o “outro” – A filosofia e a identidade feminina*. Universidade de Lisboa, 2007. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5612.pdf>.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: *Novos Domínios da História*/ org. CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier. 2012.

\_\_\_\_\_. História, tempo presente e História Oral - Topoi, Rio de Janeiro, dezembro 2002.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C; HEILBORN M. L. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* 1. Rio de Janeiro. Ed. Zahar Editores. 1980.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. 3 ed. Rio de Janeiro. Ed: Nau, 2002.

FRASER. Nancy. “Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e a representação”. In: *Estudos Feministas*, vol.15, n.2. Florianópolis, 2007.

GARZÓN, Juan Sisínio Pérez. *Historia del feminismo*. Madrid : Cátarata, 2018, 3ed.

GLUCK, B. S. *Apud*: SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, v. 8, n. 1, São Paulo, 2005.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 36, p. 25-46, janeiro-junho de 2011.

GUIMARÃES, Gêssica. *Teoria de gênero e ideologia de gênero: cenário de uma disputa nos 25 anos da IV Conferência Mundial das Mulheres*. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0107, jan./abr. 2020.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte:UFMG, 2003.

HOBBSAWM, Eric, *Era dos Extremos: O Breve século XX 1914-1991*. Companhia das Letras, 2005, São Paulo.

\_\_\_\_\_. *O ano em que os profetas falharam*. CADERNO “Mais!” Maio de 1968 – 30 anos. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 maio 1998.

HÜTTENBERGER, Peter *apud* ALBERTI, Verena. *O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado*. Trabalho apresentado durante o II Seminário de História Oral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte, de 19 a 20 de setembro de 1996.

HUYSSSEN, Andreas. *Mapeando o pós-moderno*. In: *Pós-Modernismo e Política*. Organização: Hollanda, H. B. Rio de Janeiro. Ed. Rocco LTDA. 1991.

JAMENSON, Fredric. *Periodizando os anos 60*. In: *Pós Modernismo e Política*. Organização: Hollanda, H. B. Rio de Janeiro. Ed. Rocco LTDA. 1991.

JELIN, Elizabeth. *La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social*.- 1ª ed.- Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2017. Libro digital, EPUB.

\_\_\_\_\_. *Los trabajos de la memoria*. Siglo XXI de España Editores S. A. Madrid, 2002.

\_\_\_\_\_. “Memorias en conflicto”. *Puentes*, nº1, agosto de 2000.

KAMINSKI, Leon (org.). “Mundo afora, Brasil adentro: a circulação cultural da contracultura e suas apropriações” (Capítulo 1) In: *Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidades*. Curitiba: CRV, 2019.

KARAWEJCZYK, Mônica. *As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à semântica dos tempos históricos*. - Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.

LUCA, Tânia Regina. Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, C.B. (org). *Fontes Histórias*. São Paulo: Contexto. 2008.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. História, Memória e Geração: Remissão inicial a uma discussão político-educacional. Revista *HISTEDBR On-line*, nº 55, Campinas, mar 2014.

MARCELINO, Giovanna Henrique. *Jameson e o pós-modernismo*. Ideias, v. 10, p. e019017, 28 nov. 2019.

MARTINS, Marisângela. O domínio do presente sobre o passado: memória e espaço de experiência entre os militantes comunistas de Porto Alegre (1945-1947). *MÉTIS: história & cultura* – v. 6, n. 12, , jul./dez. 2007.

MATOS, Marlise. *Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político*. Encontro Anual da ANPOCS, 2014. Anais... Caxambu, 2014.

MATOS, Olgaria. C.F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. 3a ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MÉNDEZ, Natalia Pietra. “Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo.” *Mulher e Trabalho*, v.5, 2005

MOISÉS, José. A. Entre a incerteza e a tradição política: uma crítica da primeira geração de estudos da transição. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 40, 1994.

NAPOLITANO, Marcos. 1964 : História do Regime Militar Brasileiro. – São Paulo: Contexto, 2014.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. *Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política*. v. 11, n. 3. *Psicol. estud.* Maringá, Dec. 2006

NASCIMENTO, I. F. G; TRINDADE, Z. A; SANTOS, M. F. S. *Mulheres e Militância: Encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2012.

NAUJORKS, Carlos José; SILVA, Marcelo Kunrath. Correspondência identitária e engajamento militante. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, v. 16, n. 1, 2016.

NORA, Pierra. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

\_\_\_\_\_. “La Génération”. In.: NORA, Pierre (org.). *Leslieuxdemémoire*, vol. 2, Paris: Gallimard, 1997.

PASSERINI, Luisa. “Memória, utopia em um mundo global”. In: MAGALHÃES, Valéria Barbosa; SANTHIAGO, Ricardo (Org.). *Depois da Utopia: A história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz/ Fapesp, 2013.

PEDRO, Joana Maria. “Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, nº 52, 2006.

PEREIRA, Célia Barbosa da Silva. *A relação entre movimento feminista e partidos políticos de esquerda no Brasil, no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017*. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução Ângela M. S. C. São Paulo. Ed. Contexto. 2007.

PINTO, Céli Regina Jardim. (2010). Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*.

\_\_\_\_\_. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

POLLACK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e Identidade Social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

PORTELLI, Alessandro. “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): mito, política, luto e senso comum”, in: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org.). *Usos & abusos da história oral*. Editora da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1996.

RAGO, Margareth. “Epistemologia Feminista, Gênero e História”. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

\_\_\_\_\_. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.

RANCIERE, Jacques. *O Destino das Imagens*. Organização Tadeu Capistrano. - Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Editora da Unicamp, Campinas, SP, 2007.

ROCHA, Karine. *Revista de História da Biblioteca Nacional. Feminismos, Modos de pensar, modos de fazer*, 2015.

RODRIGUES, Carla de. *Revista de História da Biblioteca Nacional. Feminismos, Modos de pensar, modos de fazer*.



ROUSSEAU, Jean Jacques. – *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*/Jean Jacques Rousseau; Tradução de Paulo Neves. – Porto Alegre, RS : L&PM, 2008.

SALVATICI, Silvia. Memórias de Gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. *História Oral*, São Paulo, v. 8, n. 1, jan.-jun. 2005. p.36.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG.

SARTI, Cyntia Andersen. “O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória”. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis: vol. 12, maio-agosto/2004.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. *Brasil: Uma Biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCOTT, Joan W. (2008) Gênero y história. Apud: TEDESCHI, L. A. *Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero*. OPSIS, v. 15, n. 2, Catalão, 2015.

SELIGMANN, Márcio Silva. “Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas”. In: *Psicologia Clínica*, v.20, n1, 2008.

SILVA, Izabel Priscila Pimentel da. “‘Feitas de Ferro e de Flor’: A Participação Feminina nas Organizações da Esquerda Armada Brasileira nas Décadas de 1960 e 1970”. In: *Anais Eletrônicos VI Semanade História Política/ III Seminário Nacional de História: Política e Cultura & Política e Sociedade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os filhos rebeldes de um velho camarada: a dissidência comunista da Guanabara (1964-1969)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2003

SIRINELLI, Jean François. “*Os Intelectuais*”. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2ª.ed., Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

\_\_\_\_\_. “A Geração”, In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres* – Dourados – MS: UFGD, 2014.

TELES, Maria Amélia de Almeida. *Breve história do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

\_\_\_\_\_. LEITE, Rosalina Santa Cruz. *Da guerrilha à imprensa feminista: a construção do feminismo pós-luta armada no Brasil (1975-1980)*. São Paulo: Intermeios, 2013.

THOMPSON, Paul. História Oral: patrimônio do passado e espírito do futuro. In: *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC SP, Museu da Pessoa : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

ZUBA, Fernando Horta. *Jornal de Minas: Histórias que ninguém leu*. Belo Horizonte, Editora Páginas, 2018.